

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

TCHERNO NDJAI

**O PENSAMENTO POLÍTICO DE AMÍLCAR CABRAL: TEORIA E
PRÁTICA EM MOMENTOS DECISIVOS NA LIBERTAÇÃO DA
GUINÉ- BISSAU (1959-1969)**

VITÓRIA

2012

TCHERNO NDJAI

**O PENSAMENTO POLÍTICO DE AMÍLCAR CABRAL: TEORIA E
PRÁTICA EM MOMENTOS DECISIVOS NA LIBERTAÇÃO DA
GUINÉ-BISSAU (1959-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Dr.^a Adriana Pereira Campos.

VITÓRIA

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Ndjai, Tchernó, 1956-

N337p O pensamento político de Amílcar Cabral : teoria e prática em momentos decisivos na libertação da Guiné Bissau (1959-1969) / Tchernó Ndjai. – 2012.

197f.: il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Cabral, Amílcar, 1924-1973. 2. Liberdade. 3. Cabo Verde. 4. Guiné-Bissau. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

TCHERNO NDJAI

O PENSAMENTO POLÍTICO DE AMÍLCAR CABRAL: TEORIA E PRÁTICA EM MOMENTOS DECISIVOS NA LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU (1959-1969)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em _____ de _____ de 2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

O curso da história, disse o professor Edward Hallet Carr, é como uma procissão em movimento. Assim, as posições relativas das diferentes partes do cortejo mudam constantemente, à medida que ele se desloca, ora para direita ora esquerda, e, às vezes, se dobra sobre si mesma.

O historiador nada mais é do que simples participante caminhando no meio daquele séquito, e a posição em que se encontra no decurso do processo é o que determina a sua perspectiva sobre o passado.

Foi com a pretensão de resgatar essa posição relativa — nem sempre coincidente com a da historiografia oficial — que me lancei a este desafio. Um desafio que entendo como uma forma de dar minha contribuição na renovação do trabalho historiográfico sobre o processo de independência do meu país.

Assim, qualquer que venha a ser a opinião de meus leitores, já é uma satisfação enorme poder dar-lhes, profissionalmente, outras nuances acerca deste nosso passado recente.

Na realização deste trabalho intelectual, recorreu-se rigorosamente a métodos de pesquisa em história e teoria já consagrados, com a concorrência de instituições e pessoas que muito me ajudaram, e para as quais tenho uma dívida de gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora professora-doutora Adriana Pereira Campos, a quem devo gestos prestativos e de orientação na execução desta obra. Ela esteve sempre presente e prestativa, em todos os momentos. Uma verdadeira mãe!

Agradeço, igualmente, a todos os professores e funcionários do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo — UFES, pelos gestos de amizade e compreensão durante a nossa convivência.

Aos então mestrandos José Eduardo Formentini, Pedro Demenech, Rafael Hygino Meggiolaro e Vítor Castro de Oliveira, pelas excelentes discussões e ideias que abrilhantaram uma nossa tertúlia eletrônica, “trocando-mensagens”.

Por último, um amável e profundo agradecimento à minha família — esposa e filhos —, pelo apoio e incentivo que foram fundamentais para o sucesso dessa empreitada.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado — intitulada *O pensamento político de Amílcar Cabral: teoria e prática, em momentos decisivos na libertação da Guiné-Bissau (1959-1969)* — tem como tema o processo de libertação da Guiné Bissau e Cabo Verde sob a liderança de Amílcar Cabral. Seu objetivo é apresentar o modo como Amílcar Cabral emergiu, impondo suas próprias ideias de libertação aos guineenses e cabo-verdianos, de uma luta única de independência dos dois povos distintos, com o objetivo de constituir uma só nação após a libertação.

Analisamos a construção de sua trajetória nacionalista, no período de 1959 a 1969, com base nos escritos dele e sobre ele, expondo e discutindo o contexto das suas ideias, com o destaque de dois elementos centrais do seu pensamento político, *unidade e luta*, e seus planos revolucionários. Podemos verificar, a partir também de depoimentos confrontados com as informações oficiais e estudos recentes, que toda sua trajetória no seio do nacionalismo guineense foi marcada de hostilidades e dificuldades, derivadas de contradições intrínsecas que caracterizavam o seu projeto.

Finalmente, constatou-se que o projeto tinha pouca possibilidade política de dar certo para o seu tempo, na medida em que se verificou que, em todas as etapas de seu transcurso, os problemas relativos a essas contradições foram contornados mais em virtude do seu deslocamento do que sua resolução. E, muitas vezes, isso se deu mais em função dos fatores conjunturais externos do que internos.

Palavras-chave: Amílcar Cabral, Cabo Verde, Guiné, Unidade, Libertação, Luta.

RÉSUMÉ

Le sujet de cette dissertation intitulée *La pensée politique de Amilcar Cabral: théorie et pratique dans les moments décisives dans la libération de la Guinée Bissau (1959-1969)* présente le processus de lutte de libération de la Guinée Bissau et du Cap Vert, sous la direction de Amilcar Cabral. L'objectif est de montrer comment Amílcar Cabral est devenu leader, en imposant ses idées de libération aux guinéens et cap-verdiens d'une seule lutte de libération avec pour but de constituer une seule nation pour les deux peuples, après l'indépendance.

Son parcours de 1959 à 1969, a été analysé, à travers ses écrits et des écrits sur lui, en exposant et discutant le contexte de ses idées, dont les deux éléments fondamentaux de sa pensée politique, *unité et lutte*, ont été rehaussés et aussi leurs plans révolutionnaires. Nous avons vérifiés, par la comparaison des témoignages avec des informations officielles et des études récentes, que son parcours au sein de nationalisme guinéen a été marqué par des difficultés et des hostilités, provenant de contradictions typiques de son projet.

Finalement, on a pu constaté que le projet de Amílcar Cabral avait peu de possibilité politique de succès pendant son parcours, des problèmes affrontés, concernant leurs contradictions, ont été plutôt déplacés que résolus. Et, souvent, à cause des facteurs plutôt externes qu' internes.

Mots-clés: Amilcar Cabral, Cap Verd, Guinée, Unité, Libération, Lute.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Ilhas de Cabo Verde no Oceano Atlântico _____	39
Mapa 2 – Guiné de Cabo Verde (séculos XVI-XVIII) _____	40
Mapa 3 – Mapa atual da Guiné Bissau _____	41

ABREVIATURAS

AAPC	All African Peoples Conference
BCGP	Boletim Cultural da Guiné Portuguesa
BGU	Boletim Geral do Ultramar
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CONCP	Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas
CUF	Companhia União Fabril
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FLGC	Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde
FLING	Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colônias Portuguesas
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GPRA	Gouvernement Provisoire de la République d'Algérie
ISA	Instituto Superior de Agronomia
ISCTE	Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Emprego
MAC	Movimento Anti-Colonial
MANU	Mozambique African National Union
MING	Movimento para a Independência da Guiné
MLG	Movimento da Libertação da Guiné
MLGCV	Movimento da Libertação da Guiné e Cabo Verde
MLICV	Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde
MLTADP	Movimento de Libertação dos Territórios Africanos sob Domínio Português
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD	Movimento de Unidade Democrática
OUA	Organização da Unidade Africana
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAI	Partido Africano da Independência
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDG	Parti Démocratique da la Guinée
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PSP	Polícia de Segurança Pública
RDAG	Reunião Democrática Africana da Guiné
UAM	União Africana e Malgache
UDC	União Democrática de Cabo Verde
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
UNGP	União dos Naturais da Guiné Portuguesa
UPA	União das Populações de Angola
UPC	União das Populações Camaronesas
UPG	União de Povos da Guiné
UPICV	União das Populações das Ilhas de Cabo Verde
UPLG	União da População Libertada da Guiné

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

PARTE I

ASPECTOS DOS MOMENTOS FUNDADORES DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS NO ATLÂNTICO AFRICANO

Capítulo I A fixação portuguesa na Costa Atlântica da África	17
---	-----------

O povoamento de Cabo Verde: a formação do homem cabo-verdiano	19
---	----

Colonização da Guiné: a emergência do homem guineense	24
---	----

Capítulo II Sociedades cabo-verdiana e guineense, suas percepções da realidade colonial e primeiros sinais da vontade de emancipação	31
---	-----------

Sociedade cabo-verdiana	31
-------------------------------	----

Sociedade guineense	33
---------------------------	----

Sintomas de mudança	36
---------------------------	----

PARTE II

O PENSAMENTO POLÍTICO DE AMÍLCAR CABRAL

Capítulo I Unidade e luta na lógica do pensamento político de Amílcar Cabral: significação e objetivo	42
--	-----------

Unidade	43
---------------	----

Luta	55
------------	----

Capítulo II A nação de Amílcar Cabral	64
--	-----------

Sobre conceitos e definições _____	64
Nação forjada na luta _____	69
Capítulo III Amílcar Cabral: uma visão biográfica _____	73
Identidade _____	76
Os tempos universitários em Lisboa _____	89
A geração de Cabral _____	92

PARTE III

A VIA ARMADA DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ: ENTRE A CONCEPÇÃO E A AÇÃO

Capítulo I O massacre de Pindjiguiti _____	106
Capítulo II Sobre PAI ou PAIGC _____	114
O ressurgimento de Amílcar Cabral _____	119
Capítulo III A luta pela afirmação, de 1959 a 1962 _____	130
A etapa decisiva de Conakry _____	138
Etapa de Dacar _____	143
Capítulo IV A ação armada _____	154
Entre Como e Cassacá _____	156
A consolidação das vitórias _____	160
CONCLUSÃO _____	166
REFRÊNCIAS _____	174
ANEXO _____	181

INTRODUÇÃO

Este estudo, sobre o processo de libertação das colônias portuguesas na África na década de 1960, enfoca a luta armada pela independência da Guiné Bissau e Cabo Verde sob a liderança de Amílcar Cabral. Durou de 1963 a 1974. Afora a batalha militar e diplomática, a ação de Amílcar Cabral e seu partido PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde) envolvia projeto de unidade entre as duas colônias portuguesas de então, Guiné Portuguesa e Cabo Verde. O objetivo de construir um só país, após a independência, servia de sustentáculo ideológico às práticas revolucionárias contra o inimigo comum: o colonialismo português.

Hoje, independentes, cada um segue seu rumo. O ideal de Amílcar Cabral se desvaneceu. O próprio Amílcar Cabral não viu materializada parte de seu sonho. Guiné Bissau, o palco da luta armada, atravessa ainda instabilidades políticas violentas, infelizmente recorrentes. Já Cabo Verde, estabilizou-se, em possível avanço econômico. Dos cinco dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), Cabo Verde possui os maiores índices de desenvolvimento humano e, há um par de anos, saiu da lista dos países menos desenvolvidos do mundo. Cabo Verde encaminha-se, provavelmente, para a modernidade e o progresso.

Inexistindo progresso semelhante na Guiné Bissau, os guineenses são costumeiramente acusados de não terem seguido o sonho de Cabral. Ora, sabemos que tanto na Guiné Bissau, quanto em Cabo Verde, o sonho de Cabral apenas é evocado nas datas históricas, permanecendo incógnito para a maioria dos escolares. Em Cabo Verde, semelhante amnésia é também frequente. A filha mais velha de Amílcar, Iva Cabral, historiadora, em comemoração aos 35 anos da morte pai, desabafou com jornalistas: “Cabo Verde tem de decidir se quer dignificar ou esquecer a figura de Amílcar Cabral”. Ainda segundo ela, não se decidiu “se Cabral é útil para a nação e para a educação dos jovens ou se foi um simples agrônomo que teve umas ideias”.¹

¹Entrevista de Iva Cabral publicada pela LUSA — Agência de Notícias de Portugal S.A em 19 de janeiro de 2008. É desafiador, hoje, na África, não só para Iva Cabral, mas também para os filhos de outras grandes personalidades na luta pela independência na África, a conservação de memória de seus pais.

Nova reflexão se impõe à temática, daí buscar-se confrontar a teoria das proposições ideológicas de Amílcar Cabral com as ações revolucionárias de independência de 1959 a 1969. Considerado período crucial do processo libertário, escolheu-se 1959 como marco inicial porque houve greve de estivadores do porto de Pindjiguiti, violentamente reprimido pelas autoridades coloniais. Amílcar Cabral usou esse evento para propagar a necessidade da ação armada revolucionária.

Em 1969, Portugal libertou os presos políticos da Guiné portuguesa, buscando outra solução para o conflito armado popular junto aos guineenses. Os lusitanos lançaram, nesse contexto, o refrão “Por uma Guiné melhor”. O ato vislumbrava o reconhecimento da autonomia da Guiné, mas propugnava sua manutenção na comunidade portuguesa. Em 1969, Portugal, portanto, reconheceu a impossibilidade de derrotar militarmente o partido de Amílcar, optando então pela saída política do conflito.

Assim, discute-se não apenas o contexto das ideias políticas de Amílcar Cabral, mas, principalmente, seus planos revolucionários. A investigação expõe e analisa dois elementos proeminentes do pensamento político cabralista: unidade e luta. O primeiro propõe unidade entre a Guiné Portuguesa e Cabo Verde. Esses dois espaços coloniais foram unificados no pensamento de Amílcar, embora marcantes diferenças histórico-culturais sobrevivessem à independência, separando-os como Estados. O segundo elemento adota a luta armada pela independência. Nota-se que a liderança de Amílcar Cabral aponta esse caminho como a única alternativa para a superação da dominação colonial portuguesa.

No entanto, saliente-se que processos africanos de libertação violentos apenas ocorreram nas colônias portuguesas e na Argélia, ex-colônia francesa. Outras ex-colônias africanas realizaram suas independências pacificamente. Discute-se, portanto, a saída revolucionária como a opção apresentada pela “Geração de Cabral”², levando os guineenses à guerra, não à negociação pela descolonização.

²Essa denominação do sociólogo angolano Mario Pinto de Andrade refere-se ao grupo de estudantes africanos das colônias portuguesas, em Lisboa, do qual ele próprio participou, com Amílcar Cabral, Eduardo Mondelane, Francisco Tenreiro, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Alda Espírito Santo, entre outros, futuros líderes ou principais ativistas na descolonização de seus países. Ainda estudantes em Portugal, no final dos anos de 1940, fundaram o Centro de Estudos Africanos e posteriormente o Movimento Anti-Colonial (MAC) e a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Ainda segundo Mário Pinto de Andrade, sua geração elabora de fato um discurso de ruptura. Segundo ele, essa geração de estudantes na diáspora, filhos de pequena camada de elite, “os

Na análise sobre a libertação da Guiné Bissau, em geral, aborda-se mais o aspecto teórico original do pensamento de Amílcar Cabral, deixando de refletir sobre as possibilidades de sua real concretização para a formação do Estado independente e da nação guineense.

As propostas cabralistas, porém, defendiam certa imagem de nação para os guineenses e cabo-verdianos, unindo-os num só Estado por via revolucionária e concorrendo para criar a ideologia que sustentou a luta pela libertação da Guiné e Cabo Verde. Da proposição à construção coloca-se o processo histórico de soerguimento da nacionalidade guineense.

A nação guineense, construída por meio da luta armada, é singularidade histórica das independências africanas, colhendo também os problemas advindos dessa estratégia. Para a compreensão do alcance das ideias de Amílcar Cabral, investigamos a construção de sua trajetória política e sua ação, assim como o contexto histórico de sua emergência, enfocando, sobretudo, as questões relativas à luta armada, à proposta de unidade, à identidade entre as pessoas envolvidas no processo e ao nacionalismo de guineenses e cabo-verdianos.

Este pesquisa pressupõe que as ideias fundamentais ao projeto de Amílcar Cabral se afiguravam insuficientes na captação e expressão dos anseios mais remotos dos povos de Guiné e Cabo Verde. Na Guiné Bissau, em especial, a contemporização com elas parecia apenas se respaldar em torno de interesses mais imediatos - a independência.

Em termos remotos, a união orgânica entre os dois países, formando nação única, parece oportunista e imaginário naquele contexto. O objetivo do trabalho é mostrar que, entre 1959 e 1969, os eventos políticos ocorridos já anunciavam o atual desfecho. Muitos dos problemas atuais na Guiné Bissau constituem-se das marcas deixadas pela guerra colonial, ainda hoje difíceis de apagar.

O trabalho se assenta sobre as bibliografias relativas ao assunto, fontes documentais e entrevistas, e está estruturado em três partes:

assimilados'', criada por Portugal para legitimar a presença portuguesa na África, estava mais apta, devido à sua educação, a compreender a problemática colonialista e a contatar o exterior.

A primeira parte do trabalho concentra-se na construção de dois espaços colônias em questão, ressaltando as diferenças construídas entre ambos, como premissa para o esclarecimento no nosso argumento.

A segunda parte debruça-se sobre conceitos de unidade, luta e nação de Amílcar Cabral, e também como é percebida a noção de identidade. Procura-se enquadrar Amílcar Cabral e sua geração. Para tal, traçamos sua trajetória política e intelectual, e sua atuação na condução do processo de descolonização da Guiné e Cabo Verde.

A terceira examina como foi concebida a ação direta, ou seja, a via armada de libertação, num contexto adverso aos propósitos unitários de Amílcar Cabral. Assim, a partir das contradições, que marcaram a sua ascensão, reconstruímos o ambiente difícil e hostil do nacionalismo guineense, em que Amílcar Cabral acabou por emergir como líder do movimento da independência da Guiné e Cabo Verde.

PARTE I

ASPECTOS DOS MOMENTOS FUNDADORES DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS NO ATLÂNTICO AFRICANO

Capítulo I

A fixação portuguesa na Costa Atlântica da África

Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil* — cujo segundo capítulo tem como subtítulo “Trabalho & Aventura” —, diz que os portugueses, enquanto “pioneiros da conquista do trópico para a civilização”, alcançaram, em tal façanha, “sua maior missão histórica.” E deve-se reconhecer que “foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão”, fruto antes de um espírito de aventura do que qualquer “empreendimento racional e metódico.”

Foram nessas temerárias aventuras de exploração regular pelos mares então desconhecidos, para além do Bojador³, que os navegadores portugueses alcançaram a Costa da Guiné, nos meados do século XV, cuja exploração e conquista serão retratadas aqui. A terra firme, propriamente dita, foi atingida em 1446.

O termo Guiné (mundo do negro, na terminologia da época) foi usado para designar toda a Costa Atlântica Africana, então principal região de relacionamento entre os europeus e os negros e confluência das religiões tradicionais com o Islã e o Cristianismo na época. Compreendia duas partes: a Alta Guiné, que se estendia de Norte para o Sul, ou seja, do Cabo Branco⁴ a Serra Leoa, e a Baixa Guiné, que ligava Serra Leoa aos Camarões. O interior da região era designado Sudão Ocidental.

³ No livro *Mensagem*, de Fernando Pessoa, o verso “Quem quer passar além do Bojador tem que passar além da dor” é autoexplicativo. O temor com relação ao terrível Cabo Bojador, no início dos descobrimentos marítimos, ali está bem retratado. O Cabo tinha a fama de ser de difícil navegação e, ultrapassá-lo, era como fazer viagem sem volta. Para trás, só se deixava a dor e o sofrimento.

⁴ O Cabo Branco situa-se na fronteira entre a Mauritània e o Saara Ocidental situa-se o cabo Branco. O nome veio dos rochedos brancos avistados pelos navegadores portugueses que ali aportaram em 1441.

Vista como lugar de oportunidades, para além do Bojador, sobretudo, na mentalidade das elites portuguesas da época, a Guiné ocupou, desde então, o papel de “trampolim histórico”⁵, portal para a epopeia ultramarina, depois reforçado com o povoamento de Cabo Verde. Logo depois da descoberta, veio o esforço de povoamento e colonização, apesar dos obstáculos naturais, como a reação dos autóctones e a inospitalidade do clima para o europeu: quente e úmido, que tornava a fixação da população branca excessivamente dura e difícil.

No entanto, o povoamento do Arquipélago de Cabo Verde será, por sua localização estratégica, crucial na empreitada posterior de conquista e manutenção do domínio português no continente. No meio do Oceano Atlântico, a pouco mais de quinhentos quilômetros da costa, mais precisamente ao Oeste de Dacar, capital do Senegal, situa-se o Arquipélago do Cabo Verde, naquela época composto por dez ilhas desertas de origem vulcânica. Na historiografia dos descobrimentos portugueses, admite-se que o português Diogo Gomes tenha chegado ao Arquipélago em 1456⁶, anos depois de Nuno Tristão ter alcançado a costa da Guiné. (ver Mapa 1)

Apesar de esta data ser ainda controversa, para nosso estudo esse aspecto é irrelevante. Destacamos a relação estabelecida na fixação, ulterior à descoberta, dos portugueses nesses dois espaços ultramarinos — Cabo Verde e Guiné — de tal modo que a formação de uma colônia suscitou outra, e os efeitos da interpenetração entre elas, realçando as *diferenças*, reforçam o esclarecimento neste trabalho.

Portanto, um sobrevoo histórico sobre a presença portuguesa nessa região da África e uma abordagem geral da unidade histórica e populacional entre Cabo Verde e Guiné são fundamentais para se apreender *diferenças* construídas entre ambos pelo fato colonial comum, nesse jogo do poder — conquista e dominação — durante a colonização ultramarina.

Consoante Mendy, “uma análise da sociedade cabo-verdiana é essencial para a compreensão da função relevante que os cabo-verdianos desempenharam” na transformação do território da futura Guiné Portuguesa. Por outro lado, prossegue, “os

⁵ PÉLISSIER, René. *História da Guiné*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. v. 1, p. 40. Segundo esse historiador, o portal está tradicionalmente fixado em Ceuta, mas, com a ulterior conquista dessa pelos espanhóis, diminuiu-se essa carga mítica.

⁶ A descoberta do Cabo Verde suscita discussão historiográfica. Há autores que atribuem sua autoria ao veneziano Alvise Cadamosto em 1460; e ainda, recentemente, nova versão dá prioridade ao genovês António da Noli.

cabo-verdianos são um produto do encontro dramático luso-africano”⁷ em que o próprio sistema desigual, imediatamente estabelecido, de branco dominador e negro dominado, definiria o modelo de relações futuras no contexto colonial.

E mais: no pensamento político de Amílcar Cabral, objeto deste estudo, a descolonização da Guiné e Cabo Verde baseava-se também na tentativa de romper politicamente com os elementos resultantes dessa experiência passada que obstavam seu projeto de nação *imaginada* entre Guiné e Cabo-Verde. Aqui, o termo “imaginada” é num sentido emprestado de Anderson.⁸

Já que era também nessa tensa relação — entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”⁹ — que se fazia prognóstico sobre a construção dessa nação, a natureza desse fenômeno implica numa abordagem de suas raízes históricas, como premissa, para apreender o desenvolvimento da rota de soluções traçada para alcançar tal objetivo. Até porque são os dados dessa experiência passada que alimentam e orientam o prognóstico.¹⁰

O povoamento de Cabo Verde: a formação do homem cabo-verdiano

Se se pode falar em “colônia de povoamento”¹¹ sem suscitar objeções ao termo, Cabo Verde é que mais se aproxima, em nosso entender, em sentido estrito, desse conceito, no Continente Africano.

Para aquele conjunto de dez ilhas desertas, e com longos períodos de seca, encontradas por navegadores portugueses no Atlântico Africano, nos meados do século XV, foram António Noli e Diogo Afonso que receberam a tarefa de tomar posse e povoar. Assim,

⁷ MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné Bissau (1879-1959)*. Bissau: INEP, 1994. p. 92.

⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

¹⁰ KOSELLECK, 2006, p. 313.

¹¹ Para alguns historiadores, esse conceito foi uma invenção para abrandar o sentido de colonização, que é o de exploração, qualquer que seja a colônia. Consideramos, contudo, Cabo Verde como colônia de povoamento, na medida em que ali foram assentadas, inicialmente, gentes de outros lugares, em terras antes inabitadas, qual prolongamento da metrópole, para garantir a exploração das terras firmes fronteiriças.

apesar das adversidades do clima e do grande esforço que exigia aquele povoamento, a urgência vinha da necessidade da presença portuguesa nelas.

O Arquipélago tinha muita importância como escala dos navios que navegavam ao largo da Costa Africana e também como forma de garantir o monopólio da ocupação e da exploração do território. A Ilha de Santiago, a maior delas, foi escolhida e dividida em duas capitânias: Alcatraz, outorgada a Diogo Afonso, na parte Norte; e Ribeira Grande, no Sul — e, ao mesmo tempo, o centro administrativo —, concedido a António Noli.¹²

Uma das soluções para facilitar a instalação dos portugueses nas ilhas foi trazer os escravos da Guiné para trabalhar na atividade agrícola. A esses era associada maior adaptabilidade às características climáticas locais. Embora, segundo Monteiro e Rocha, houvesse preocupação com o clima, não foi “a única razão presente na origem de semelhante escolha.”¹³ Outros autores apontam também o baixo custo da mão de obra escrava.

Ressalte-se que o fato constitui, em si, a primeira importante distinção nas relações futuras que serão construídas entre esses dois espaços — Cabo Verde e Guiné — no quadro da colonização portuguesa. Em verdade, Cabo Verde foi inicialmente concebido para facilitar e garantir a ocupação portuguesa da Guiné. Tal associação entre ambos é tão forte que se considera que a defesa da presença portuguesa naquela zona se deveu à posição estratégica das ilhas, e também à “tenacidade dos moradores do Arquipélago.”¹⁴

Porque como é apontada nesta passagem por Monteiro e Rocha, “a oposição do Gêntio fez-se sentir durante largo período; mostrava-se relutante ao domínio que se lhe queria impor. Na generalidade, pode dizer-se que os nativos da Guiné não aceitavam os Europeus.”¹⁵

¹² HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *Os filhos da terra do sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.p.21-22.

¹³ MONTEIRO, Fernando Amaro; ROCHA, Teresa Vázquez. *A Guiné do século XVII ao século XIX: o testemunho dos manuscritos*. Lisboa: Prefácio, 2004. p. 74.

¹⁴ MONTEIRO; ROCHA, 2004, p. 65.

¹⁵ MONTEIRO; ROCHA, 2004, p.65.

A historiadora Iva Cabral¹⁶, em trabalho apresentado no Congresso Internacional Espaço Atlântico do Antigo Regime: Poderes e Sociedades, em Lisboa, no ano de 2005, que retrata as elites que dirigiram os destinos do Arquipélago nos séculos XVI, XVII e XVIII, destaca três momentos diferentes do nascer da sociedade cabo-verdiana por sua composição social, econômica e racial. E o homem cabo-verdiano é consequência inevitável das interpenetrações étnico-culturais¹⁷ que se deram fundamentalmente nesses três estágios.

Assim, a composição social dos habitantes do Arquipélago, mais precisamente de Santiago e Fogo, as primeiras ilhas povoadas, nos primeiros anos do povoamento, era basicamente de brancos europeus e negros africanos. Segundo Iva Cabral, não havia ainda se formado a camada intermediária, pois eram poucos os homens livres pretos, já que se tratava de sociedade escravocrata ainda nos primórdios. E a população pobre branca, escassa de mulheres, era parte da clientela dos armadores: artesãos, marinheiros e pequenos comerciantes, de modo que sua permanência na ilha era temporária.

Os primeiros colonos europeus, formados por armadores, proprietários rurais e oficiais régios, vindos principalmente do Sul de Portugal, região do Algarve, com forte ligação com a elite do reino, criam a primeira sociedade lusa dos trópicos na maior ilha do Arquipélago: Ilha de Santiago. Nesta se construiu a primeira cidade no além-mar: Ribeira Grande, atual Cidade Velha.

Da Ribeira Grande, partiram missões de evangelização e captura de escravos na Guiné, e foi onde desembarcaram também as primeiras levas de cativos. Foi também de seu porto partiram os primeiros carregamentos de negros dominados para o Novo Mundo. Já na etapa seguinte, com considerável população escrava no Arquipélago para mão de

¹⁶CABRAL, Iva. Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (século XVI-XVIII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADE, 2005, Lisboa. *Anais eletrônicos...* Lisboa: FCSH/UNL. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/iva_ca-bral.pdf>. Acesso em: 25 set. 2010. Ver CABRAL, Iva. Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercância, estagnação. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. 2. ed. Lisboa: IICT — Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Cultura, 2001. v. 2. PAIGC. *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto: Afrontamento, 1974.

¹⁷ Evidentemente, aqui se refere à mestiçagem; no caso, o cruzamento com os nativos que, para alguns, foi recurso de defesa dos portugueses, permitindo atenuar as insuficiências demográficas e as dificuldades de adaptação.

obra na agricultura¹⁸, e subsequentes interpenetrações étnico-culturais, surge, evidentemente, a primeira sociedade de mestiços, de traços de conúbio luso-africano, dado antropológico interessante, com implicação tanto psicológica¹⁹ quanto sociopolítica na relação futura originada na colonização ultramarina.

Se, tradicionalmente, a África é vista, em termos humanos, como lugar de agrupamentos étnicos ricos e complexos, diferenciados pela etnia e padrões culturais diversos — como língua, religião e costumes —, ela passa, depois, a contar — e se arvorar disso —, dentro do seu “caleidoscópio de povos” — usando termo metafórico de Pélissier²⁰ —, com um novo elemento, agora um grupo não étnico, mas social. Esse acontecimento significativo marcará, social e psicologicamente, a construção da relação do sujeito colonial²¹ — o colonizador — e colonizado, evidentemente gerando consequências.

Ainda segundo Iva²², foi no final do século XVI e início do XVII que irrompeu nas ilhas Santiago e Fogo novo tipo de habitante, protótipo de sociedade escravocrata. Denominados “filhos da terra” (brancos e mulatos), ocuparam os espaços sociais dos reinóis.

Tal composição social — urbana e cosmopolita —, somada ao distanciamento — em termos de sua linhagem — em relação aos habitantes de Portugal — do novo grupo de maioria autóctone (mulata e negra), por isso considerado inferior e diferente, possibilitava antever, com “os filhos da terra”²³, o nascer do homem cabo-verdiano. Este reunia miscigenação de raças, interpenetrações étnico-culturais e distanciamento de relação sanguínea com a metrópole.

¹⁸Ressalte-se que, além da necessidade de se colher alimentos para sustento dos moradores da ilha, necessitava-se produzir mercadorias — algodão e urzela — em quantidade suficiente para se trocar por outra mais preciosa, o escravo, na costa da Guiné.

¹⁹Estudo psicanalítico de referência aborda bem essa questão colonial provocada pelo mundo atribuído ao negro, sistematicamente condicionado pelo branco, perpassando toda a obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, do psiquiatra e intelectual negro e martinicano Franz Fanon.

²⁰PÉLISSIER, 1997, v.1, p.36.

²¹É importante observar que o colonizador, muitas vezes, nas suas atitudes com relação a um mestiço, acabava sempre por reproduzir no mestiço aquilo que é entendido como qualidade para o branco europeu. Termos como “defeito de sangue” ou “defeito de cor” atribuídos ao mestiço, apesar de ainda carregarem um tom pejorativo partindo de um branco, tem carga negativa mais amena na comparação com o preto. E isto também é interiorizado por esse novo grupo social no processo de enquadramento de sua memória e identidade social.

²²CABRAL, 2005, p.4-5.

²³Segundo Iva Cabral, os “filhos da terra”, grupo composto por filhos ilegítimos da elite anterior, já não possuíam familiares poderosos na Corte e não eram ramificações da elite reinol no Arquipélago.

Um distanciamento que transforma também a relação comercial com o reino, pois a nobreza de lá não se aventura mais para comerciar nessas paragens longínquas e inhóspitas, deixando a tarefa para os moradores de Santiago, na qualidade de seus procuradores ou por meio de contratos comerciais.

Acredita-se que, desde a segunda metade do século XVII, depois da Restauração, e com as preocupações mais voltadas para o desenvolvimento e a defesa do Brasil, começa o abandono do Arquipélago pela Corte de Lisboa. Fala-se então, com mais propriedade, de homem cabo-verdiano, quando definitivamente emergiu nas ilhas o grupo endógeno, mestiço, chamado de os “brancos da terra”, formado majoritariamente de mulatos e negros.

Com perfil menos urbano e interesses fundamentalmente voltados para a exploração da terra e de produtos agrícolas, suas fazendas abasteciam os navios que escalavam a ilha e os comerciantes que iam negociar na Costa da Guiné. Com o decréscimo do trabalho escravo na agricultura, aparecem os vadios, escravos forros ou fugidos, formando o campesinato do Arquipélago. A sociedade de Santiago, na época, controlava as instituições do poder local e ocupava postos de segundo escalão da administração régia. Muitos de seus membros eram designados para altos cargos militares e da administração nos fortes, presídios e praças da Guiné.²⁴

Assim, para Tomás, a Guiné, no imaginário cabo-verdiano, não era somente terra das oportunidades, mas também de feitos heróicos.²⁵ Oportunidades, no caso, devem ser entendidas não só quanto ao aspecto econômico, mas também social e político. Exemplo disso é a nomeação de Gamboa Ayala, em 1648, para governador geral de Cabo Verde pelos importantes serviços prestados enquanto capitão-mor de Cacheu²⁶, na organização de Cacheu e fundação de Farim e Ziguichor, duas outras praças.

²⁴ CABRAL, 2005, p.6-7. Ver também CABRAL, Iva. Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercância, estagnação. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. 2. ed. Lisboa: IICT — Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Cultura, 2001. v. 2. PAIGC. *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto: Afrontamento, 1974.

²⁵TOMÁS, António. *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta da China, 2007. p.35.

²⁶ Cacheu foi a primeira feitoria portuguesa na Guiné, fundada em 1588 por Manuel Lopes Cardoso, como resultado da fixação de pequeno núcleo de europeus entre os rios Casamansa e Grande. Serviu, primeiramente, de entreposto para o comércio de escravos. Já sob a direção de Gamboa Ayala, se constituiu em verdadeira fortaleza, sendo ele seu primeiro capitão-mor, nomeado em 1641. A designação para esse cargo era competência exclusiva do rei, embora a fortaleza ficasse subordinada ao Governo Geral de Cabo Verde.

Na medida em que a colonização portuguesa da Guiné será secundada, na prática, pelos habitantes do Arquipélago, incorporando estes a ambição civilizadora do colonizador, que nega e ataca de todas as formas a personalidade do africano negro, esse fato por si só gerará, entre Guiné e Cabo Verde, apesar de ligação sanguínea, relação negadora das diferenças que constroem a temporalidade e a significação, que Bhabha²⁷ chama de relação analógica.

Colonização da Guiné: a emergência do homem guineense

Está claro que não se pode falar da colonização da Guiné sem ressaltar a sua profunda ligação com o Arquipélago de Cabo Verde. Desde que Dom Afonso V, em 1466, concedeu o “Trato das Partes da Guiné”²⁸ aos habitantes de Cabo Verde — e reservou para a Coroa o “Trato de Arguim”²⁹ — iniciava o envolvimento de Cabo Verde com os habitantes da Guiné.

Durante a segunda metade do século XV — e principalmente em todo o XVI —, as áreas de “tratos” ou as “partes de Guiné” tornaram-se cruciais no tráfico atlântico. Deve-se, porém, lembrar que, em 1494, Portugal assinou o Tratado de Tordesilhas. Quatro anos depois, o caminho marítimo para a Índia foi descoberto. Em 1500, foi a vez do Brasil. Com os novos descobrimentos, o mundo conhecido expandira-se assustadoramente.³⁰

Livre da competição com o branco metropolitano, que, devido à dureza climática, pouco tempo permanecia no local, o envolvimento de cabo-verdianos nos negócios da Guiné relevava do estatuto jurídico desse território. Como bem lembra Tomás³¹, desde os primórdios de sua descoberta seus assuntos tinham sido entregues ao governo-geral de

²⁷ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 82.

²⁸ Carta de privilégios que permitia aos moradores de Santiago navegarem para a costa africana para buscar os escravos. Podiam comerciar em qualquer parte da Guiné, exceto na área de Arguim, reservada à Coroa.

²⁹ Arguim é ilha da Baía de Arguim (atual Mauritânia). É classificada pela Unesco como patrimônio mundial, graças à sua importância como local de invernada de aves aquáticas.

³⁰ GARCIA, Francisco Proença. *Guiné 1963-1974: os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*. Lisboa: Portucalense, 2000. p. 22.

³¹ TOMÁS, 2007, p.36.

Cabo Verde, sediado na Ilha de Santiago, tornando a Guiné colônia de colônia, segundo Pélissier.³²

Reforçado pelo fato de os dois territórios ligarem-se administrativamente até 1879 (quando a Guiné se tornou província autônoma, passando a ser designada Guiné Portuguesa), até esse momento era “Guiné do Cabo Verde”, ou seja, dependia do Cabo Verde. Uma dependência não apenas administrativa, mas também militar e religiosa.³³

Na prática, porém, era administrada pelos traficantes mestiços e negros lusitanizados, provenientes essencialmente de Cabo Verde.³⁴ São precursores de estrato não étnico, mas social, na Guiné, cuja origem está associada à obra das primeiras missões religiosas, e conhecidos por *grumetes*. Estes são negros semidestribalizados, oriundos de todas as tribos, de algumas em maior proporção, como Papéis e Manjacos, mais ou menos cristianizados, em muitos casos de sobrenome português³⁵, quase civilizados, que viviam nas feitorias ou em sua periferia, em funções de marinheiros, pequenos operários e mascates. O interesse comum, sobretudo, na vontade de se insinuar na administração e nos serviços, aproximava-os também da saga dos *lançados*³⁶ que, na Guiné, encontrarão nesse grupo apoio para suas aventuras.

Falando acerca do comportamento instável dos *grumetes*, Pélissier os considera perigosos, na medida em que “o problema com eles é nunca se saber antecipadamente para que lado penderão em caso de conflito.”³⁷ Ora, são corajosos auxiliares dos portugueses contra seus próprios irmãos ou primos; ora, são aliados destes.

Essa ambivalência, desvelando muitas vezes uma insegurança, em nosso entender, relaciona-se não somente à sobrevivência, mas também à aculturação, que parece ainda

³² PÉLISSIER, 1997, v.1, p. 41.

³³ Saliente-se que, mesmo depois de autônoma, em 1879, a Guiné, no aspecto religioso, permaneceu vinculada à Diocese de Cabo Verde, criada em 1532, até 1940.

³⁴ Até 1879, a Guiné dependia administrativamente de Cabo Verde. Por decreto de 18 de março, foi desanexada do Arquipélago, passando a constituir província autônoma com governo-geral.

³⁵ O nome português sugere que o nativo já tenha recebido o batismo cristão, ou, no mínimo, tenha sido sujeito à ação dos missionários.

³⁶ Os lançados são, como o nome indica, comerciantes aventureiros e compradores de escravos cabo-verdianos, alguns europeus, muitas vezes degredados, que se embrenhavam no sertão adentro, na Guiné, acompanhados por toda parte, em suas aventuras de desbravamento, de suas amantes negras, conhecidas por *tangomãs* ou *tangomas*. Como afirma Rema, os lançados aprenderam “as línguas do país, enriquecendo-as por seu turno com vocábulos da própria língua materna, a língua portuguesa.” Assim, podemos percebê-los também como importante vetor acultutrativo na Guiné. Ver REMA, Henrique Pinto. *As primeiras missões da costa da Guiné (1533-1640)*. [Boletim Cultural da Guiné Portuguesa], Bissau, v. XXII, nº 87 e 88, 1967. p. 229-230.

³⁷ PÉLISSIER, 1997, v.1, p. 36.

melindrosa. De qualquer modo, foram elementos importantes na fixação portuguesa na Guiné. Foi através da implicação deles enquanto intermediários que, muitas vezes, o contato com os outros nativos se realizou com sucesso, embora, já no início do século XX, se observasse sentimento protonacionalista.³⁸

Apesar das mudanças no cenário político da metrópole, devidas à União Ibérica (1580-1640), imediatamente refletidas no ultramar, há concorrência crescente de outras potências europeias — França, Inglaterra e Holanda —, com pirataria e corso nos mares ligando Cabo Verde à costa africana, e concessão, por meio de contratos comerciais de monopólio do trato, na costa da Guiné, a grandes mercadores reinóis e castelhanos (os chamados contratadores do trato de Cabo Verde e Guiné).³⁹ Assim, os moradores do Arquipélago, na prática, perdem os privilégios outorgados por D. Afonso V. A ação desses obstinados moradores, porém, não cessaria de repercutir no continente.

Apesar da decadência do antigo porto de Ribeira Grande, com a criação do Porto de Praia e subsequente transferência da capital para esta cidade um século depois, após ter sofrido invasão e destruição de grande parte por corsários franceses sob o comando de Jacques Cassard, em 1769, toda a gestão da Guiné, seu comércio, a vida social e navegação continuavam dependendo do Arquipélago. Na metáfora de Carreira⁴⁰, esse era o “cérebro”, e o Continente, o corpo.

Se a atuação dos moradores de Cabo Verde é fundamental nas relações com os nativos, em que são obrigados, muitas vezes como alternativa à ação militar, a recorrer à

³⁸ Com a instauração da República na metrópole, em 5 de outubro de 1910, a Guiné conheceu, no mesmo ano, sua primeira manifestação reivindicativa, consubstanciada na criação de associação educativa, a Liga Guineense, em Bissau, em 25 de dezembro de 1910. Seus membros eram grumetes influenciados pelas elites luso-guineenses e cabo-verdianas mestiças residentes na praça. O objetivo da Liga consiste em criar escolas, trabalhar para o progresso e o desenvolvimento da Guiné Portuguesa e dos seus membros. Apesar de não ser manifestação com discurso de ruptura, é considerada entre os primeiros sinais do nacionalismo guineense.

³⁹ Diante da escassez de capitais para o desenvolvimento da região, os Conselhos da Fazenda e Ultramarino autorizam a fundação da Companhia da Costa da Guiné (1664) para o comércio de escravos, encerrando o período dos arrendatários individuais e abrindo o das companhias escravagistas. Entre estas, destaca-se a Companhia de Cacheu e Rios da Guiné, que operou entre 1676 a 1682, sendo sucedida depois pela Companhia do Cacheu e Cabo Verde, em 1690. Já no século seguinte, temos a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1757). Com a sua extinção, em 1778, será criada a Companhia de Comércio da Costa d’África, que atuou entre 1780 e 1786.

⁴⁰ António Carreira, historiador e etnólogo, foi dos maiores estudiosos e pesquisadores sobre a Guiné durante o período colonial. Com extensas publicações, esse pesquisador possui vários trabalhos publicados pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), obra considerada, pela generalidade dos pesquisadores, a maior publicação científica de todas as ex-colônias portuguesas. De 1946 a 1973, durante quase 28 anos, foram 110 edições normais e um número especial.

diplomacia junto dos potentados negros para assegurar a presença portuguesa diante das pretensões estrangeiras, é de salientar que o domínio português, no século XIX, é mínimo, pelo que se pode depreender do texto seguinte de Pélissier:

[...] ainda no do século XIX, esta Guiné extremamente reduzida se chama oficialmente Guiné de Cabo Verde. Esta não é então mais que uma fração da Guiné de Cabo Verde dos séculos XVI-XVII que começava, já o dissemos, na foz do Senegal e ia até ao cabo Ledo (cabo Serra Leoa atual, ao lado de Freetown).⁴¹

Assim, com o envolvimento direto e consentido nos assuntos da Guiné, os cabo-verdianos se constituíram “a verdadeira casta colonizadora” da Guiné. E tampouco surpreende que tenham sido, já na primeira metade do século XIX, os próprios cabo-verdianos e os guineenses de origem cabo-verdiana, a exemplo de Francisco de Carvalho d’Alvarenga e Honório Pereira Barreto⁴², que ali garantiram o domínio da coroa portuguesa diante das pretensões estrangeiras, pela assinatura de tratados com os potentados locais.

Tudo isso bem antes do processo decisivo de se repartir o continente entre as potências colonizadoras, pelos acordos da Conferência de Berlim, em 1885, para a ocupação efetiva dos territórios da África. E foram ainda os cabo-verdianos que, várias vezes, ao lado de Teixeira Pinto e seu auxiliar indígena, Abudu Injai, conduziram o processo da “pacificação da Guiné”.⁴³

No plano da gestão administrativa, das prioridades de investimento, do próprio povoamento, essa intromissão dos cabo-verdianos teve os seus aspectos negativos marcantes, já que, na administração e no Exército, o pessoal provinha majoritariamente

⁴¹ PÉLISSIER, 1997, v.1, p.41.

⁴² Honório Pereira Barreto (1813-1895), mestiço escuro, filho de cabo-verdiano, sargento-mor de Cacheu, com Rosa Carvalho d’Alvarenga, poderosa comerciante originária da Praça de Ziguinchor, ligados ao tráfico negreiro. Provedor do Concelho de Cacheu (1934), governador de Bissau e Cacheu (1837), rapaz inteligente, educado na metrópole, sintetizava o maior valor da “ação civilizadora” portuguesa na Guiné. Na defesa dos interesses da Coroa, celebrou tratados e acordos com régulos e até cedeu terrenos ao Governo português, para assegurar a soberania portuguesa contra as pretensões francesas. Nomeado tenente-coronel de segunda linha e agraciado com a mais alta condecoração portuguesa, a Ordem da Torre e Espada (1856), tornou-se o símbolo máximo do luso-tropicalismo.

⁴³ Em verdade, não foi campanha de pacificação, mas sim várias campanhas militares de conquista, entre 1912 e 1915, encabeçadas pelo oficial português Teixeira Pinto, contra a ainda feroz resistência nativa, concluídas com a vitória sobre os papéis e grumetes de Bissau, em agosto de 1915. A resistência primária à ocupação só terminou, de fato, com a subordinação dos revoltosos de Canhabque, em 1936.

do Arquipélago, não diretamente da metrópole, desempenhando papel de tutor da Guiné perante a metrópole.

Nesse caso, o tutelado é, num sentido kantiano, aquele que se encontra incapaz de usar a própria razão, justificando-se assim a tarefa da própria ambição civilizadora do colonizador, que se reproduzia pelo próprio homem cabo-verdiano. Esse é outro aspecto que, em termos educacionais e econômicos, atrasará a elevação do nível de vida dos nativos da Guiné relativamente às outras colônias portuguesas na África.

Em todas elas, Portugal não teve como prescindir da certa urgência de promover uma casta nativa de assimilados⁴⁴, para servir de intermediário na sua relação com a maioria da população autóctone. Assim, como exemplo, e em termos de valores coloniais, por importância, primeiro Angola, seguida de Moçambique, vindo a Guiné muito atrás.

No começo da segunda metade do século XIX, a presença portuguesa na Guiné mantinha-se acanhada. Os europeus eram escassos, quer pelas difíceis condições de fixações, quer pela resistência dos nativos à ocupação. A área de influência portuguesa reduzia-se à Praça de Bissau, presídios de Cacheu, Geba, Farim e Zguinchor, Posto de Bolor e Ilha de Bolama. Segundo Silva⁴⁵, eram locais permanentemente cercados e atacados por nativos.(ver Mapa 2)

Os dois estabelecimentos mais importantes eram Bissau e Cacheu. E foi numa dessas escaramuças, com os felupes⁴⁶ de Bolor, que um destacamento de cabo-verdianos foi massacrado, em dezembro 1878. Esse acontecimento teve grandes repercussões, tanto em Portugal como em Cabo Verde.

Lisboa decidiu então desanexar a Guiné de Cabo Verde. Pela Carta de Lei de 18 de março 1879, a Guiné passa a província autônoma, militar e administrativa, com Governo de competência idêntica ao da Colônia de São Tomé. E foi determinada a instalação da sede do Governo na Ilha de Bolama⁴⁷, disputada por portugueses e

⁴⁴ Assimilados são aquelas pessoas nativas que adquiriam algum nível de instrução dentro de padrões europeus.

⁴⁵ SILVA, António E. Duarte. *Invenção e construção da Guiné-Bissau*. Coimbra: Almedina, 2010.p. 21.

⁴⁶ Grupo étnico que habita o norte da Guiné, na fronteira com o Senegal.

⁴⁷ A escolha de Bolama como capital não só foi estratégica, por ser ilha com maior segurança, como também simbólica. Devido às pretensões inglesas, a ilha fora disputada por portugueses e ingleses. Esses chegaram a lançar incursões sobre Bolama em várias ocasiões, ocupando-a até, por períodos curtos. As invasões inglesas ocorreram em 1792, 1814 e 1827. As mais graves aconteceram em 1859 e 1861, quando os ingleses consideraram a ilha parte integrante de sua Colônia Serra Leoa. Portugal reagiu. A disputa foi para arbitragem, presidida pelo presidente dos Estados Unidos, Ulisses Grant, que acabou proferindo a

ingleses em várias ocasiões, sendo numa delas necessária atitude firme do Governo de Cabo Verde contra a incursão dos ingleses na ilha.

Com a prevalência da tese da “ocupação efetiva” sobre a dos “direitos históricos”⁴⁸ no Ato Geral da Conferência de Berlim (1885)⁴⁹, continua a disputa, nessa região ocidental da África, entre portugueses, franceses e ingleses. Assim, as fronteiras da Guiné Portuguesa foram definidas pela Convenção relativa à delimitação das possessões portuguesas e francesas na África Ocidental, assinada em Paris, em 12 de maio 1886.

Nesse tratado, Portugal perde os territórios de Casamansa, incluindo o presídio de Ziguinchor, ficando o território da Guiné Portuguesa reduzido a uma faixa litorânea. As demarcações alcançadas pelas sucessivas missões com tais objetivos e ações militares, contra ainda a resistência à ocupação dos nativos, foram configurando a Guiné Portuguesa, fisionomia moldada tanto espacial quanto demograficamente. (ver Mapa 3)

Contudo, apesar da nova condição da Guiné Portuguesa (Guiné Bissau, depois da independência)⁵⁰, a presença cabo-verdiana continuava forte. Para Tomás⁵¹, nas outras colônias, a colonização dependera, de certa forma, da criação de casta nativa intermediária entre os colonos brancos e a grande massa da população colonizada. Na Guiné Portuguesa isso não ocorreu.

Os cabo-verdianos se imiscuíram em tudo, difundindo seu próprio crioulo, logo língua franca, e tornaram-se o elo entre portugueses e nativos. Assim, apossaram-se de toda a vida da província, enquanto categoria de colonos subalternos e com os quais Portugal podia satisfatoriamente contar. O arranjo adia a formação de uma elite nativa guineense.

Convém também frisar que houve tentativa de limitar essa influência. O governador Vélez Caroço, empossado em 1921, executou várias obras rodoviárias que consolidaram

sentença em favor a Portugal, dia 21 de abril de 1870, fato registrado na historiografia colonial como Questão de Bolama.

⁴⁸ Durante a Conferência, houve confronto entre duas teses: a tradicional defendia o direito da prioridade de descobrimento, e outra só reconhecia o direito de quem ocupava de fato. A primeira tese de direitos históricos acabou sendo derrotada. Vinga a da ocupação efetiva, e o interesse português na África ficou, com esse resultado, gravemente afetado.

⁴⁹ Conferência em que se decidiu repartir o continente africano entre as potências europeias, realizada em Berlim, de 14 de novembro 1884 a 26 de fevereiro de 1885. Ver WESSELING, H.L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Revan, 1998.

⁵⁰ Em nossa exposição, vão aparecendo designações de Guiné, Guiné Portuguesa ou Guiné Bissau, mas, para nós, são equivalentes, e apenas os contextos históricos diferem.

⁵¹TOMÁS, 2007, p. 36-37.

a ocupação efetiva e saneou o funcionalismo público, limitando a influência dos cabo-verdianos.⁵²

Abstraindo, momentaneamente a intromissão cabo-verdiana, destacamos que, nesse momento, politicamente, já se podia admitir a emergência do homem guineense (ou bissauguineense), pois se formava uma base com elementos constitutivos dessa identidade: administração, território delimitado e população integrante de espaço territorial identificada. Não obstante a forma causal e arbitrária e problemas subjacentes, lançava-se também a semente do futuro Estado. Assim, há entre os estudiosos quem, a exemplo de Hobsbawm, defende que

a unidade imposta pela conquista e pela administração muitas vezes pode, na longa corrida, produzir um povo que se vê como uma “nação”, assim como a existência de Estados independentes terá algumas vezes criado um senso de cidadania patriótica.⁵³

Silva, no entanto, considera que somente a partir da década de 1940, quando a capital passou para Bissau, “pode demarcar-se a autonomização, interna e externa, de uma formação social ou entidade bissauguineense.”⁵⁴ Assim, destaca a evolução de outras providências administrativas, desde a implantação efetiva da colônia, até 1951, como, por exemplo, aquela que revogou o Ato Colonial, aprovando o Estatuto da Província da Guiné, em 1955, tornando esse território *Província Ultramarina*.

Mas, de qualquer forma, devemos admitir que, considerando número e variedade de grupos étnicos de usos, costumes e dialetos diferentes — tornando a Guiné Portuguesa um “mosaico étnico” — que perpassam o território ocupado, cruzando-se e diluindo seus espaços territoriais tradicionais, o que de outra forma dificilmente aconteceria, como bem admitem Monteiro e Rocha⁵⁵, é perfeitamente razoável falar acerca desse instante como a de emergência deste novo homem, sem risco de imprecisão conceitual, porque, de fato, foi quando apareceu o que ficará depois conhecido como bissauguineense.

⁵² SILVA, 2010, p. 25.

⁵³ HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 166.

⁵⁴ SILVA, 2010, p. 22.

⁵⁵ MONTEIRO; ROCHA, 2004, p. 53.

Capítulo II

Sociedades cabo-verdiana e guineense, suas percepções da realidade colonial e primeiros sinais da vontade de emancipação

Sociedade cabo-verdiana

Os cabo-verdianos, como produto do encontro luso-africano e sua sociedade, formada de duro processo de povoamento e colonização no Arquipélago, como referido, podem ser identificados desde o século XVIII. Eles não só encarnam, mas também são fruto do legado da ambição colonizadora portuguesa.

Em decorrência, como afirma Mendy, “em geral, permaneceram espiritual e psicologicamente amputados da África, considerando-se portugueses e civilizados.”⁵⁶ Portanto, sua autopercepção da realidade colonial não era de povo colonizado. E, como os habitantes do continente africano eram, normalmente, pela lente sociopolítica europeia, selvagens e primitivos, os cabo-verdianos não se reconheciam em tal categoria.

A sociedade cabo-verdiana, hoje, é distribuída entre brancos, mestiços e negros, mas mestiços e pretos representam quase 95% da população. Desde os primeiros tempos de colonização, essa sociedade tinha consciência de raça e cor, devido à própria significação especial que o português atribuía a essas variações de fenótipo.

O elemento mestiço, nas palavras de Peter Mendy, sempre recebia tratamento diverso daquele dado à população preta. E, geralmente, os mestiços reclamavam os direitos e privilégio de seus pais.

Para eles, a herança paterna é que contava, e acabavam com isso reforçando o pressuposto de que os negros são inferiores aos brancos. Como grupo à parte, o mestiço civilizado e mais português do que o preto acabava internalizando os pressupostos racistas, característicos do discurso colonial, e rejeitavam a memória coletiva de passado de ascendência africana em prol de paradigmas metropolitanos.⁵⁷

⁵⁶ MENDY, 1994, p. 94.

⁵⁷ MENDY, 1994, p. 93-94.

Aqui, está clara a exaltação do papel português na formação do mestiço. Ao longo dos séculos, eles contribuíram dentro e fora da sociedade cabo-verdiana, identificando-se com a ambição civilizadora de Portugal. Imaginaram-se a vanguarda da luta lusitana para civilizar os nativos africanos.

Mendy⁵⁸ salienta o acesso à educação como diferencial na construção dessa visão cabo-verdiana da realidade colonial. Na fase inicial da colonização, eram os filhos dos colonos brancos que usufruíam dos privilégios da alfabetização. Mas, depois, com a sociedade cada vez mais cruzada, devido principalmente à escassez de brancas, os mestiços constituíram parcela significativa dos filhos dos colonos brancos, e aqueles que eram reconhecidos pelos pais eram mandados para a escola.

Era uma educação que, em vez de promover igualdade, perpetuava as diferenças⁵⁹ culturais entre os considerados civilizados e os incivilizados, esses últimos representados, geralmente, pela população negra do Arquipélago. Portanto, como meio de ascensão e mobilidade social, a educação portuguesa favoreceu aos mestiços o sucesso na imitação do estilo de vida lusitano, com razoável distanciamento das coisas africanas.⁶⁰

Fora de Cabo-Verde, a educação abria também portas para postos de administração colonial que os cabo-verdianos souberam bem aproveitar, porque o empreendimento educacional português, nas suas colônias, deixou Cabo-Verde com relativa vantagem nesse quesito.⁶¹ Como exemplo, mostrado por Mendy, em 1959, Cabo Verde contava com índice de analfabetismo de 78% — contra 99% da Guiné, 98% de Moçambique e 97% de Angola.⁶² Formava-se, assim, uma elite de letrados apenas em Cabo Verde dentre as colônias lusitanas em África.

⁵⁸ MENDY, 1994, p.95.

⁵⁹ É espantoso constatar que, até às vésperas do fim do domínio colonial, a política educacional portuguesa com relação às suas colônias na África ainda mantinha esse objetivo de diferenciação. Como explicitou o ministro português do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, em uma declaração proferida em meados de 1972: “A educação ... não pode ter como objetivo a mera difusão do conhecimento, mas sim a formação de cidadãos capazes de compreender os imperativos da vida portuguesa, interpretá-los e transformá-los numa realidade constante a fim de assegurar a continuidade da nação.” Cf. FERREIRA, Eduardo de Sousa. *Aspectos do colonialismo português*. Lisboa: Serra Nova, 1974. p. 227.

⁶⁰ MENDY, 1994, p. 95-96.

⁶¹ Convém assinalar que a instituição do ensino secundário, em Cabo-Verde, aconteceu com a criação do primeiro Liceu em 1861, enquanto na Guiné, o liceu só foi criado nos finais da década de 1950.

⁶² MENDY, 1994, p. 96.

Apesar de tudo, essa sociedade relativamente homogênea e privilegiada de matriz luso-africana, que se pretendeu mais europeia do que africana, afigurava-se também numa sociedade colonizada, com história igualmente marcada de exploração e abandono. Como a seca e a fome sempre foram os maiores flagelos durante os últimos 100 anos, isto forçou boa parcela de sua população a optar por emigração; nas primeiras décadas do século XX, para, por ordem de atração, Estados Unidos e Guiné Portuguesa.

Sociedade guineense

Por sua heterogeneidade, falar da sociedade guineense (ou sociedades guineenses) com alguma profundidade é difícil. A Guiné já mereceu os epítetos de “mosaico étnico” ou “Babel Negra”⁶³ de alguns autores, justamente por sua extrema diversidade humana.

Com grande variedade de grupos de línguas, costumes e hábitos, vivendo em território pequeno (36.125 km²), era natural que essa coexistência apresentasse seus momentos de fricções. É importante, porém, observar que, em determinadas ocasiões, os portugueses souberam aproveitar-se da situação para obter aceitação e ajuda de uns em relação a outros. Naturalmente isso influenciou na forma que cada um enxergava a situação colonial.

Para Mendy, no entanto, apesar dessa diversidade, “as numerosas facetas que estes grupos têm em comum são mais do que o total da soma das suas diferenças.”⁶⁴ E, para não fugirmos ao propósito deste trabalho, tentaremos esboçar uma abordagem geral, mas que nos permite uma noção de sua principal composição étnica e de como se deu, no geral, a reação à colonização, quer como resistentes, quer como colaboradores dos portugueses.

No período colonial, o melhor trabalho censitário na Guiné Portuguesa foi dirigido por António Carreira, em 1950. Para destacar a reação dos nativos à presença portuguesa, embasamo-nos então nos dados recolhidos naquela data por dois motivos. Primeiro, porque é o único estudo rigoroso, durante o período colonial, para determinação da população da Guiné Portuguesa. Segundo, o ano do levantamento se aproxima do recorte temporal de nosso objeto de estudo.

⁶³ SIMÕES, Landerset. *Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné*. Porto: 1935.

⁶⁴ MENDY, 1994, p. 78.

Grosseiramente, a sociedade guineense se dividia em dois grupos principais. De um lado, um pequeno número de civilizados (dotados de cidadania portuguesa) e uma ampla maioria de indígenas (não assimilada). De outro lado, temos os estrangeiros e os portugueses.

Conforme os números do censo, o quadro a seguir mostra a distribuição da população indígena por importância numérica, considerados apenas os doze primeiros grupos étnicos que representavam mais de 70 % da população da Guiné Portuguesa.

QUADRO 1

População dos principais grupos étnicos (1950)

Grupo étnico	Total	Percentual do Total
Balanta	146.305	29,1
Fula	108.402	21,5
Manjaco	71.712	14,2
Mandinga	63.750	12,6
Pepel	37.341	7,2
Mancanha (brame).....	16.300	3,2
Biafada	11.581	2,3
Biojagó	10.352	2
Felupe	8.167	1,6
Balanta-Mané	7.941	1,6
Mansoaca (cunante)	6.050	1,2
Baiote	4.373	0,9
Nalu	3.000	0,6

Fonte: A. Carreira, "Censo da população não civilizada de 1950", *BCGP* vol. VI, nº 21, Bissau, 1951.

De maneira geral, reconhece-se que os africanos da Guiné ofereceram forte resistência à ocupação portuguesa: prova disso são as campanhas de conquista que só terminaram em 1915. Contudo, pode-se destacar no grupo indígena, com cerca de 500.000 habitantes, os islamizados — Fulas e Mandingas. Esses mereceram grande reconhecimento dos portugueses. Foram considerados superiores pelos portugueses, por terem protagonizado grandes impérios subsaarianos e desenvolvido organização social e política mais sofisticada. Obtiveram, com efeito, distinção especial, e, talvez, por essa razão, muitos fulas e mandingas colaboraram com os portugueses. Os demais guineenses considerados animistas se revelaram mais resistentes à presença portuguesa.

Em verdade, os portugueses reconheciam nos Fulas e Mandingas a influência da cultura árabe, e sua origem era associada ao cruzamento hamítico e semítico. Por isso, eram vistos como superiores aos animistas. Isso, evidentemente, refletiu-se na autopercepção desses grupos enquanto colonizados diferentes dos demais.⁶⁵ Entre eles e os portugueses, acreditava-se, a relação era de antigos e atuais conquistadores.

Segundo Cardoso⁶⁶, o modelo implantado pela política colonial portuguesa, baseado na assimilação e integração dos povos colonizados, funcionava, na prática, com a manutenção das tradicionais formas de organização social e política dos próprios nativos. Isso, claro, implicava na manutenção dos líderes tradicionais em posições de comando na colônia.

Como o modelo propiciava certa disputa pela preferência do poder colonial, evidentemente, saíam-se bem os grupos mais colaborativos e aqueles com maior organização social antes da chegada dos portugueses. Os demais indígenas eram de cultura política de fraca estratificação e hierarquização. Os Balantas, por exemplo, maior grupo étnico da Guiné Portuguesa, por norma, tinham sociedade sem centralização política, o que, em certa medida, incapacitava-os na disputa pela benesse do poder colonizador.

Para Cardoso⁶⁷, a consolidação dessa estrutura na Guiné se deveu ao surgimento de certa classe intermediária entre o poder colonial e as estruturas tradicionais. Sobressaíram-se os cabo-verdianos emigrados do Arquipélago, descendentes mestiços desses e, progressivamente, alguns africanos assimilados da comunidade local. Por essa persistente intromissão, já referida, os cabo-verdianos foram vistos pelos guineenses, o tempo todo, na condição de colonizadores.

Os trabalhos dos missionários, tanto na educação moral cristã quanto na alfabetização, formaram esses primeiros assimilados, os poucos nativos instruídos, que, por isso, conseguiam acessoriamente concorrer com os cabo-verdianos no espaço privilegiado da vida na colônia.⁶⁸

⁶⁵ MENDY, 1994, p.78-79.

⁶⁶ CARDOSO, Carlos. *A formação da elite política na Guiné Bissau*. Lisboa: CEA — Centro de Estudos Africanos, 2002. p. 15-16. (Occasional Papers Série 5)

⁶⁷ CARDOSO, 2002, p.16.

⁶⁸ CARDOSO, 2002, p.16.

Da população dita civilizada, ou seja, com cidadania portuguesa (incluídos os assimilados desde 1946), havia 8.320 residentes. Dentre eles, 1.501 eram originários da metrópole, 1.703 de Cabo Verde e os restantes 4.644 da própria Guiné Portuguesa. Os estrangeiros, a maioria síria e libanesa, contavam 366 residentes.

Percebe-se, num panorama social heterogêneo, a sociedade marcada pela diversidade de estatutos, embora articulados ao sistema do poder instalado. Na opinião de António Silva, apesar de tudo, na Guiné Portuguesa, sua população nunca se pensou e se sentiu diferente de povo colonizado sujeito a todos os tipos de exploração que tal condição impunha.⁶⁹

Desde 1917, quando foi promulgada a lei do Estatuto do Indigenato, responsável pela divisão da população em indígenas e não indígenas, ou seja, não civilizados e civilizados, continuavam considerados indígenas, os negros ou descendentes sem as condições de falar, ler e escrever Português, dispor de suficientes rendimentos para sustento familiar, ter bom comportamento e ter cumprido os serviços militares. É significativa a discrepância com os cabo-verdianos, que nunca estiveram sujeitos ao regime de indigenato.

Sintomas de mudança

Depois do apogeu do governo colonial na década de 1940 na Guiné, sobretudo, o mandato do governador Sarmento Rodrigues (1945 -1949), grandes acontecimentos marcaram a vida na colônia. Verificaram-se investimentos em obras públicas, em infraestrutura, em educação, em saúde, em transporte, em comunicações etc.

No plano social, houve a extinção da condição de assimilado, a partir de 1946, com a publicação do *Diploma dos Cidadãos*. A diferenciação entre os guineenses passou a duas categorias: indígenas e cidadãos (civilizados). Na área cultural, observa-se a criação do Centro do Estudo da Guiné Portuguesa para organizar o Museu da Guiné Portuguesa e dirigir a publicação do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.

No ano de 1946 uma grande comemoração atravessou todos os seus dias pelo quinto centenário da descoberta da Guiné. No campo desportivo, inaugurou-se o Estádio de

⁶⁹ SILVA, 2010, p. 34.

Bissau, em 1948. Silva destaca, devido a esses acontecimentos, o mandato de Sarmento como aquele que “correspondeu a um período de particular coesão e progresso na história colonial da Guiné.”⁷⁰

Mas, se, na década de 40 do século XX “a colonização mantinha uma conotação positiva”⁷¹, já não se podia dizer o mesmo dos acontecimentos da década seguinte. A Guiné Portuguesa entrou nos anos 1950 enfrentando realidade política que extrapolava a situação interna das colônias portuguesas, condizente com todo um aspecto da conjuntura internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial. O mundo transformava-se.

Países outrora dominados pelas potências coloniais captaram essa evolução política, e vários grupos com ideologias independentistas começaram a surgir no continente. Na Guiné Portuguesa, registrou-se, após a Segunda Guerra Mundial, uma série de revoltas populares contra o poder colonial.

Conforme Amado, “o vento da mudança afetou inquestionavelmente a consciência nacionalista dos guineenses”⁷². Leopoldo Amado, portanto, associa tais mudanças nacionalistas na Guiné ao regresso de Amílcar Cabral a Bissau, em 1952, depois de ter concluído seu estudo de agronomia, em Portugal. Considera, ainda o estudioso, que a experiência acumulada na vida estudantil de militante contribuiu para configurar as reivindicações na Guiné Portuguesa.

É isto que queremos discutir nos próximos capítulos. Porque, se, em geral, costuma-se concordar com a importância do papel desempenhado pelas elites intelectuais nos territórios coloniais para o surgimento do nacionalismo, fica ainda por esclarecer cabalmente, não obstante tudo quanto se possa dizer a favor, se eles foram, de fato, os portadores dessa missão.

Se, como disse Bhabha, a própria luta contra a opressão colonial é também uma forma de contestação da “ideia historicista ocidental de tempo como um todo progressivo e ordenado”⁷³, e considerando que a elite intelectual da colônia formara-se no seio do

⁷⁰ SILVA, 2010, p. 44.

⁷¹ SILVA, 2010, p. 79.

⁷² AMADO, Leopoldo. Da Embriologia nacionalista à guerra da Libertação. Disponível em: <<http://www.didid-nho.org/estudosepesquisas.html>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

⁷³ BHABHA, 1998, p. 72.

projeto colonizador, merece maior reflexão sua posição de vanguarda e agente de transformação. É o que se pretende realizar nos próximos capítulos.

PARTE II

O PENSAMENTO POLÍTICO DE AMÍLCAR CABRAL

Capítulo 1

Unidade e luta na lógica do pensamento político de Amílcar Cabral: significação e objetivo

Relevante é o papel que desempenharam na luta das ideias o confronto e produção das ideologias pelos intelectuais⁷⁴ africanos — dentre eles Amílcar Cabral — na elaboração do sistema de pensamento político que as lutas de descolonização exigiam no âmbito africano.

O movimento de libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde, PAIGC, possuía clara orientação revolucionária, e Amílcar Cabral foi seu líder e ideólogo. Para ele, a luta armada era um princípio político que devia orientar as ações do Partido e era uma prioridade. Ele afirmava que “a nossa luta, tomada no seu aspecto fundamentalmente político, no seu aspecto principal que é o aspecto político,”⁷⁵ assim, para alguns atos relacionados à luta armada de libertação, como “a estratégia e até as táticas” a serem adotadas, outros princípios poderão até ser enunciados, mas estes não serão “mais do que a aplicação dos nossos princípios gerais no campo da luta armada.”⁷⁶

Essas palavras não deixam de ser reveladoras da importância que Amílcar Cabral atribuiu à elaboração e aplicação de princípios que devem dirigir a conduta dos homens, agrupados dentro de uma organização, para uma luta política. No pensamento político

⁷⁴Cabe aqui observar que “grupo de intelectuais” refere-se àquelas pessoas que, nem tanto pela sua profissão, mas, principalmente, pela sua possibilidade de acesso a conhecimentos e cultura do colonizador, tiveram o privilégio que as massas populares não tiveram possibilidade de adquirir. São assalariados, funcionários, estudantes, professores, sindicalistas, engenheiros, médicos etc. Portanto, todos aqueles que, de alguma forma, adquiriram algum tipo de formação com a colonização, ainda que seja uma parcela ínfima da população na época, já que a grande maioria do povo colonizado não dispunha desse privilégio. É esse pequeno grupo que o próprio Amílcar Cabral denomina de “pequena burguesia”, diz ele, a única força capaz de dirigir a luta de libertação. Acerca desse assunto, trataremos mais adiante nos próximos capítulos.

⁷⁵CABRAL, *apud* ANDRADE, Mário de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*, I, Arma da teoria. Lisboa: Serra Nova, 1976. v.1, p. 117.

⁷⁶ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v, 1, p.117.

de Amílcar Cabral, o tema *unidade e luta* aparece em primeiro plano, porque constitui o pilar ideológico de seu projeto político.

Unidade

Como “um primeiro princípio” do Partido, o que é *unidade* em Amílcar Cabral? O conceito de *unidade* é usado por Amílcar Cabral em dois sentidos: estático e dinâmico. Em sua acepção estática, não representa mais que

[...] uma questão de número; por exemplo, se consideramos o conjunto de garrafas que há no mundo, uma garrafa é uma unidade. Se consideramos o conjunto de homens reunidos nesta sala, o camarada Daniel é uma unidade.⁷⁷

Não é essa a acepção da noção empregada por Cabral, pois, segundo suas palavras, diz ele: unidade é “transformar um conjunto diverso de pessoas num conjunto bem definido, buscando um caminho.”⁷⁸ Assim, para Cabral o sentido de unidade, como um princípio de organização, significa que: “Qualquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo.”⁷⁹ Unidade, portanto, no discurso cabralista assume a acepção dinâmica do termo.

No que diz respeito ao conceito em si, pensando, sobretudo, no trabalho de Reinhart Koselleck,⁸⁰ *Begriffsgeschichte* (uma história de conceitos), acerca da distinção entre palavra e conceito, é de notar que o termo unidade, segundo sua acepção dinâmica, definida por Cabral, ganha em conteúdo e descreve uma experiência histórica concreta, pelo processo de elevar um conjunto diverso de pessoas, no caso uma organização política, a um estado ou qualidade do que é único em torno de um objetivo concreto.

Desse modo, a palavra passou a conter, de uma forma sintetizada e abstrata, uma teoria acerca de união política para a execução de uma ação. É nessa condição que, segundo Reinhart Koselleck, uma palavra se transforma num conceito. Assim, o termo unidade, tomado na sua acepção estática, denotando apenas um elemento de um todo, remete-nos

⁷⁷ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1 p.117.

⁷⁸ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.117.

⁷⁹ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.117.

⁸⁰ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. v. 5. n.10. p. 135.

também a um sentido que indica um conteúdo, mas que, porém, não se refere a uma ação ou quadro de experiência histórica concreta.

Para Amílcar Cabral, de um modo geral, a necessidade de unidade se fundamenta na diferença, porque, “se estas não forem diferentes, não é preciso fazer unidade; não há problema de unidade.”⁸¹ Por isso, diz ele, um time de futebol, a título de exemplo, formado por pessoas diferentes, tem de agir em conjunto, ou seja, unido em torno de um objetivo concreto, que é ganhar a partida contra o adversário.

Pela análise textual feita até aqui, temos de admitir que a formulação do conceito de unidade de Amílcar Cabral não apresenta maiores dificuldades em termos de sua significação e compreensão. No entanto, ainda não está claro em torno de qual objetivo se deve fazer a unidade e nem em que consiste a necessidade de realizá-la. Acerca dessas questões, procedemos à análise do contexto em que o discurso foi elaborado para tentar resolver essa dificuldade.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que os conceitos emergem para significar alguma coisa, para dar algum sentido. Portanto, afirma Reinhart Koselleck, “um conceito relaciona-se sempre àquilo que quer compreender”, assim como “articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar tornando-o compreensível.”⁸²

Nesse sentido, destacamos a observação em que Amílcar Cabral esclarece que:

Nós somos um povo, ou membros de um povo, que a certa altura de sua história, tomaram um certo rumo no seu caminho, criaram certos problemas no seu espírito e na sua vida, orientaram a sua ação numa certa direção, puseram certas perguntas e buscaram respostas. Tudo pode ter começado por uma pessoa só, por duas, três, seis. A certa altura, apareceu este problema no nosso seio — Unidade. E o Partido foi tão advertido, quer dizer, entendeu isso tão bem, que, no seu próprio lema, adotou como princípio, como base de tudo — unidade e luta.⁸³

Amílcar Cabral parece confirmar unidade e luta como princípio político de seu partido e de orientação de ações revolucionárias. A relação entre militante e partido parece ser

⁸¹ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 118.

⁸² KOSELLECK, 1992, p. 136.

⁸³ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 119.

dada de uma vez por todas por esse modo de articulação entre unidade e luta, de tal maneira que ambos não existiriam separados.

Ainda, pelas observações anteriores, fica também evidente estarmos diante de uma estrutura de organização do tipo gramsciana⁸⁴, que exige “homogeneização e coesão” de seus elementos, para poder desempenhar o seu papel “histórico” de interpretar os desafios que as circunstâncias apresentam e tentar resolvê-los, criando novas circunstâncias.

No caso em análise, se vivia o momento histórico de descolonização do Continente africano. Subsumido a esse contexto, o PAIGC, o partido de Amílcar Cabral, lutava-se pela libertação e pela unidade de Guiné e Cabo Verde.

Por libertação propugnava-se a luta contra o colonialismo português, e todos conheciam bem o opressor, que era um inimigo externo. Para a realização da unidade, contudo, — uma tarefa interna que não dependia de fator externo —, pelo menos num certo grau, não bastava apenas realizá-la, seria necessário continuar a lutar na medida em que ela “também é um meio, não é um fim.”⁸⁵

No contexto particular da luta de libertação da Guiné e Cabo Verde, Amílcar Cabral não situava a necessidade da unidade no plano da diferença do ponto vista de objetivos ou programas políticos, já que, anteriormente, não se fazia política, segundo ele, tanto na Guiné como em Cabo Verde, e nem havia partidos políticos. Amílcar Cabral enfatizava essa necessidade da seguinte forma:

⁸⁴ Para António Gramsci (1891-1937), o surgimento do partido político é dado pelo desenvolvimento histórico, pois, modernamente, cabe-lhe, como um organismo social, desempenhar as funções do agente da vontade coletiva que não pode ser mais encarnado por um indivíduo — o Príncipe, de Maquiavel. Na sua teoria do partido político, este só pode ser concebido como um todo “coesivo e estruturado”, e não como “uma agregação amorfa de interesses corporativos”, porque só assim pode se tornar “organizador e expressão de uma vontade coletiva.” Nesse sentido, a função do partido não difere da dos intelectuais que “dão forma homogênea à consciência da classe a que estão organicamente ligados.” Por isso, Gramsci afirma: “Todos os membros de um partido devem ser considerados como intelectuais.” O Partido é uma espécie de “intelectual coletivo.” Assim, ao conceber sua estrutura orgânica, a partir de sua experiência italiana, Gramsci baseia-se na confluência de três elementos fundamentais: 1) um estrato de “homens comuns, médios”, caracterizados mais “pela disciplina e fidelidade” do que “pelo espírito criativo”; 2) um estrato coesivo principal, que organiza e centraliza, ou seja, que dirige o partido; e, 3) um estrato intermediário, que serve de ligação entre os outros dois, apresentando traços de um e de outro. Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 117-126. (Fontes do pensamento político. V. 2).

⁸⁵ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 119-120.

[...] problema da unidade surge na nossa terra, repito, não por causa da necessidade de juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes, mas sim de juntar pessoas com situação econômica diferente, apesar de essa diferença não ser tão grande como noutras terras que possuem uma situação social e culturas diferentes, incluindo a religião. Pusemos o problema de unidade na nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, no sentido de tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos de opor à do inimigo.⁸⁶

Nesse excerto, observa-se que o argumento acerca da necessidade de unidade parece restringir-se apenas à conveniência fundamental de uma harmonização de forças em contraposição ao inimigo, num sentido de que a união faz força. Se fosse assim, seríamos levados a pensar que Amílcar Cabral, ao privilegiar a dimensão econômica na sua avaliação da diferença entre guineenses e cabo-verdianos, teria tentado minimizar o problema crucial de natureza sociopolítica na relação entre Guiné e Cabo Verde, que, necessariamente, não podia se limitar apenas ao aspecto econômico. Esse tipo de visão não reflete, como vimos anteriormente, perspectiva mais longa e mais enraizada da história dos povos dessas duas colônias,

[...] uma vez que, cabo-verdianos e guineenses tinham condições de vida diferentes, como se viu, estavam também submetidos a sistemas jurídicos distintos — em que os cabo-verdianos eram cidadãos e os guineenses na sua maioria esmagadora, indígenas [...] ⁸⁷

Amílcar Cabral estava, por óbvio, pensando em unidade como resolução das diferenças sociais e históricas entre guineenses e cabo-verdianos. Ele tinha razão. De fato, sob dominação colonial, ao colonizado de maneira geral era vedado o exercício político-partidário⁸⁸, sobretudo, contra o poder colonial. Mas isso não implicava em não ter ideias políticas diferentes, sobretudo, em um determinado momento de sua história colonial, quer de colaboração ou de rejeição à própria dominação.

⁸⁶ CABRAL *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 119.

⁸⁷TOMÁS, 2007, p. 109.

⁸⁸É importante destacar que não foram raros casos relatados de militância de alguns colonizados africanos nos Partidos Comunistas ou Socialistas da metrópole, mesmo onde esses partidos só podiam funcionar na ilegalidade, como era o caso de Portugal. Provavelmente, foi através desses tênues contatos com os comunistas da metrópole que alguns deles ganharam suas primeiras aulas de noção de consciência política. E sem falar também do papel de atividades sindicais.

Por um lado, a diferença econômica não se expressava apenas no seu aspecto material. Para António Gramsci, por exemplo, ela condiciona “o âmbito das alternativas que se colocam à ação do sujeito”⁸⁹. Entendemos também que toda ação consciente do sujeito se dá, em última instância, como um ato político, no sentido de saber se o resultado será o que se deseja.⁹⁰ Já para Ademar Bogo, “a unidade política depende das ideias [políticas] e, de ambas, depende a unidade nas ações”.⁹¹ Portanto, quando Amílcar falava de unidade política, se referia, com certeza, à sintonização de ideias, propostas, pontos de vistas e projetos supostamente diferentes, mas que, em última instância, eram todos de natureza política, em busca da solução de um problema comum.

Como nos mostra o historiador guineense Leopoldo Amado, no seu trabalho sobre as movimentações do independentismo guineense, a própria trajetória de Amílcar Cabral, até sua afirmação como líder do PAIGC, foi marcada pelas fortes discordâncias entre guineenses e cabo-verdianos no campo das ideias políticas. Nem todo mundo concordava com “os propósitos unitários que ele postulava na Guiné, na luta contra o colonialismo português.”⁹²

As teses contrárias à unidade sustentavam-se também nos fatos históricos. Os discordantes acusavam “os cabo-verdianos de terem ajudado os portugueses na dominação colonial da Guiné e, perante a iminência de independência, pretenderem substituir os colonialistas.”⁹³

Na tentativa de evitar a nova implicação dos cabo-verdianos em assunto da Guiné relacionado à emancipação, “eram contra a ideia da independência imediata porque tal colocaria os guineenses sob a subordinação dos cabo-verdianos, situação essa que originaria revolta na medida em que os guineenses tinham mais queixas contra os cabo-verdianos do que os portugueses.”⁹⁴

Sobre essa questão de independência imediata ou não, importa, contudo, um esclarecimento adicional: na reflexão sobre a independência, havia no pensamento político africano a ideia de gradualismo. Manter certas exigências de reserva para uma

⁸⁹ COUTINHO, 1981, p. 75.

⁹⁰ ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2003. (edição recomendada)

⁹¹ BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Expresso Popular, 2008. p. 242.

⁹² AMADO, acesso em 3 mar. 2011.

⁹³ AMADO, acesso em 3 mar. 2011.

⁹⁴ AMADO, acesso em 3 mar. 2011.

etapa posterior. E, para os defensores da independência imediata, tidos como radicais, todas as exigências eram dadas de uma vez por todas.

Sem dúvida, essa aversão à participação dos cabo-verdianos⁹⁵ no processo da libertação da Guiné impunha a necessidade de unidade no projeto de Amílcar Cabral, como condição *sine qua non*. Do contrário, não haveria como justificar a presença dos cabo-verdianos, incluindo a do próprio Amílcar Cabral⁹⁶, como aliados dos guineenses na luta pela libertação e, sobretudo, como líderes.

De fato, a ligação histórica, e a união entre guineenses e cabo-verdianos, não se sustentava somente em experiências positivas de convivência entre os dois povos. Além disso, a proposta de unidade não partiu *prima facie* dos guineenses. De certo, se tivesse sido proclamada de início pelos guineenses, na condição de parte mais vitimada pelo fator colonial comum, a proposta geraria menos desconfianças. Por outro lado, mesmo em nome da unidade, revelava-se certa prevalência dos cabo-verdianos como “os escolhidos”⁹⁷ para liderar a luta junto aos guineenses.

Apesar da identidade da opressão colonial, é inegável que as diferenças sociopolíticas construídas entre Guiné e Cabo Verde, demonstradas na primeira parte deste trabalho, são exemplos explícitos dos conflitos potenciais subjacentes à proposta de unidade propugnada por Amílcar Cabral.

Assim sendo, e, principalmente, perante os apoiantes guineenses das propostas unitárias de Amílcar Cabral, a participação cabo-verdiana passou a ser condicionada, de maneira sutil e velada, o tempo todo, pelos seus esforços na tentativa de também dissipar na prática essas desconfianças. Disto resultou o calcanhar de Aquiles do projeto cabralista de unidade.

Essa principal fraqueza do projeto de Amílcar Cabral relacionava-se, a nosso ver, a dois aspectos importantes e intrínsecos ao processo de libertação da Guiné e Cabo Verde:

⁹⁵Convém um maior esclarecimento: os cabo-verdianos de que se fala são aqueles que já estavam na Guiné, e alguns até lá nasceram, como funcionários auxiliares da administração colonial. Todo o desenrolar inicial desse processo de unidade na Guiné se deu quase que à revelia da população cabo-verdiana habitante do Arquipélago.

⁹⁶ Oficialmente, Amílcar Cabral, filho de cabo-verdianos, nasceu na Guiné e, aos oito anos de idade, se mudou com os pais para Cabo-Verde. Mas sua verdadeira naturalidade é hoje motivo de dúvida para algumas pessoas.

⁹⁷ Como se fossem os únicos capazes de desempenhar tal missão histórica, independentemente da direção e vontade do outrem.

1 — Por ser mais bem preparada em termos de educação, a vanguarda política foi quase toda ela assumida por cabo-verdianos.

2 — As tarefas revolucionárias impunham disciplina política⁹⁸ e centralização que confeririam todo o poder de decisão e de direção a essa pequena elite do partido.

Assim, por mais que se tente admitir, com a contra-argumentação de que o papel dessa elite de vanguarda vai ao encontro das massas, e que ela mesma não é senão fruto das massas, e, por conseguinte, não é uma formação exterior, ficam caracterizadas dificuldades com as quais o projeto de unidade tem de lidar na sua execução.

Mesmo António Gramsci já chamava atenção para os riscos da perda de caráter democrático de um partido centralizado, que podia burocratizar-se, convertendo-se num órgão de polícia.⁹⁹ E a burocratização neste caso alimentaria naturalmente a chama de divergências manifestadas desde o início.

De qualquer modo, é importante esclarecer que o problema de unidade não era um assunto exclusivo de Amílcar Cabral, e nem era de sua invenção. Pelo contrário, era um dentre vários temas do pensamento político africano, durante e depois do período das independências.

Assim, olhando para o contexto político africano da época, seria possível sugerir que o discurso de unidade de Amílcar Cabral estava apenas a endossar “um ponto de vista geralmente aceite no seu tempo”.¹⁰⁰

No entanto, em termos de ideias políticas, como Amílcar Cabral estava também empenhado na tentativa de unir os povos da Guiné e de Cabo Verde em uma única luta de libertação, podemos afirmar, com toda a legitimidade, que o seu sentimento não poderia ser, definitivamente, contrário à proposta de unidade.

Yves Benot¹⁰¹, em sua obra *Ideologias das independências africanas*, traça com riqueza de detalhes os debates em torno dos principais temas do pensamento político africano. Segundo ele, logo cedo nas suas lutas pela independência, e na medida em que as lutas

⁹⁸ Importa-se sublinhar que, neste caso, em se tratando da luta armada, a disciplina é equivalente à de um exército.

⁹⁹ COUTINHO, 1981, p. 125.

¹⁰⁰ SKINNER, Quentin. *Visões da política sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL, 2005. p.164.

¹⁰¹ BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981. v. 1.

iam ganhando novos contornos, os africanos se viram confrontados com diferentes realidades práticas que implicavam reflexão dos seus pensadores.¹⁰²

Para além da independência, o pensamento político africano desenvolveu-se também em torno dos outros grandes temas, tais como, a unidade africana, a política internacional africana, o socialismo, a natureza da sua democracia, a cultura.

Tudo isso mostra as relações complexas existentes entre o pensamento político africano e a evolução do contexto político mundial, de tal modo que as tendências expressas pelas ideologias africanas, quaisquer que fossem, “são sempre pensadas em função de uma estratégia mundial.”¹⁰³ E, como prossegue Yves Benot, isso tem a ver com o fato de “os nacionalistas africanos souberam ao mesmo tempo compreender e aproveitar ativamente este contexto internacional.”¹⁰⁴

De fato, depois do cataclismo da Segunda Mundial e o enfraquecimento das potências coloniais, e com o novo rearranjo do cenário geopolítico mundial em dois polos antagônicos — capitalismo e socialismo —, que reagrupou os Estados nacionais do planeta através do efeito dessas duas influências, a onda de descolonização alcançou o seu auge. Os africanos perceberam que essa situação internacional podia favorecer e apressar a sua libertação.

Nascida no quadro do movimento pan-africanista, iniciado em 1900, pelo advogado Sylvester Williams, de Trinidad, a unidade africana foi introduzida de fora para dentro pelo afro-americano W. E. B. du Bois, a partir do Congresso de Pan-Africano de Paris, de 1919. Entre um congresso e outro, a tônica na unidade foi ganhando um tom essencialmente político, mas somente em 1945, no Congresso de Manchester, o seu conteúdo político concreto se consolidou.

Mesmo trazida de fora, entre os grandes temas do pensamento político africano, é a noção de unidade africana que, de início, se impôs praticamente devido à necessidade de coordenar as lutas parciais. E o êxito dessas lutas exigia reunião das forças vivas dos países colonizados.¹⁰⁵

¹⁰² BENOT, 1981, v.1, p. 12-13.

¹⁰³ BENOT, 1981, v.1, p. 5.

¹⁰⁴ BENOT, 1981, v.1, p.4.

¹⁰⁵ BENOT, 1981, v.1, p. 195.

À primeira vista, nos parece desnecessário um esforço especial para perceber a conotação positiva que essa noção carregava, o que endossaria sua legítima transposição para outros quadros de experiência política africana. Se, na colonização, foi preciso dividir para dominar, como se sabe, é natural que, na descolonização, como o oposto, seja necessária a reivindicação da união de todas as forças dos países colonizados contra o colonialismo.

É através da noção de unidade que se exprimia

[...] um fato real, isto é, a identidade de destino de um conjunto de povos sobre os quais se abatera, por toda a parte, a dominação colonial e racista, a verdade é que a luta política real teve de ser organizada, país por país, em função de circunstâncias muito particulares, tendo sido através dessa luta que a exigência da unidade africana tomou forma e se tornou um fator político concreto.¹⁰⁶

Para não nos limitarmos a essa observação, que parece um tanto quanto conclusiva, importa considerar que, a essa altura, e em termos de conteúdo, a própria noção de unidade africana, no sentido de união, reveste-se de certa ambiguidade.

Unir o quê? Deduzida de qual quadro de experiência? Se considerarmos que a colonização já deixara lançada sua *semente da profanação*, em que a África atual não corresponde exatamente à realidade anterior à conquista, logo não se trata mais de uma simples oposição, digamos, união *versus* divisão. Ainda que a união se constituísse num passo forçoso, não indicaria necessariamente a saída, porque o fato historicamente novo é agora aquilo que impede ou adultera a união, a que denominamos de *semente da profanação*.

Em outras palavras, e em um sentido gestaltiano, a percepção desse fato é demasiado clara aos nacionalistas africanos para não deixar lugar a dúvidas de que o *todo* — ou a união — deixa de — e não poderá mais — ser apenas a agregação das partes. Também está evidente que se reclamado o nacionalismo africano, seu modelo já foi prefigurado pelo aparelho do Estado colonial.

¹⁰⁶ BENOT, 1981, v.1, p. 200.

Mas, mesmo assim, o pensamento político africano concedeu ao tema da unidade papel central, e, com efeito, antevendo os problemas que podiam ser ultrapassados, deslocados ou retardados. É nesse sentido que se destaca a sua proclamação.

Numa África em que “retomar consciência da identidade nacional não consistia simplesmente em reatar a continuidade histórica interrompida por forças exteriores”,¹⁰⁷ porque a destruição foi de tal ordem que implicava em destruir de novo para criar: desde a divisão do seu território e de suas etnias, até a despersonalização do africano negro por todas as formas possíveis.

Como aponta Yves Benot,

a continuidade, aqui, tinha sido de tal forma quebrada que se a redescoberta do passado, a afirmação, devidamente comprovada, de que também os Africanos tinham a sua história, constituía um passo — não chegava, no entanto, para definir saída.¹⁰⁸

Sob essas considerações, ficam evidentes as circunstâncias históricas específicas em que emerge o nacionalismo anticolonial africano e o que pode ser seu desafio específico na construção de identidade nacional ou a nação.

Enquanto movimento dirigido contra o colonialismo, a ideologia nacionalista foi bem sucedida por ser capaz de reunir uma população fragmentada em etnias diferentes, e contidas arbitrariamente em um mesmo território, na luta contra o inimigo comum. No entanto, como discurso político, na tentativa de construção de identidade nacional ou nação, as dificuldades foram bem maiores.

Porque, em primeiro lugar, o modelo africano não se assemelhava com o contexto geral em que emergira o nacionalismo europeu, nos finais do século XVIII e durante o século XIX, que conduziu à formação de estados nacionais.

Segundo os estudiosos do nacionalismo, a evolução das transformações sociais na Europa produzira um cenário em que certo sentido de comunidade (de língua e cultura, por exemplo) identificável que contribuiu para a formação de identidade nacional.

¹⁰⁷ BENOT, 1981, v.1, p.7.

¹⁰⁸ BENOT, 1981, v.1, p.7.

Na África, porém, o problema não foi por falta total desses elementos facilitadores, porque também existiram, mas por sua disposição desarmoniosa e, sobretudo, destruídos parcialmente pela colonização. E a consciência histórica apontava para a necessidade daquilo que Mário Andrade chamou de “destruição criadora”.¹⁰⁹

Sobre o significado de identidade nacional e nação, Anthony Smith explica que

[...] são construções complexas, compostas de um número de elementos inter-relacionados – étnico, cultural, territorial, econômico e institucional. Eles expressam vínculos de solidariedade entre membros de comunidades, unidos por memórias partilhadas, mitos e tradições [...] ¹¹⁰ (Tradução nossa.)

A partir dessa referência de Smith, que mostra não somente o caráter multidimensional desses tipos de construção social, como também a importância da história étnica na construção da identidade coletiva, já era possível avaliar, sob esse aspecto, algumas grandes dificuldades, no caso africano em geral, e de Amílcar Cabral, em particular, relativamente à construção da identidade nacional e a nação *versus* identidades étnicas.

O caráter multiétnico de sua população, a ausência de uma etnia dominante, de uma visão da cultura e da língua como produtos da evolução de uma comunidade durante um longo período, portanto de uma continuidade histórica, compunham o cenário desafiador para Amílcar Cabral.

Se, na Europa, certas premissas pareciam ser dadas — em alguns casos, até um grupo étnico conseguiu se impor (como fora o caso, por exemplo, dos castelhanos e dos ingleses, que impuseram suas respectivas línguas e culturas sobre uma população inicialmente dividida) — e a homogeneização realizada depois pelo Estado veio a criar a estabilidade, infundindo a impressão de uma única comunidade diferente das outras, na África a situação era completamente oposta.¹¹¹

¹⁰⁹ ANDRADE, *apud* FERREIRA, 1974, p.261.

¹¹⁰ SMITH, Anthony D. *National identity*. London; New York: Penguin, 1991. p.15. O excerto original: “[...] are complex constructs composed of a number of interrelated components – ethnic, cultural, territorial, economic and legal-political. They signify bonds of solidarity among members of communities united by shared memories, myths and traditions [...]”.

¹¹¹ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.126-127.

A questão crucial é que o passado africano era mal conhecido, negado pelo colonialismo. As diferentes etnias foram agrupadas arbitrariamente em espaços territoriais coloniais, sem que se levassem em conta as identidades culturais e linguísticas dos grupos que estão dentro de suas fronteiras.

De tal modo que, como argumenta Guibernau¹¹², há pouca coisa da história pré-colonial e das tradições políticas realmente autóctones que possam ser selecionadas para defender a situação presente.

É importante, contudo, observar um aspecto que, muitas vezes, escapa a alguns estudiosos. Insistimos de que o tempo da colonização *efetiva* da África foi deveras muito curto: entre a partilha, a conquista total da população até o processo de descolonização. Em muitas colônias africanas — a Guiné foi uma delas — a conquista definitiva se deu somente entre as décadas de 1920 a 1930, para, logo depois da Segunda Guerra, se iniciarem as movimentações para a emancipação. O que indica que o processo de homogeneização (se houvesse de fato esse interesse) das populações colonizadas, que poderia ser levado a cabo pelo poder colonial, foi muito precário em todas as suas dimensões.

No caso da África do norte, porém, a situação foi diferente relativamente à questão da continuidade histórica. Apesar de a dominação *efetiva* ter sido também curta, pode-se dizer que ali se deu uma espécie de interrupção, e não uma destruição de certos elementos culturais, de tal modo que a descontinuidade histórica pode ser retomada com alguns elementos identitários, como a língua e religião (árabe e Islã), que não foram destruídas.

Assim, a questão de uma clara consciência que se podia tomar da sua unidade não era senão “sob a forma de uma muito vaga comunidade de destino e de tradições, consideradas num sentido muito geral”.¹¹³

Desse modo, afastada a premissa étnica ou da continuidade histórica no caso, que, reconhecidamente, sustentou boa parte das reivindicações nacionalistas na Europa, o problema primordial, para esses líderes nacionalistas africanos, como Amílcar Cabral, só poderia ser o de produzir um povo.

¹¹² GUIBERNAU, 1997, p.137.

¹¹³ BENOT, 1981, v.1, p 197.

Mas, de que maneira? De todo modo, a saída tinha de ser encontrada, e o conceito da unidade africana, assim como o próprio conceito de unidade e luta de Amílcar Cabral, só se podia ser concebido a partir de “um potencial de prognósticos que criava um novo horizonte de expectativa.”¹¹⁴

Luta

Mas, se a unidade é algo que precisa ser realizada para se lutar, o que é a luta? Na teoria da libertação de Amílcar Cabral, apresentada em sua obra *A arma da teoria: unidade e luta*, o termo “luta” não mereceu uma formulação sofisticada ou teórica. Ele aparece como que uma metáfora, em que vida e luta se confundem.

Genericamente, entende-se como uma condição natural a que todo ser humano está sujeito: “Todos estão em luta, todos lutam”¹¹⁵. Para Amílcar, a partir de uma lógica dialética a ação colonialista sempre gerava reações. No caso concreto da Guiné e Cabo Verde,

Os colonialistas portugueses ocuparam nossa terra, como estrangeiros e como ocupantes, exerceram uma força sobre a nossa sociedade, sobre o nosso povo. Força que fez com que eles tomassem o nosso destino nas suas mãos, que fez com que parassem a nossa história para ficarmos ligados à história de Portugal, como se fossemos a carroça do seu comboio.¹¹⁶

Com isso, passaram eles, então, a exercer pressão tanto sobre a Guiné quanto sobre Cabo Verde, ou seja, “uma força colonial”¹¹⁷. Em contrapartida, havia reações e resistências do povo da Guiné e de Cabo Verde contra essa força, de um jeito ou de outro, afirma Amílcar Cabral. Assim sendo, qual é a diferença entre essa luta de Amílcar Cabral e outras formas anteriores de resistência?

¹¹⁴ KOSELLECK, 2006, p.324.

¹¹⁵ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 120.

¹¹⁶ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 120.

¹¹⁷ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 120.

A reação contra a dominação estrangeira, seja ela individual ou coletiva organizada, é um fenômeno histórico na medida em que é influenciada tanto pelos fatores que dizem respeito à experiência passada quanto pelos que têm a ver com a expectativa futura.¹¹⁸

Mas, como um processo com vista à emancipação, admite-se que é a interação em dado momento histórico das três forças — o poder colonial, a situação na colônia e o fator internacional — que lhe definiu as formas, mas não o resultado, que foi sempre o mesmo: a independência.¹¹⁹

Nesse sentido, Amílcar Cabral estabeleceu uma diferença com as lutas de resistência anteriores, ao afirmar que a luta atual resulta, com a criação do PAIGC, de “uma força nova que se opôs à força colonialista.”¹²⁰

Em termos práticos, resta agora saber se essa força nova unida, contraposta a do inimigo, pode vencer. É isso que é a luta. Finalmente, a forma de se contrapor ao inimigo é via luta armada revolucionária.

Ao longo de sua trajetória política, Amílcar Cabral nunca se mostrou preocupado, mesmo quando confrontado com a doutrina e práticas de seu partido, em definir os parâmetros de sua confissão ideológica.

Em algumas ocasiões, respondendo aos jornalistas de forma evasiva, simplesmente afirmava que a sua ideologia é o nacionalismo para conquistar a independência para os seus povos da Guiné e Cabo Verde e, para ele, “ter ideologia é saber o que se quer em determinadas condições próprias.”¹²¹

Todavia, não era impossível perceber, nos seus textos e discursos, que o seu pensamento nacionalista, enquanto ideologia de criação de Estado-nação¹²², era um pensamento todo original, embora, quanto à matriz e modelos explicativos, derivava claramente da orientação marxista. As suas descrições, terminologias e análises são apropriações marxistas, feitas a partir da realidade africana.

¹¹⁸ NETO, Antônio Agostinho. Quem é o inimigo? Qual é o nosso objetivo? In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expresso Popular, 2006. p. 329.

¹¹⁹ WESSELING, Henk. História de além-mar. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992. p.126.

¹²⁰ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 121.

¹²¹ *Jornal A Semana*, n°473, Paria, 29 set. 2000.

¹²² Sobre esse tópico, Gellner é enfático: “É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário”. Cf. GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p.89.

Nas formulações e desenvolvimento de sua opinião sobre certas categorias hegemônicas para a teoria social política, pode-se constatar o seguinte:

- *A luta de classe* não pode ser considerada a força motriz da história (para certos agrupamentos humanos), já que, em cada sociedade, é o nível das forças produtivas que indica o Estado em que se encontra a sociedade, a sua capacidade de agir ou reagir ante a natureza. Portanto, o nível das forças produtivas é a verdadeira e permanente força motriz da história.¹²³
- *A pequena burguesia africana*, nas condições africanas, é hoje a única camada social capaz de organizar e dirigir a luta, portanto é ela que é capaz de utilizar e herdar o aparelho do Estado colonial. Mas, depois de conquistar o poder, ela tem de se suicidar como classe e ressurgir como aliada aos operários e camponeses, ou alternativamente trair a revolução.¹²⁴
- *A luta de libertação*, encarada como uma contribuição eficaz para *abreviar* a liquidação total do *imperialismo*.¹²⁵
- *O Partido e povo* devem ser dirigidos pelos melhores filhos da nossa terra, pois tanto a luta quanto o Partido exigem uma direção segura, unida e *consciente*.¹²⁶

Esses exemplos são apenas uma pequena ilustração da opinião de Amílcar Cabral sobre certos temas políticos correntes. Sua reconhecida capacidade inovadora, relativamente a temas políticos nacionalistas, pode ser constatada em várias outras passagens nas suas obras, ou através de suas inúmeras intervenções discursivas, quer no âmbito doméstico ou internacional, ao longo de sua vida política.

Amílcar Cabral, ao reinterpretar a questão de luta de classes como a causa do movimento histórico, parece contrariar Marx¹²⁷, repõe as sociedades “excluídas” como agentes da história, na condição de sujeitos históricos.

¹²³ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.224.

¹²⁴ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.104-105.

¹²⁵ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.71.

¹²⁶ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.151.

Ele parece partir do pressuposto de que o fenômeno classe deriva dos processos sociais através do tempo — logo uma categoria histórica —, e, como tal, não existiu em todos os momentos da história da humanidade, assim como sua existência não foi simultânea a todos agrupamentos humanos. Amílcar Cabral insistia, com isto, que a luta de classes só podia ser força motriz da história, a partir de um determinado momento e em determinadas sociedades.

E ainda, na sequência, para concluir esse raciocínio, que, segundo dizem, até chegou a provocar um leve alvoroço na platéia¹²⁸, Amílcar Cabral afirmava que

A eternidade não é desse mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e fazer a história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas.¹²⁹

Desse modo, parece que Amílcar Cabral dava também uma solução teórica para o próprio marxismo, no sentido de que não se desembocaria no fim da história com o desaparecimento das classes. Para ele, ao contrário, na realidade africana é a burguesia que está em condições de liderar o processo de libertação, e promover a revolução social. O que ele denomina de pequena burguesia africana é a *intelligentsia*; e a vanguarda — como proposto por Lenine.

Em Amílcar Cabral, é o setor ativo da pequena burguesia africana, a parte *revolucionária*, ou “os melhores filhos” da terra, nas suas palavras, que promoveria uma revolução social. É esta camada que é a portadora da história, ou seja, que “carrega o futuro em suas mãos”.¹³⁰

E, segundo Amílcar Cabral, a sua luta se inscrevia na luta global contra o imperialismo, dentro do espírito de solidariedade proletária proposta por Marx, e no sentido de que o próprio colonialismo era também uma forma de dominação imperialista. Assim, ele

¹²⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução Maria Lucia Como. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura). Marx descreve a história da sociedade humana em função da luta de classes.

¹²⁸ Na Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina, em nome dos Povos e das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, Havana, janeiro de 1966.

¹²⁹ CABRAL, Amílcar. *Guiné Bissau: nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974.p.44.

¹³⁰ MARX; ENGELS, 1998, p.26.

parecia seguir o catecismo tanto de Marx, quanto o de Lenine, que, segundo este último, a luta revolucionária sem partido de vanguarda era inconcebível.

Para Gramsci, como já visto, o partido surge historicamente quando as condições para o seu triunfo ou estão em vias de formação ou podem ser previstos os seus desenvolvimentos ulteriores. E aqui, também, tudo leva a crer que, para o caso do PAIGC, essas condições objetivas favoráveis existiriam — a submissão ao jugo colonial.

Ernesto Che Guevara¹³¹, no seu internacionalismo voluntarista, desenvolve o mesmo raciocínio revolucionário, seguindo Lenine, partindo do prognóstico de Marx de que, historicamente, o capitalismo deve desaparecer e abrir caminho para o socialismo. E como essa passagem de uma sociedade a outra não ocorre mecanicamente, poder-se-ia abreviá-la através da revolução por uma vanguarda do proletariado que fosse capaz de assumir suas reivindicações. De tal modo, o partido de vanguarda deveria assumir o papel fundamental para fazer essa abreviação. E a revolução designaria, segundo Florestan Fernandes, “mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade”, em contraste com mudança gradual, “que subvertem a ordem social imperante na sociedade.”¹³²

No caso de Amílcar Cabral, o seu partido de vanguarda, PAIGC, subverteria a ordem colonial e promoveria uma revolução africana — “transformação da vida econômica atual no sentido do progresso.”¹³³

Relativamente a essas inovações no discurso nacionalista de Amílcar Cabral, pode-se deparar, de novo, com o velho e conhecido questionamento na história das ideais políticas. Uma visão crítica segundo a qual as ideias produzidas na metrópole europeia são vítimas de distorção quando de sua absorção na periferia, em seus aspectos fundamentais. Em outras palavras, são derivativos.

Já a própria tentativa de compressão dos fenômenos do nacionalismo, suas diferentes formas de manifestação, consoante a um determinado conjunto de condições sociais, diferentes daquelas que originariamente lhes deram à luz, acarretou a classificação do

¹³¹GUEVARA, Ernesto Che. Sobre a construção do partido In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expresso Popular, 2006. p. 142-143.

¹³²FERNANDES, Florestan. O que é revolução? In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expresso Popular, 2006. p. 354.

¹³³CABRAL, 1974, p.14.

nacionalismo, por alguns estudiosos, em dois tipos: o “ocidental” e o “oriental”. O ocidental compreende nacionalismos que se deram na Europa ocidental; o oriental inclui Europa Oriental, Ásia, África e América Latina.¹³⁴

Em outra interpretação crítica, faz-se também a distinção entre “nacionalismo normal” e “nacionalismo especial”. Normal é o clássico, ortodoxo, baseado na ideia de liberdade e progresso. Especial emerge em circunstâncias históricas diferentes, e representa o difícil e contraditório processo histórico.¹³⁵

Em ambos os casos, porém, em termos de ideias políticas, o que se pode perceber com essas distinções são diferentes e complexas formas que esses movimentos nacionalistas assumem em circunstâncias históricas reais.

Por isso, em vez de ficarmos perdendo tempo com a sua racionalidade “característica”, enquanto ideias abstratas originárias do Ocidente, uma correta compreensão desses fenômenos requer mais propriamente uma análise do conjunto de condições sociais que lhes são inerentes, no terreno da *práxis* social.

Em outras palavras, se o nacionalismo é antes um fenômeno cultural, como se admite, embora adquira notoriamente a forma política, sua compreensão só pode, e deve, advir do seu espaço da prática social particular. Este é entendido aqui, e denominado de político, como sendo a esfera onde todas as teias de relacionamento social se constroem,¹³⁶ e as ideias são postas à prova e experimentadas com a realidade vivida.

Portanto, deve-se reconhecer a necessidade de assimilação local desses conceitos advindos da Europa, no sentido de torná-los operativos, que, muitas vezes, requer novos argumentos, por isso são reproduzidos e reinterpretados, e por fim, apropriados.

Quanto a nós, isso não é nenhuma incongruência. Logo, o que nos importa, antes de tudo, neste caso, é analisar, compreender e explicar o fenômeno do nacionalismo, em Amílcar Cabral, que ele mesmo defende como sendo produto essencialmente de uma elaboração local, e não de importação.

¹³⁴ CHATTERJEE, Partha. *Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse?*. London: Zed Books, 1986. p.1-2.

¹³⁵ CHATTERJEE, 1986, p.3.

¹³⁶ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n.30, p.16, jan.1995. Ver também RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 449-450; MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. 3. ed. 117: Brasiliense, 1983, p. 94.

Voltando ao contexto africano, lembra Gerard Chaliand¹³⁷, a África subsaariana só conhecia, antes da luta armada de libertação nas colônias portuguesas, uma experiência do gênero contra a opressão colonial com a UPC (União das Populações Camaronesas), ocorrida entre 1957 a 1959.

Se se pudesse, segundo ele, a partir dessa experiência, tirar alguma lição importante disso, não seria senão através dos reveses que marcaram sua curta experiência de luta armada. O que, aliás, não demonstrava uma falta de condições favoráveis para tal, como, por exemplo, a opressão colonial e um partido sob a liderança de um homem notável: Rubem Um Nyobé.

Contudo, a UPC, fundada em 1948 e com base em uma aliança alargada, se viu radicalizado a partir de 1955, tomando em seguida o caminho de luta armada. Em 1958, seu líder foi assassinado por tropas francesas, e a organização foi obrigada a abandonar a luta armada.¹³⁸

Com esse breve exemplo, pretende-se assinalar que a proposição de luta armada, para a independência da Guiné e Cabo Verde por Amílcar Cabral, não era uma alternativa corrente, como elemento de ruptura, nas lutas de descolonização africana. Ainda, muito menos comum — pode-se dizer uma singularidade histórica das independências africanas — é a opção de uma luta única para duas colônias com o objetivo de formar com a união das duas um só país, após a libertação.

Contudo, Amílcar Cabral argumenta que

[...] a via única e eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos, quer dizer, para a obtenção da libertação nacional, é a luta armada. É esta a grande lição que a história contemporânea da luta de libertação ensina a todos os que estão verdadeiramente empenhados no esforço de libertação dos seus povos.¹³⁹

Um argumento questionável, não só pelo que já foi dito a respeito desse tipo experiência, mas porque oculta não só a realidade da viragem da história, como um fato objetivamente dado, assim como suas diferentes formas. A própria colonização produz

¹³⁷ CHALIAND, Gerard. *Lutte armée en Afrique*. Paris: François Maspero, 1967, p.125.

¹³⁸ CHALIAND, 1967, p. 125-126.

¹³⁹ CABRAL, 1974, p. 52.

descolonização, e esse momento de viragem histórica se manifesta independentemente de uma única forma. E, para a África, era o momento histórico para quaisquer das formas.

Por outro lado, Amílcar Cabral parece estar cômico de que o nascimento de um Estado, a partir da descolonização, não era por si só suficiente para falar em um povo ou de uma nação, apesar de já ser norma modernamente, portanto, construção política, admitir todos os Estados nascentes, quer da matriz colonial, quer não, como Estados-nação.¹⁴⁰ Havia, sim, necessidade de um elemento de mediação, a luta pela unidade.

“Agora, tomadas em conjunto, unidade e luta significa que, para lutar, é preciso unidade, mas, para ter unidade, também é preciso lutar.”¹⁴¹ Este é o grande expediente da teoria da libertação de Amílcar Cabral. Uma poderosa arma, a articulação entre a unidade e a luta, que constitui uma forma ideológica específica do seu nacionalismo.

À primeira vista, e nos termos propostos por Amílcar Cabral, unidade e luta pode até parecer de estarmos diante do conhecido dilema metafísico de o que vem primeiro: o ovo ou galinha. Mas, prestando atenção no que Amílcar Cabral ainda afirma, de que a luta não era apenas contra o colonialismo, mas também contra eles mesmos para realizar essa unidade¹⁴², podemos então estabelecer uma hierarquia causal, uma espécie de “prioridade ontológica”¹⁴³ de George Lukács. A luta, portanto, vem primeiro.

E mais: “Unidade para lutarmos contra os colonialistas e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser.”¹⁴⁴ Fica implícita nesta, e em outra passagem, através da noção de “unidade”, o claro indício da tentativa de produzir um povo — povo no sentido político — como algo uno, que tem uma vontade, que se propõe como base originária da nação, como mostra a análise de Michael Hardt e Antonio Negri.¹⁴⁵

¹⁴⁰ Os Estados modernos já são soberanos e a soberania é um traço distintivo da nação que pressupõe autonomia e espaço territorial nacional definido. O próprio quadro internacional moderno, dentro do qual nasciam, já os legitimava como tais. O direito à autodeterminação dos povos colonizados já estava consagrado pela Carta das Nações Unidas.

¹⁴¹ CABRAL *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 121.

¹⁴² CABRAL *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 121.

¹⁴³ É uma teoria que pressupõe que sem o ser não existe a consciência ou sem a base econômica não existem as superestruturas.

¹⁴⁴ CABRAL *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 121.

¹⁴⁵ Cf. HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 120. Michael Hardt e António Negri citam Hobbes para mostrar que, já no século XVII, havia preocupação deste em

Aliás, pode-se facilmente chegar a essa conclusão a partir da própria concepção de povo de Amílcar Cabral. Segundo ele, é o momento histórico que se vive que permite fazer a distinção entre população (que é toda a gente) e o povo.

Assim, para Amílcar Cabral, considerando a descolonização esse momento histórico, entende-se por povo, toda a gente da população “que quer aquela coisa que corresponde à necessidade fundamental da história da nossa terra, que é o seguinte: acabar com a dominação estrangeira na nossa terra”.¹⁴⁶

Portanto, em Amílcar Cabral, “unidade” e “luta”, tomadas em conjunto, significa, em última análise, produzir o povo.

fazer a distinção entre multidão e povo. Para Hobbes, multidão é uma multiplicidade, um plano de singularidades, enquanto povo é algo uno.

¹⁴⁶ CABRAL *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.168.

Capítulo II

A nação de Amílcar Cabral

Sobre conceitos e definições

Nação¹⁴⁷ é o tipo de coisa que todo o mundo sabe o que é, mas dificilmente se define de forma precisa. A dificuldade de definir nação — satisfatoriamente —, relaciona-se com seu caráter multidimensional, pois ao termo *nação* são associadas várias significações.

Com efeito, para todos nós, nação existe e tem história, um nome e até data de nascimento. Mas, então, deveria haver parâmetros através dos quais fosse possível estabelecer consenso sobre sua definição. De fato, eles existem: idioma, território, cultura, vínculo econômico e outros. Qual o problema, então?

Anthony Smith afirma que, conceitualmente, nação como conceito surgiu para combinar, em proporções variadas, conforme cada caso particular, dois conjuntos de dimensões: uma cívica e territorial e outra étnica e genealógica.¹⁴⁸

Parece-nos residir aí o problema, pois toda vez que se tente dar-lhe “uma definição mais precisa, todos os critérios se tornem inadequados”¹⁴⁹, porque a combinação de conjuntos dessas dimensões pode ocorrer com limites variados e ênfases diferentes em cada uma delas.

Desse modo, portanto, não se trata de um problema de critério, senão da possibilidade de um critério objetivo. Assim, as diferentes definições propostas relacionam-se com diferentes critérios usados com base na natureza do processo que está na origem do fenômeno. Ou melhor, que se acredita ser a raiz do processo.

Numa perspectiva essencialista, a nação é vista como uma emanção natural, como que criada por Deus, dotada de seu caráter próprio: uma língua e cultura. Herder foi

¹⁴⁷ Nestas considerações preliminares, não estamos fazendo distinção entre nação e povo.

¹⁴⁸ SMITH, 1991, p. 15.

¹⁴⁹ CANIVEZ, P. *Qu'est-ce que la nation?* Paris: J. VRIN, 2004. p. 28. (Chemins Philosophiques)

defensor desta concepção, conhecida também como de cunho romântico e historicista.¹⁵⁰

Esta concepção se aproxima mais da noção de continuidade histórica. Pois, é suposta uma comunidade étnica e natural, em que o sentimento de pertença é relacionado à cultura, e particularmente, à língua. Desse modo, a nação é vista como *telos*, finalidade, algo para o qual a evolução da formação social se orientava. Uma das implicações dessa posição é que afasta a possibilidade de contingência histórica.

No entanto, como uma forma específica de coletividade de indivíduos, resultante de um processo social, Weber¹⁵¹ observa, contudo, de maneira diferente. Se for possível definir o conceito de nação inequivocamente, para Weber este jamais pode ser definido na base das qualidades comuns empíricas daqueles que se consideram seus membros. Não é idêntica à comunidade linguística, pois nem sempre é suficiente e não parece necessária. Algumas comunidades linguísticas não se sentem nação especial. Também o sentimento de comunidade étnica por si não origina a ideia de nação. Mas, reconhece-se que é pretensão costumeira, vinculando-se ao idioma, embora, diante daqueles que falam o mesmo idioma, possa haver outro diferenciador, como confissão religiosa, negando vínculos nacionais. Aqui se percebe a possibilidade de nação como conceito bem mais abrangente. Mas fica evidente que nação não é uma coisa natural e prescrita.

Deixando de aparecer como coisa natural, uma análise crítica de nação já podia ser vista nos finais do século XIX e começo do século XX. Foi nessa esteira que surgiu o texto *Que é uma nação?*, de Ernest Renan¹⁵², em conferência dada na Sorbone, em 11 de março de 1882. Segundo Palti¹⁵³, até então, as narrativas nacionais só se limitavam a revelar características que as identificavam e distingiam das demais, assim como as linhas mestras que orientassem sua evolução e determinassem o seu destino último. Em fim, que articulassem o conceito genealógico da nacionalidade.

Para Renan,

¹⁵⁰ GUIBERNAU, 1997, p. 9.

¹⁵¹ WEBER, Max. *Economia e sociedade*. São Paulo/Brasília: IOESP/EDIUNB, 1999. v. 2. p. 172-173.

¹⁵² RENAN, Ernest. What is a nation?. In: BHABHA, Homi K.. (org.) *Nation and Narration*. London: Routledge, 1990.

¹⁵³ PALTÍ, Elias. *La nación como problema: Los historiadores y la "cuestión nacional"*. Buenos Aires: FCE, 2003. p. 11.

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas, mas que, na verdade, são uma só, constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado; a outra, no presente. Uma delas é a posse de um rico legado comum de lembranças; e a outra é o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de perpetuar o valor da herança recebida como exclusiva. [...] Uma nação é, portanto, uma solidariedade em larga escala, constituída pelo sentimento de sacrifícios feitos no passado e de sacrifícios que se está disposto a fazer novamente. Ela pressupõe um passado. No entanto, é resumida no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar vivendo juntos. A existência de uma nação, se me perdoem a metáfora, é um plebiscito de todos os dias, exatamente como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida.¹⁵⁴
[Tradução nossa.]

De acordo com a interpretação historiográfica, o trabalho de Renan tem seu ponto de partida na esteira do conflito suscitado com a anexação de Alsácia e Lorena pela Prússia, depois da vitória da Alemanha sobre a França, na guerra franco-prussiana de 1870. Essas regiões fronteiriças eram um exemplo particular de uma população majoritariamente germânica, mas em que a vontade de seus habitantes era, aparentemente, de manter laços com a França.¹⁵⁵

Ficavam evidenciadas, através desse conflito, duas concepções distintas de nação: a da Alemanha e a da França. Se definíssemos nação pela cultura, Alsácia seria germânica; e se fosse definida pela vontade (adesão), seria francesa, desde que não fosse uma adesão forçada. Assim, esse conflito serviu de exemplo para mostrar as diferentes posições que podiam ser tomadas na definição de nação.

Fazendo uma reflexão sobre o caso, assim como sobre o desenvolvimento das diversas nacionalidades europeias, Renan descobre que nação não somente é uma criação recente assim como nenhum dos supostos fatores em que se baseia a nacionalidade (como a

¹⁵⁴RENAN, 1990, p. 19. O excerto é uma tradução de Martin Thom do original francês para o inglês. “A nation is a soul, a spiritual principle. Two things, which in truth are but one, constitute this soul or spiritual principle. One lies in the past, one in the present. One is the possession of a rich legacy of memories; the other is present-day consent, the heritage that one has received in an undivided form.[...] A nation is therefore a large-scale, constituted by the feeling of the sacrifices that one has made in the past and of those that one is prepared to make in the future. It presupposes a past; it is summarized, however, in the present by a tangible fact, namely, consent, the clearly expressed desire to continue a common life. A nation’s existence is, if you will pardon the metaphor, a daily plebiscite, just as an individual’s existence is a perpetual affirmation of life.”

¹⁵⁵ PALTÍ, 2003, p. 62-63.

comunidade de língua, raça, religião, geografia etc.) pode explicar como as nações se formaram e se delimitaram mutuamente.¹⁵⁶

Assim, podiam existir nações que abrigavam pluralidade de raças ou línguas; nações que não faziam questão de sua entidade; ou então, raças ou línguas compartilhadas por nações, claramente, diversas entre si.¹⁵⁷

Apesar de o texto de Renan parecer uma forma de dar inteligibilidade a uma situação concreta de sua época, o nível de problema que se supunha estar resolvendo esclarece situações diversas daquelas por ele analisadas.

Nesse caso, é legítimo imaginar que alguns autores modernos — como, por exemplo, Ernest Gellner ou Benedict Anderson —, provavelmente, já partiram de algumas situações percebidas por Renan, isto é, nação é algo que se constrói com o objetivo de se tornar como um todo homogêneo e único, e é essencial que seus membros tenham muitas coisas em comum.

A partir dessa pressuposição, Benedict Anderson propõe uma definição subjetiva, a de nação como *comunidade política imaginada*. Ela é *imaginada* porque pressupõe “uma solidariedade em larga escala”, referida por Renan, em que os membros das mais minúsculas das nações — apesar de jamais se conhecerem, se encontrarem ou sequer ouvirem falar da maioria de seus companheiros — se sentiram unidos em um companheirismo profundo e horizontal e tiveram em mente a imagem viva da comunhão entre eles.¹⁵⁸

Essa definição introduz a ideia da existência de unidade política para a nação ser imaginada. Se, ainda, tomamos comunidade política num sentido weberiano¹⁵⁹ ela é equivalente ao estado atual. “Então, é necessário Estado para nação ser imaginada?” — perguntariam os críticos de Anderson.

¹⁵⁶PALTI, 2003, p.63.

¹⁵⁷PALTI, 2003, p.63.

¹⁵⁸ ANDERSON, 2008, p. 32-34

¹⁵⁹Weber define *comunidade política* como “aquela em que a ação social se propõe a manter reservados, para a dominação ordenada pelos seus participantes, um território (não necessariamente um território constante e fixamente delimitado, mas, pelo menos, de alguma forma delimitável em cada caso) e ação das pessoas que, de modo permanente ou temporário, nele se encontram, mediante a disposição do emprego da força física, normalmente também armada (e, eventualmente, também, a incorporar outros territórios)”. Cf. WEBER, 1999, v.2, p. 155.

Quanto a nós, responderíamos que sim, porque, sobre a questão de nação, evidencia-se também o fenômeno “povo”, tido como a base e a origem do poder político e, por sua vez, o berço originário da nação. E povo só é (ou pode ser) diferente da população porque é uma criação imaginária, de instituição política.

Assim, enquanto uma entidade social construída, que se supõe ter acontecido necessariamente sob o guarda-chuva de uma unidade política, historicamente, a partir de quando que se deve falar do fenômeno nação?

Ernest Gellner considera a nação uma demanda de estados industrializados, ou seja, modernos. Essa demanda se caracteriza pela necessidade de unir o povo a seu governo por meio da homogeneização, criando cultura, símbolos e valores comuns, revivendo — e às vezes inventando-os — tradições e mitos de origem. Assim, Gellner reforça a ideia do papel do Estado na constituição de nação.¹⁶⁰

Articulada sua origem ao Estado nacional, como o aspecto estrutural do sistema de economia capitalista moderna, essa formulação modernista pode ser encontrada também entre os marxistas, que veem em nação um “projeto burguês”.

Como referência a marxistas, destacamos Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein.¹⁶¹ Para este último, principalmente, as categorias raça, nação e etnia são três grandes modos históricos de construção do “povo” que remetem a diferentes estruturas da “economia-mundo”. Nação surge, assim, para corresponder, segundo Wallerstein, a essa nova estrutura.

Entre a abordagem dos naturalistas e a dos modernistas, Smith entra com a ideia de *ethnie* — ou comunidade étnica —, quando analisa a natureza de nação, as formas e o conteúdo de seus mitos e símbolos, suas lembranças históricas e valores para esclarecer a “origem étnica das nações”.¹⁶²

Dito desta forma, se pode concluir que, em grande parte, a noção do que é uma nação passa também pela própria ação de seus participantes. E é por isso que, como esclarece

¹⁶⁰ GELLNER, 1993, p.83. Ver também GUIBERNAU, 1997, p.56.

¹⁶¹ BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1997. p. 19. (La Découverte/Poche; 42. Sciences humaines et sociales)

¹⁶² Sobre esse assunto, ver SMITH, Anthony D. *The ethnic origins of nations*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1886.

Gellner, “o nacionalismo *inventa* nações onde elas não existem”.¹⁶³ Passamos, então, à análise de como Amílcar Cabral e os seus companheiros propuseram criar a sua nação.

Nação forjada na luta

Há ainda em África restos do tribalismo, em particular na mentalidade das pessoas, mas não na estrutura econômica propriamente dita. Por outro lado, se o colonialismo fez alguma coisa positiva foi a destruição em grande parte dos restos do tribalismo que subsistiam em diferentes sítios do nosso país.

Por isso, não tivemos grandes dificuldades no plano tribal. Temos dificuldades em criar entre o nosso povo uma consciência nacional e é a própria luta que cimenta esta consciência. Mas, em geral, qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam, foi fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação que deve lutar para acabar com a dominação portuguesa, porque nós não recorremos a frases feitas, à luta contra o colonialismo, mas a coisas concretas. É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram para ter hospitais. É isto a nossa luta.¹⁶⁴

O texto em epígrafe é extrato de uma entrevista concedida à revista *Tricontinental* por Amílcar Cabral, em 1969, depois de regressar de uma visita à região Leste do país, libertada dos portugueses.

Na sua intervenção perante a IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 1972 — completando praticamente dez anos desde sua primeira intervenção na ONU, feita em dezembro de 1962 —, Amílcar Cabral afirmava:

Com efeito, estes dez anos de luta não só forjaram uma nação africana nova e sólida, como também fizeram nascer um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres no solo da nossa pátria africana. Podemos mesmo afirmar que o resultado transcendente da nossa luta, e que é, ao mesmo tempo, a sua força principal, é a consciência

¹⁶³ GELLNER, 1965 *apud* ANDERSON, 2008, p.32.

¹⁶⁴ CABRAL, 1974, p. 70.

nova que caracteriza presentemente os homens, as mulheres e as crianças do nosso país.¹⁶⁵

Entre a entrevista e o discurso proferido na Comissão, foram três anos. É claro que, aqui, não é uma questão cronológica que pretendemos sublinhar com esses dois extratos. Mas sim, uma questão da construção de nação de Amílcar Cabral, em que, em 1972, já estava sendo preparada a proclamação da independência para o ano seguinte.

A nação, como um produto, *a priori*, daquilo que os seus participantes se propõem e conseguem realizar, sua constituição, é uma tarefa bem complexa. Ciente disso, Amílcar Cabral procurava, através da luta de libertação, *forjar* sua própria nação, porque “como sabem”, dizia ele, “não estava bem definida, com todos os problemas de grupos étnicos, com todas as divisões criadas pelo próprio colonialista.”¹⁶⁶

Voltando ao primeiro texto, percebe-se que a questão de divisão étnica constituía ainda um problema para Amílcar Cabral no diz que respeito à formação da consciência nacional, porque, na verdade, o que se tinha de “nacional” mesmo, nesses processos de luta anticolonial na África, era apenas no sentido de a mesma ser dirigida contra uma dominação estrangeira.

A consciência nacional é algo muita mais que isso. Ela implica uma lealdade muito mais profunda. Como salienta Guibernau, “é proveniente de valores, tradições, lembranças do passado e planos para o futuro compartilhados.”¹⁶⁷

No primeiro parágrafo, Amílcar Cabral parece dar importância excessiva à desestruturação econômica das sociedades tribais como fator dissolvente da lealdade tribal, em detrimento do peso de sua tradição e costume, dois elementos cruciais na produção e renovação da lealdade dentro de uma tribo ou grupo étnico.

E o segundo nos revela sua assunção tácita de caráter revolucionário, em que o ativismo político se prima pela mobilização das massas como, necessariamente, o fator mais importante na produção de lealdade.

É nossa crença, no entanto, que possa até haver a decadência de costumes, decorrente dos movimentos econômicos, modificando, conseqüentemente, a tradição, mas é difícil

¹⁶⁵ CABRAL, 1974, p. 150-151.

¹⁶⁶ CABRAL, 1974, p. 114.

¹⁶⁷ GUIBERNAU, 1997, p. 77.

mensurar o seu desaparecimento com todos os seus vestígios, porque a “sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica.”¹⁶⁸

Além disso, ela tem seu ritmo próprio de mudança que não pode ser reduzido a movimentos econômicos. E para esses grupos étnicos, a construção de nação era também uma mudança que precisava ser sancionada, sendo que a base que dispunham para isso estava na tradição e costume.

Amílcar Cabral esperava conseguir essa sanção através da própria luta de libertação, pois esta tinha também, segundo ele, como função cimentar a consciência nacional. Desse modo, a nação de Amílcar Cabral — “uma nação africana forjada na luta” — requeria também alguns requisitos já conhecidos, como o consentimento ou adesão voluntária de seus membros, a consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação.

Se admitirmos, convenientemente, uma equivalência de sentido entre as palavras “forjar” de Amílcar Cabral e “imaginar” de Benedict Anderson, podemos ver que, como não se pode imaginar do nada, também para forjar é preciso algo concreto, sobretudo em comum, como base em que nação ou consciência nacional é “forjável”.

Nesse caso, sobre quais argumentos se apoiava, então, Amílcar Cabral, para além da própria luta de libertação, para forjar essa nação? Seus argumentos se apoiavam “na base da comunidade de sangue, de história, de interesses e de luta das populações da Guiné e de Cabo Verde.”¹⁶⁹ Era a partir dessa base que todos os sacrifícios podiam ser consentidos, na visão dele.

Todavia, os sacrifícios consentidos, em comum, durante a luta pela independência, pelo que se viu depois, revelaram-se pouco eficazes em criar vínculos duradouros e garantirem a disposição de consentir sacrifícios futuros.

Nesse sentido, o desejo último dos povos da Guiné e de Cabo Verde, que Amílcar Cabral acreditava estar além da libertação, “relativo à sua evolução econômica, social e

¹⁶⁸HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 10.

¹⁶⁹CABRAL, 1974, p. 153.

cultural na via do progresso”,¹⁷⁰ foi encarado de outra maneira depois da independência: cada povo seguiu o seu caminho separadamente.

Mas, afinal, o entusiasmo de Amílcar Cabral perante a IV Sessão da ONU, não contradiz essa situação? Com certeza, uma conclusão imediata que se pode tirar dessa experiência é a de que a constituição de nação, no caso africano, é uma coisa muito mais complicada. A compreensão do nacionalismo africano exige uma análise pouco mais profunda, que ultrapasse o nível do discurso de suas lideranças.

Visto que, muitas vezes, os discursos de líderes nacionalistas, sobretudo, os revolucionários, incluindo o próprio Amílcar Cabral, tendem a subestimar o fato de que a vontade que faz a unidade da nação não se assenta unicamente em base da razão, mas exprime também uma motivação afetiva determinada por outros fatores. Na nossa perspectiva, é onde reside, às vezes, um dos graves descuidos desses revolucionários.

É inútil dizer também que os discursos nacionalistas anticoloniais são, amiúde, ilusórios, porque partem de uma situação supostamente dada, de certezas pré-estabelecidas, em que tudo se pode justificar em nome da libertação do povo e do estilo de vida idealizado no seu projeto libertário.

Também é inútil tributar o fracasso desses projetos nacionais unicamente às questões étnicas, porque o problema é, fundamentalmente, político e não cultural. As questões culturais só surgem depois de instalada a crise política.

Insistimos, portanto, que o problema é político, porque o caráter multiétnico, como já vimos, não é impedimento para se constituir nação. E, também, a inexistência de nações que precedessem ao Estado, como se admite, no caso da maioria dos Estados africanos, não deveria se constituir em impedimento, posto que, se “o Estado permite à nação se instituir; em contrapartida, a nação legitima a ação do Estado.”¹⁷¹

Assim, com essas considerações finais, chegamos à mesma conclusão que Renan: a nação é um plebiscito de todos os dias¹⁷², porque, enquanto uma comunidade social especial, sua existência dinâmica necessita de uma afirmação contínua.

¹⁷⁰ CABRAL, 1974, p. 15.

¹⁷¹ CANIVEZ, 2004, p. 12. Em versão original: “L’État permet à la nation de s’instituer dans la durée; en retour, la nation légitime l’action de l’État”

¹⁷² RENAN, 1990, p. 19.

Capítulo III

Amílcar Cabral: uma visão biográfica

Não é nosso propósito produzir uma história de vida de Amílcar Cabral. Muito menos uma história dentro de uma lógica narrativa coordenada de eventos, com começo, sucessão de etapas e fim, fazendo todo um sentido à existência contada. Deixemos essa tarefa para o profissional de interpretação conhecido como biógrafo, geralmente mais inclinado a aceitar essa criação artificial de sentido.¹⁷³

Aliás, sobre esse tópico, obras que retratam a vida e a obra de Amílcar Cabral como “um grande homem” abundam¹⁷⁴ — a própria historiografia oficial tratou do assunto. Recentemente, Julião Soares Sousa, historiador e pesquisador guineense da Universidade de Coimbra, acabou de lançar, em Lisboa, *Amílcar Cabral (1924-1973) — Vida e morte de um revolucionário africano*, que se espera ser a biografia definitiva deste nosso personagem.

Contudo, importa-se reconhecer que algumas biografias são peças importantes na construção do saber histórico, já que todas têm o social como pano do fundo. Isto é que é para o historiador o mais importante, na medida em que permite a análise do passado do homem em sociedade. Como argumenta o professor Edward Hallet Carr, “a história é, de uma maneira geral, um registro daquilo que as pessoas fizeram, não do que elas deixaram de fazer”.¹⁷⁵ E as obras que costumam registrar esses feitos são as biografias.

Portanto, aqui, os aspectos da trajetória política e intelectual de Amílcar Cabral — mas, principalmente, da sua trajetória política — é que nos interessa analisar com alguma profundidade, no sentido de dar a conhecer ao público a importância da figura desse grande combatente africano do século XX.

¹⁷³BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9 ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 75.

¹⁷⁴CHABAL, Patrick. *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*. Londres: C. Hurst, 2002; TOMÁS, António. *O fazedor de utopias, uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta da China, 2007; ORAMAS, Oscar. *Amílcar Cabral: para além do seu tempo*. Lisboa: Hugin, 1998; ANDRADE, Mário de. *Amílcar Cabral: ensayo de biografia política*. México: Siglo XXI Editores, 1981. Com exceção da obra de António Tomás, uma abordagem crítica, todas as outras são de um tom celebrativo, ou melhor, não ideologicamente neutras. E ainda: a de Mário de Andrade é como se fosse hagiográfica, dada à relação de amizade íntima entre ele e o biografado. Por isso, neste trabalho, utilizamos basicamente essas duas, contrapondo assim as duas abordagens.

¹⁷⁵CARR, Edward Além. *Que é história?* 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 159.

Nascido na Guiné, na cidade de Bafafá, a 12 de setembro de 1924, Amílcar Cabral era filho de imigrantes cabo-verdianos que, numa época de dificuldades em Cabo Verde, relacionadas com a seca, partiram em busca de oportunidades de trabalho, no início da segunda década do século passado. Juvenal Lopes Cabral, o pai, era natural da Ilha de Santiago, cidade de Praia, e a mãe, Iva Pinhel Évora, natural da Ilha da Boa Vista. Os dois se conheceram na Guiné.¹⁷⁶

O povo cabo-verdiano é de tradição emigratória desde o século XVIII. As intermitentes crises de seca, que sempre castigaram a vida dos habitantes do Arquipélago, foram enfrentadas com a consequente partida da terra natal — ou “djobê bida”¹⁷⁷, como se diz em Cabo Verde — como uma forma de solução para o problema.

Entretanto, a origem social de Amílcar Cabral, do lado paterno, pelos padrões da época, não era das piores no Arquipélago. Juvenal Lopes Cabral, na infância, gozou da oportunidade de ter sido mandado a Portugal pela família adotiva. Aos nove de idade, já estava na Europa, para cursar os estudos primários e, em seguida, entrar no seminário de Viseu, para o sacerdócio. Um início de formação intelectual para poucos, de um homem que teria depois uma grande influência na formação de seu filho.¹⁷⁸

Mas Juvenal não estava mesmo destinado para a vida de sacerdócio. Primeiro, com o agravamento da crise em Cabo Verde, sua tutora e madrinha, dona Simôa dos Reis Borges, não pôde continuar a mandar-lhe a mesada para se manter em Viseu. Por isso, teve de voltar para Cabo Verde e continuar os estudos no seminário¹⁷⁹ local, o de São Nicolau. Não conseguindo também levar adiante os estudos em São Nicolau, decidiu embarcar em abril de 1911 para a Guiné, em busca do trabalho.¹⁸⁰

A metrópole já vivia os ventos da mudança quando Juvenal Lopes Cabral desembarcou na Guiné. Assim como lá, o espírito republicano se estendera também às colônias. A instalação da República, marcando o fim da monarquia em Portugal, ocorrera meses antes, em 5 de outubro de 1910. Uma das consequências da transição de regime foi um

¹⁷⁶ ANDRADE, Mário de. *Amílcar Cabral: ensayo de biografia política*. México: Siglo XXI Editores, 1981. p. 13.

¹⁷⁷ Em crioulo, língua falada no Arquipélago além do português, quer dizer “procurar vida”.

¹⁷⁸ ANDRADE, 1981, p. 15.

¹⁷⁹ O seminário, na época, não era apenas para a formação de sacerdotes, mas também uma instituição de ensino secundário.

¹⁸⁰ ANDRADE, 1981, p. 16.

pouco da liberdade política, com a aprovação de nova Constituição que dava mais autonomia administrativa para as colônias.

Também em decorrência disso surgiu a Liga Guineense¹⁸¹, em Bissau, a 25 de dezembro 1910. Formada por elites luso-guineenses e cabo-verdianas mestiças residentes na praça, com o apoio dos grumetes. Uma associação cujo real objetivo era difícil de determinar, porque mais parecia defender seus próprios interesses do que lutar ao lado dos nativos contra os portugueses.¹⁸²

A grande campanha militar para a subordinação total dos nativos, chefiada por Teixeira Pinto, começaria no ano seguinte à chegada de Juvenal Lopes Cabral. Campanha que vinha sendo, muitas vezes, fortemente criticada por elementos da Liga, que faziam da atuação de Teixeira Pinto e seu auxiliar, Abudu Injai, motivos de seus ataques.

Segundo René Pélissier, não se conhecia todas as razões dessa oposição, mas tudo não passava de jogo de cena relacionado aos interesses ambíguos desses notáveis guineenses, “procurando mais uma clientela e uma consagração social do que um verdadeiro embrião de organização anticolonial.”¹⁸³

Diante desse fogo cruzado entre os elementos da Liga e Teixeira Pinto, Juvenal Lopes Cabral manifesta abertamente sua admiração por este “pacificador da Guiné”, num artigo publicado na *Voz de Cabo Verde*, fato que acabou lhe causando certos embaraços com o pessoal da Liga assim que o jornal passou a circular em Bissau.

Acredita-se que essa posição aberta de Juvenal Lopes Cabral a favor do colonizador possa lhe ter custado seu bom cargo do funcionalismo e talvez um eventual sucesso na Guiné.¹⁸⁴ Houve até quem lhe interpelasse para que reformasse a opinião com um novo artigo.

Contudo, importa-se observar que, aliar-se aos interesses dos grumetes — esta camada social que, historicamente, esteve sempre “com um pé dentro, um pé fora, entre os dois mundos (a colaboração e a resistência)”¹⁸⁵ —, explorando sua ambivalência, tem sido uma tática sempre bem sucedida dos cabo-verdianos para a sua intromissão nos

¹⁸¹ Uma organização que passava a intervir mais ativamente na vida da província, algumas vezes como aliada do colonizador e, outras, em favor dos gentios.

¹⁸² PÉLISSIER, 1997, v. 2, p. 129-130.

¹⁸³ PÉLISSIER, 1997, v. 2, p. 130.

¹⁸⁴ TOMÁS, 2007, p. 41.

¹⁸⁵ PÉLISSIER, 1997, v.2, p. 134.

assuntos da Guiné, experiência que Juvenal Lopes Cabral parece ter ignorado ou negligenciado.

Na década de 1920, Juvenal Lopes Cabral e Iva Pinhel Évora se casaram. Desta união, nasceu Amílcar Cabral em 1924, o primeiro filho do casal. Sobre a origem social da mãe de Amílcar Cabral, muito pouco se sabe. Além de lides domésticas, ela dedicou-se também ao comércio. Tiveram ainda Arminda, Armanda e António. Do segundo casamento de Juvenal Lopes Cabral, nasceu Luís Cabral.

As coisas não andaram bem, na Guiné, para Juvenal, que não podia se fixar a um lugar. Após pouco mais de duas décadas de périplo — passando por diferentes localidades do país: Bolama, Cacine, Geba, Bafatá e Bissau, como funcionário e professor primário —, resolveu regressar com os filhos — Amílcar, Arminda, Armanda e Luis, e a esposa do segundo matrimônio — para Cabo Verde, em 1932. A mãe de Amílcar regressaria também a Cabo Verde, mas dois anos mais tarde, com António.¹⁸⁶

Receber bens em propriedades rurais e imóveis, que sua madrinha Simôa Ihe havia deixado em herança, era outra explicação para o regresso de Juvenal à sua terra natal.¹⁸⁷ Em todo o caso, com oito anos de idade, Amílcar Cabral deixou a Guiné e só voltaria a pisar no local novamente 20 anos depois, já como engenheiro agrônomo, formado em Lisboa, e contratado pela Administração Colonial para fazer o serviço de recenseamento agrícola.

Talvez a causa dessa frágil e curta vivência inicial de Amílcar Cabral na Guiné seja o motivo de um debate surdo que ainda acontece no círculo de seus críticos guineenses, procurando lançar dúvidas acerca de sua verdadeira naturalidade, na tentativa de negar-lhe qualquer possibilidade de identidade guineense.

Identidade

Não é inútil observar que, pelo que se tem visto, sempre que as questões de nacionalidade ou pertencimento são levantadas — particularmente em momentos de crise —, o que está em jogo não é nacionalidade ou pertencimento por si mesmo. Os

¹⁸⁶ TOMÁS, 2007, p. 48-49.

¹⁸⁷ ANDRADE, 1981, p. 17.

motivos, de modo geral, são de outra natureza. Os problemas de nacionalidade ou pertencimento constituem, assim, apenas meros epifenômenos.

Afinal de contas, Amílcar Cabral era guineense ou cabo-verdiano?

José Eduardo Agualusa, um importante escritor angolano da atualidade, na contracapa do livro *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*, de seu compatriota António Tomás, descreve o líder do PAIGC da seguinte maneira: “Amílcar Cabral nasceu guineense e cabo-verdiano, numa generosidade pan-africanista que, paradoxalmente, haveria de ser a sua desgraça”.¹⁸⁸

Não sabemos o que o escritor angolano quis exatamente dizer com “nasceu guineense e cabo-verdiano”. Mas, se tinha em mente atribuir-lhe dupla identidade, refutamos liminarmente esse julgamento.

Nosso argumento, simples, embasa-se tanto em critério jurídico quanto sociológico. Pelo critério jurídico, ser simplesmente natural de um lugar pode garantir, automaticamente, a identidade (nacional, no caso de um país) do local. Mas isto é uma convenção moderna de atribuição de identidade por pertencimento a um local de nascimento (direito do solo), assente sobre uma base jurídica pré-estabelecida entre o indivíduo e o Estado.

Do ponto visto jurídico, esse critério não podia ser aplicado a Amílcar Cabral por não existir, na altura, esse dispositivo legal assim como o próprio Estado da Guiné.

Quanto ao critério sociológico, salvo se submetido a uma forma legal diferente, a identidade é uma aquisição que dispensa testamento, ou seja, é transmitida pela ascendência (direito do sangue). Nesse caso, pode-se, acertadamente, declarar Amílcar Cabral cabo-verdiano.

Mas, partindo-se de uma posição mais liberal, podemos indagar como é que o próprio Amílcar Cabral se autoidentificava. Sobre essa questão, pode-se tentar alguma resposta com base em um extrato do seu discurso acerca de unidade da Guiné e Cabo Verde em que tentava mostrar que o problema de unidade não se colocava por uma questão de capricho, de acordo com a passagem a seguir:

¹⁸⁸AGUALUSA, José Eduardo. A história do homem que liderou a independência das colônias portuguesas em África. In: TOMÁS, António. *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Trinta-da-China, 2007.

[...] não é porque Cabral é filho de cabo-verdiano, nascido em Bafatá, que tem *amor grande* pelo povo da Guiné, mas também *grande amor* pelo povo de Cabo Verde. Não é nada por isso, embora seja verdade.¹⁸⁹ [Grifos nossos.]

À primeira vista, pode-se imaginar estar diante de um Amílcar Cabral dividido, desse sujeito que Stuart Hall¹⁹⁰ define com “identidade fragmentada”. Mas, prestemos atenção para um detalhe que, às vezes, em português é significativo. Anteposição e posposição do adjetivo ao substantivo podem dar à expressão o sentido diferente.

Neste caso, podemos deduzir facilmente que “ter amor grande” e “ter grande amor” não devem significar a mesma coisa. Antes, pelo contrário: a primeira expressão denota a ideia de amor em grau elevado, maior que o habitual, enquanto a segunda, de amor intenso, profundo.

Apesar dessa distinção semântica, a questão não está ainda respondida. Embora Amílcar se refira os dois modos de aquisição de identidade — “filho de cabo-verdiano” e “nascido em Bafatá” —, no entanto, não chega a ser mais explícito em relação a uma coisa ou outra.

Geralmente, os dois modos — direito de sangue e direito do solo — andam ligados. Porém, aqui não é o caso. Portanto, com relação a este último modo, não bastaria apenas se autodeclarar, posto que o pertencimento é também decorrente da comunidade à qual se reclama pertencer.

Do ponto de vista de concepção sociológica clássica, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade.¹⁹¹ Ou seja: a comunidade à qual se refere identidade é tida como sendo a entidade que a define.¹⁹² Porque, a identidade no sentido de a necessidade do indivíduo de pertencer a uma comunidade, que define e organiza essa identidade, inclui a questão do que é a sua própria *relação* com a sociedade como um todo.

É exatamente também nesse ponto que se situava a fragilidade identitária de Amílcar Cabral com relação à Guiné. Devido às grandes diferenças históricas e sociais, só muito

¹⁸⁹ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p. 127.

¹⁹⁰ Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

¹⁹¹ HALL, 2006, p.11.

¹⁹² BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005. p. 17.

transitoriamente ocorria essa interação entre cabo-verdianos e a maioria esmagadora guineense.

De modo que, como entidade definidora, a Guiné, ou melhor, a comunidade guineense, evidentemente, enxergaria Amílcar Cabral como cabo-verdiano, posto que, na Guiné, o que contava é o direto do sangue. Por isso mesmo, e repercutindo Zygmunt Bauman, a questão de ter uma identidade guineense de Amílcar Cabral, na nossa opinião, passava a ser uma tarefa a ser realizada na medida em que não era uma condição exposta sem alternativa.¹⁹³

Por outro lado, filhos de imigrantes, nascidos na terra que os acolheu, geralmente tendem a se identificar mais com o país do acolhimento do que o de origem de seus pais. O que poderia tornar, nesse caso, a opção por guineense de Amílcar Cabral mais facilitada. Mas a história não é sempre assim.

A novela *Identidade*, do escritor e diplomata cabo-verdiano Viriato de Barros¹⁹⁴, que tem como personagens principais Jaime e Helena, retrata bem o outro aspecto dessa problemática, que é a dificuldade que o imigrante cabo-verdiano e seus descendentes têm de assumir sua identidade africana.

Em um dos episódios, cuja trama se passa na América do Norte, num momento de grande convulsão social, em que os afro-americanos lutavam energicamente pelos seus direitos civis, um filho de imigrantes cabo-verdianos, nascido nos Estados Unidos — logo, um americano —, interpelado por outro americano, um afro-americano, para se definir ante a situação, o máximo que este conseguiu arrancar do outro foi: *I'm cap verdean*.

O afro-americano — que desconhecia o significado de *cap verdean* — queria saber se isso significava ser negro, já que seu interlocutor não agia como tal. Este lhe respondeu que sim, mas só que não podia falar em nome de todos os negros.

O interessante nesse episódio é o fato de que o momento, convictamente, se compadecia com a exaltação dos valores de raízes africanas. Era uma ocasião em que o afro-americano procurava afirmar sua identidade perdida, a africanidade. Portanto, para este, era isso que faltava na atitude do seu colega de origem cabo-verdiana. Em verdade, *I'm*

¹⁹³ BAUMAN, 2005. p. 18.

¹⁹⁴ BARROS, Viriato. *Identidade*. Lisboa: Edição do autor, 2001.

cap verdean é uma forma de não dizer ser africano, porque, na pior das hipóteses, são cabo-verdianos e não africanos.

Pode parecer um pouco despropositado associar este pequeno incidente, contado na novela de Viriato Barros, a um tema complexo e de grande amplitude, que é ao da identidade. No entanto, não se deve entender isso como uma história banal, na medida em que tem suas raízes históricas precisas, e consequentes desdobramentos políticos, como explica o próprio novelista:

As Ilhas de Cabo Verde funcionavam, sobretudo, como um entreposto para o tráfico de escravos entre a África, as Américas e a Europa [...]. A população de origem europeia inicial [...], em breve, entrou em um processo de miscigenação rápida e incontrolável com a população africana [...]. Com o tempo, emergiu dessa miscigenação generalizada como que uma entidade étnica, o cabo-verdiano, cuja identidade não se definia em termos de raça, mas por um conjunto de hábitos e costumes comuns, uma língua nova criada a partir desse esforço de ajustamento de parte a parte [...]. É esse cabo-verdiano que se vai muitas vezes confrontar com dificuldades de identificação em termos de raça fora das ilhas, onde vigoram outros critérios e normas de identificação e classificação.¹⁹⁵

Identidade que se imagina já amputada da África. Uma amputação que não constitui novidade pelas *razões* históricas já expostas, e a realidade da colonização que se deu nessa parte insular africana. Sem mencionar que a própria filosofia da dominação colonial não foi condescendente com o africano, no seu esforço de despersonalização do homem negro através de todos os estereótipos de primitivismo.

Vale lembrar que o colonialismo é muito mais que uma simples dominação ou opressão. Como atitude filosófica, institui a “ideia historicista do tempo, como um todo progressivo e ordenado”.¹⁹⁶

Enquanto conceito, era um conceito de movimento¹⁹⁷ quando apareceu, no sentido de que o seu conteúdo indicava um projeto de assimilação a ser executado, uma finalidade, que implicava em um *modo* de existência pré-formado pelo colonizador.

¹⁹⁵BARROS, 2001, p. 103-105.

¹⁹⁶BHABHA, 1998, p.72.

De tal forma, não somente era a expressão violenta do caminho que podia levar a um conceito unitário do homem, assim como a uma noção unificada de história. Portanto, no cumprimento de sua função histórica, enquanto projeto em execução, o colonialismo criava nova existência¹⁹⁸ a partir da profanação, material e espiritualmente, de outras existências.

Por essa razão, não é de se surpreender, que há entre os mestiços — não apenas entre estes, mas principalmente — como produtos de tal projeto, os que se julgam sobreviventes dessa situação em virtude dos seus caracteres morfológicos mais aparentes, como a cor da pele, conformação dos cabelos e tipo de nariz.

Destacamos esse aspecto não de maneira gratuita. Mas, precisamente, pelas suas implicações no próprio processo de descolonização africana, particularmente, no caso de Cabo Verde, que tinha dificuldade de se definir africano, e, por conseguinte, contra Portugal.

A questão da raça foi desde cedo um tema complexo na luta de libertação do homem negro. Se o argumento que fora usado para dominar o outro se baseava na superioridade racial, foi também com base, inicialmente, em raça que se levantou o africano para contestar essa dominação e, paradoxalmente, por indivíduos forjados nesse projeto de dominação.

Tanto é que se podia ver, através da ideologia de libertação do homem negro, o pan-africanismo, nos seus primórdios, representada por dois de seus idealizadores: Du Bois e Marcus Garvey, embora o objetivo fosse comum, seus desígnios assentavam em bases diferentes. O primeiro propugnava o igualitarismo, ao passo que o outro pelo racialismo.

Apesar de, segundo Andrade, a ideia de Garvey, em termos de seu enraizamento, era a que fazia mais eco na África, nas primeiras décadas do século vinte,¹⁹⁹ mas, pelo que se pode perceber, já nos anos de 1950, era inoperante no terreno da *práxis*, porque a

¹⁹⁷ Sobre conceito que, com auxílio do sufixo “ismo”, se temporaliza em um conceito de movimento, ver KOSELLECK, 2006, p.325

¹⁹⁸ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.26-27. Sobre a dialética do colonialismo, ver HARDT; NEGRI, 2006, p.144-146. Ver também HERNANDEZ, 2002, p.119.

¹⁹⁹ ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p.168.

África, como foi dito, não era mais aquela de antes da chegada dos europeus. Assim, a solução encontrada, no âmbito africano, foi a transformação de pan-africanismo em *unidade africana*.

Para se ter uma boa medida da amplitude dessa problemática relativa à assimilação, recentemente até uma figura ilustre da política portuguesa, um amigo da primeira hora das independências das colônias portuguesas da África, ex-primeiro ministro e ex-presidente de Portugal, o socialista Mário Soares, não teve o pudor de fazer, no colóquio “Vozes da revolução: guerra colonial e descolonização”, organizado no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Emprego (ISCTE), em abril de 2010, em Lisboa, a seguinte confissão:

Eu pensava que Cabo Verde não é propriamente África porque Cabo Verde é um arquipélago do Norte do Atlântico e que há uma relação que deveria ter sido mais explorada entre os três arquipélagos existentes que são Europa, ou seja, Açores, Madeira, depois Canárias e podia ser Cabo Verde.²⁰⁰

Não surpreende que essas palavras reveladoras de Mário Soares, ainda que dissimuladas sob uma capa geográfica, não expressavam apenas um sentimento português, mas também traduzia a própria aspiração de uma parcela expressiva dos habitantes do Arquipélago, que era a de se manter ligada²⁰¹ a Portugal, na tal política ultramarina portuguesa de “Adjacência”, com *status* semelhante ao das Ilhas de Açores e Ilha da Madeira.

Referindo-se ao mesmo tempo à origem e à consequência desse problema, Leila Hernandez observa que os processos de assimilação e aculturação que se deram em Cabo Verde, em forte contraste, com as outras colônias portuguesas, foram bastante eficazes e seus desdobramentos são politicamente significativos.

De modo que, mesmo no contexto geral de descolonização do continente, para uma parcela significativa de cabo-verdianos que se consideravam portugueses, “a própria

²⁰⁰SOARES, Mário diz que Cabo Verde teria muito a ganhar. *Lusa*, 16 abr.2010. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/descolonizacao-sempre-achei-que-cabo-verde-nao-deveria-ter-sido-independente-mario-soares=f577071>>. Acesso em: 30 de jun. 2011.

²⁰¹Nesse aspecto, até um político cabo-verdiano, inimigo ferrenho dos ideais do PAIGC, rendeu-se aos fatos, ao admitir ser a maior redenção do partido de Amílcar Cabral o fato de ter feito Cabo Verde permanecer na África.

africanidade da sociedade como um todo” era questionável, criando dificuldade para o processo de conscientização nacional.²⁰²

Devemos reconhecer, por isto, que a causa da descolonização não foi entusiasticamente abraçada, por completo, em Cabo Verde. Do mesmo modo, fica evidente também que o processo que levou à independência de Cabo Verde só poderia ter sido pensado — na percepção de Amílcar Cabral — de fora para dentro, por um esquema vinculativo²⁰³ que produzisse o seu efeito complementar.

Mas, isso não quer dizer — não obstante a ligação histórica entre os dois povos — uma vinculação automática com a Guiné, posto que, mesmo aqueles que estavam dispostos a se separar de Portugal, muito deles não queriam necessariamente ouvir falar em união com a Guiné.

Uma vez confrontado com essa relutância, quer por remorso, pelo fato de Cabo Verde ter sido, durante séculos, ajudante²⁰⁴ da colonização da Guiné, ou por suposta incompatibilidade entre os dois povos, dadas diferenças socioculturais, não restava discurso alternativo à proposta libertadora de Amílcar Cabral.

Assim, era obrigado a promover um discurso político libertador de *unidade*, que, no nosso entender, prestaria também para mascarar as tendências paralelas para a diferenciação.

Quanto à identidade pela “generosidade pan-africanista”, Amílcar Cabral se autodefinia apenas como “um simples africano”, já que esse modo de identificação, com uma categoria mais ampla, tanto no plano individual quanto coletivo, se escorava bem na noção do nacionalismo pan-africanista da época.

Muito embora, segundo Smith, as funções dos pan-nacionalismos são ambivalentes, na medida em parecem sugerir uma superação do nacional em interesse do super nacional,

²⁰²HERNANDEZ, 2002, p.188.

²⁰³Em entrevista à Agência Lusa, em 19.1.2008, Iva Cabral, historiadora e filha do líder de PAIGC, se mostra concordante com essa opinião ao dizer: “[...] o sonho da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde é de um homem que conhece a realidade e que estudou a história, ele sabia que só essa unidade possibilitaria um Cabo Verde independente.”

²⁰⁴Sobre essa questão, o diálogo entre Leitão da Graça e Amílcar Cabral é pertinente. Ver LOPES, José Vicente. *Cabo Verde: os bastidores da independência*. 2 ed. Praia: Spleen, 2002. p. 123. Leitão da Graça, um cabo-verdiano, nacionalista, maoísta, nunca acreditou que Cabral seria capaz de apagar na memória dos guineenses, só com a mobilização, o papel dos cabo-verdianos na colonização da Guiné, por isso recusou a sua proposta de unidade desde princípio.

por outro lado, traduzem, na verdade, uma afirmação de diferença através de unidade cultural.²⁰⁵

Concordamos com Smith quanto à função ambivalente desse conceito, porque, no contexto africano, em termos estritamente políticos, o pan-nacionalismo nos pareceu mais uma fraude histórica do que aquilo se pretendia propriamente realizar, já que a consciência historiográfica se definia em termos nacionais, e mal se dava ainda conta disso na África, já se estava falando em termos supranacionais.

Mas, se tomada em seu contexto particular, provavelmente essa autoafirmação pan-nacionalista de Amílcar Cabral tem como objetivo tático uma dupla recepção, precisamente pelo seu caráter ambivalente. Ora, Amílcar Cabral estava empenhado na união de dois povos que, nas palavras de Osvaldo Lopes da Silva (um militante que viria a ser um dos altos dirigentes e comandantes cabo-verdianos do partido PAIGC) sobre essa união, “nem o povo de Cabo Verde nem o povo da Guiné acreditam que são um só povo”.²⁰⁶ Por isso, a nosso ver, só subitamente se identificando com uma categoria mais ampla podia assim sinalizar um caminho para suplantar essa diferenciação.

Portanto, expressões, como “um simples africano”, “partido africano”, “uma nação africana”, “uma pátria africana”, “revolução africana”, fortemente tautológicas nos textos de Amílcar Cabral, perfilhavam a ideia pan-africanista.²⁰⁷

Todavia, para Cabo Verde, onde a personalidade africana era questionada, isso tinha um recado político estratégico preciso e importante; na medida em que representava um esforço de Amílcar Cabral para suplantar o dilema de ser cabo-verdiano ou português, pela simples suposição de portar primeiramente o invólucro africano.

Do lado guineense, ao optar por uma identidade coletiva supranacional, o *africano*, Amílcar Cabral não só se desobrigava de se definir em nível individual, em termos nacionais — seu ponto mais delicado na relação com os guineenses —, assim como tentava contornar a resistência a essa união, com um expediente que supre as duas identidades, mas sem anular nenhuma delas.

²⁰⁵ SMITH, Anthony D. *Nações e Nacionalismo Numa Era Global*. Oeiras: Celta, 1999.p.102.

²⁰⁶ LOPES, 2002, p.645.

²⁰⁷ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, *passim*.

Desse modo, sua proposição de unidade Guiné e Cabo Verde pode também ser vista como uma mão na roda, sobretudo, para aqueles jovens estudantes cabo-verdianos na diáspora, cujo idealismo ardente demandava participação na luta nesse grande momento de viragem histórica do século XX, que foi a descolonização africana.

Porém, a pergunta que se coloca: sem a adjacência e nem o espaço para se lutar, o que poderia ser alternativa para esses jovens nacionalistas? É uma questão aberta, cuja resposta fica por responder.

Apesar de seu pai ter sido um homem instruído²⁰⁸, apaixonado pela literatura, e foi também professor, curiosamente, Amílcar Cabral só começaria os estudos primários dois anos depois de sua chegada a Cabo Verde. Evidentemente, não devia ser por falta de meios, já que o pai acabava de receber herança da madrinha.

De qualquer modo, parece que foi preciso a intervenção de Iva Pinhel Évora para que as coisas se deslanchassem. E a resposta de Amílcar Cabral, no entanto, quanto ao desempenho escolar, veio de forma meteórica. Aos 12 anos de idade, em 1936, teria cumprido a carga horária da escolaridade primária, e ingressada no Liceu Gil Eanes, no ano letivo de 1937/1938.²⁰⁹

Com relação a esse aspecto biográfico de Amílcar Cabral, não temos encontrado nada que diz o contrário. Aliás, todos os seus contemporâneos o reconhecem como o aluno exemplar que era. Por outro lado, diferentemente da Guiné, em Cabo Verde, onde a figura de Amílcar Cabral não tem quase nenhuma carga mítica²¹⁰, dificilmente se construiria uma história extraordinária desse naípe sem o mínimo do fundo de verdade, e tolerada por uma oposição fortemente atuante.

Por causa do descuido de Juvenal Lopes Cabral com a educação dos filhos, dona Iva Pinhel Évora passou a assumir sozinha essa dispendiosa responsabilidade. Com a ajuda da mãe, fazendo pequenos trabalhos, como venda ambulante e lavagem de roupa para fora, Amílcar Cabral conseguiu fazer seus estudos secundários com sucesso. E, ainda

²⁰⁸ Diz-se que o nome de seu filho foi inspirado na admiração que nutria pelo célebre cartaginês Hamilcar Barca. Além de artigos para jornais e cartas aos governadores sobre problemas que assolavam Cabo Verde, publicou uma obra autobiográfica — *Memórias e reflexões*, Praia: Edição do autor, 1947 — e um livro de poema em crioulo: *Confissões de Zé Badiu*.

²⁰⁹TOMÁS, 2007, p. 49.

²¹⁰Acerca da questão de Amílcar Cabral ser um mito ou não, Iva Cabral, na mesma entrevista à Agência Lusa, já citada, disse o seguinte: “Tenho medo de que Cabral se torne um mito. Não gosto que o meu pai seja um mito, mas, na verdade, na Guiné, já é um mito.”

como bom aluno, dava aulas de reforço para colegas do liceu, contribuindo também com as despesas da casa.²¹¹

Portanto, apesar de todas as dificuldades financeiras, Amílcar Cabral esteve sempre entre os melhores estudantes durante seus anos de liceu, que ele concluiu em 1944, com a média de 17 valores, classificação muita boa na época. São também conhecidos dois cadernos de poemas seus: *Nos intervalos da arte da minerva* e *Quando o cupido acerta o alvo*, organizados por ele como sua primeira experiência literária.

Relativamente a esse aspecto, não há nada de excepcional. São coisas da juventude de seu tempo, a não ser de existir um esforço de alguns biógrafos em tentar relacionar esses eventos a uma intenção nacionalista.²¹² Tudo isso é, naturalmente, compreensível, dado o caráter ideológico desse tipo de narrativa.

Da adolescência à fase adulta, antes da vida universitária, terão sido essas experiências domésticas, o ambiente intelectual e cosmopolita da cidade Mindelo, na Ilha de São Vicente, durante os anos de Liceu, e a própria vida dos habitantes do Arquipélago, entre outros eventos, fundamentais para a formação do pensamento de Amílcar Cabral.

Evidentemente, abstraindo-se, para essa compreensão, da necessidade de seguir a forma narrativa que Pierre Bourdieu entende por “ilusão biográfica”, ou seja, uma história de vida que,

propõe eventos que, apesar de não se desenrolarem todos, sempre, na sua estrita sucessão cronológica [...], tendem a, ou pretendem, organizar-se em sequencia ordenadas e de acordo com relação inteligíveis.²¹³

Nos anos de 1940, Amílcar Cabral conheceu a realidade dos efeitos da guerra e, por conseguinte, do próprio colonialismo. Praticamente, durante todo o período da Segunda Guerra Mundial, a crise de fome vitimou, em Cabo Verde, mais de vinte mil pessoas sobre uma população de cento e cinquenta mil.

²¹¹ TOMÁS, 2007, p. 49-50.

²¹² TOMÁS, 2007, p. 53.

²¹³ BOURDIEU, 2008, p. 75.

Durante todo o transcurso da guerra, e por causa da posição assumida por governo fascista de Salazar em relação aos acontecimentos, os habitantes das ilhas sofreram com a catástrofe devida ao racionamento imposto pelo Governo.²¹⁴

Dona Iva Pinhel Évora quis reconhecer, bem mais tarde, em 1976, em Amílcar Cabral, a herança do pai, quando disse que seu filho “certamente, nasceu com a política na cabeça” porque “era filho de político”.²¹⁵ De fato, Juvenal Lopes Cabral deve ter tido alguma influência sobre o filho, visto que foi um sujeito que nunca se alheou dos problemas do seu tempo.

Um homem que assistiu à subjugação dos nativos da Guiné por Teixeira Pinto, entre 1912 e 1915, sem hesitar em revelar o seu apoio a este; presenciou a proclamação da República na metrópole, em 1910; o fim da primeira República, com o golpe militar de maio 1926; regozijando-se com a chegada de Salazar ao poder, com sua ditadura do Estado Novo, não só se revelou atuante, como também deixou clara sua posição em relação à ordem estabelecida.

Embora, em outras ocasiões, Juvenal Cabral fez questão de fazer-se ouvir, através das cartas endereçadas às autoridades coloniais, sobre os problemas da fome e seca que afetavam o seu povo, tudo foi feito dentro do maior espírito de dependência ao poder lusitano.²¹⁶ Foi dele também a ideia de Amílcar Cabral ir cursar Agronomia, em vez de Direito, como a melhor forma de ser útil na erradicação do problema da fome em Cabo Verde.

Mas se, sob esse aspecto do indivíduo atuante, Amílcar Cabral se assemelha ao pai, por outro lado não devemos esquecer que, pela cabeça de Juvenal Lopes Cabral, que fora colega de Salazar no seminário de Viseu, e também seu admirador, reconhecedor do papel da “ação civilizadora” colonial como indispensável na civilização dos “povos primitivos”, talvez a última coisa que pudesse vir a passar-lhe era ver o filho, que ele havia influenciado, anos mais tarde, estar envolvido com colegas estudantes de outras colônias, em Lisboa, no processo de subversão da ordem colonial imperante.²¹⁷

²¹⁴ ANDRADE, 1981, p. 17-18.

²¹⁵ ANDRADE, 1981, p. 22.

²¹⁶ TOMÁS, 2007, p. 42.

²¹⁷ TOMÁS, 2007, p. 43.

Não obstante, tudo quanto que se tenha abordado com relação à origem familiar de Amílcar Cabral, e sua trajetória de formação no primário e secundário em Cabo Verde, com certeza, os anos como universitário em Lisboa e a companhia de outros jovens africanos de diversas partes das colônias de Portugal — também em suas “peregrinações coloniais”²¹⁸ em matéria educacional, conforme Benedict Anderson — terão sido fundamentalmente decisivos na moldagem inicial desse homem político que veio a se revelar Amílcar Cabral.

Pois será a partir desse encontro de um número significativo de jovens das colônias, vindo receber uma educação superior na metrópole — o ponto final na jornada educacional —, logo no segundo pós-guerra, em que se ditava a nova geografia política não só europeia como mundial, que se construirá um discurso nacionalista de ruptura, definitivo e unificado, para as colônias portuguesas da África, através de um grupo de estudantes, mais tarde denominado de “geração de Cabral”.

Ao avaliar a origem do nacionalismo colonial sob a ótica dessas peregrinações coloniais, Benedict Anderson reconhece o papel da política educacional colonial na promoção dos nacionalismos coloniais. Mas essas peregrinações, que passaram a ser feitas por um número cada vez maior de viajantes, a partir do século XX, se deviam, segundo ele, a três fatores principais.

Primeiro, o aumento da mobilidade física, como fruto da superação do atraso tecnológico do século anterior, em virtude das grandes realizações do capitalismo industrial em matéria de transportes.

Em segundo, o outro fator que ele chamou de “russificação” imperial, foi a necessidade de dar conta às múltiplas funções especializadas do aparelho estatal colonial, através de quadros de funcionários bilíngues, portanto, os oriundos das próprias colônias.

E, por fim, o terceiro fator esteve relacionado com a maior difusão do ensino moderno, que veio produzir camadas intelectuais jovens significativas entre os povos colonizados, com tudo o que esses têm de direito em termos de acesso à cultura ocidental moderna.²¹⁹

No entanto, não é dispensável acrescentar a essas considerações de que se, em parte, o nacionalismo moderno organizado surgiu a partir dos bancos das escolas coloniais, o

²¹⁸ ANDERSON, 2008, p. 164-165.

²¹⁹ ANDERSON, 2008, p. 165-167.

nacionalismo africano, sobretudo, nas colônias portuguesas, encontrou um terreno particularmente propício para a elaboração de seu discurso de ruptura após a Segunda Guerra Mundial devido, principalmente, a dois novos fatores conjunturais: a nova ordem político-ideológica mundial e a nova ordem jurídica internacional.

Portanto, para além da juventude²²⁰ dessa intelectualidade nacionalista (característica, aliás, cuja importância foi também reconhecida na análise de Benedict Anderson, por causa do ardoroso voluntarismo desses jovens), havia também em favor dessa intelectualidade, e muito tinha a ver com toda sua inspiração, a própria realidade de pós-guerra. Como bem nos recorda Antero da Conceição Monteiro Fernandes, “a Segunda Guerra Mundial afundou o sistema colonial”.²²¹

Ademais, como ferramenta de análise que essa intelectualidade dispunha, pode-se admitir, sem incorrer em exagero, que nada se comparava em matéria de teoria social ao marxismo e comunismo, na história recente. E, por coincidência, este vivia na Europa, e com toda a razão, o ambiente de seu maior momento de prestígio e de sedução, pela vitória militar sobre o nazismo.

Por essa razão, os biógrafos de Amílcar Cabral não puderam deixar de sublinhar a importância de tempos universitários em Lisboa, os contatos com movimentos de esquerda na capital portuguesa e a amizade com colegas de outras colônias como fundamentais não só na moldagem do nacionalismo contra o colonialismo português, como na formação das próprias ideias políticas de Amílcar Cabral.

Os tempos universitários em Lisboa

Amílcar Cabral chega a Lisboa em 1945, para cursar Agronomia, no Instituto Superior de Agronomia (ISA). Fazia parte da legião de muitos jovens, entre brancos, negros e mestiços, que, nos meados da década de 40 do século passado, começavam a chegar a

²²⁰ ANDERSON, 2008, p. 170.

²²¹ FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação*. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) — Faculdade de Letras (Centro de Estudos Africanos), Universidade de Porto, Porto. p. 13.

Portugal, na última etapa nas suas jornadas educacionais, para receber uma formação superior.²²²

Curiosamente, 1945 é também o ano da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). É importante destacar que, com esta criação, inaugurou-se legalmente a era anticolonial do século XX, pois, na sua Carta, já se reconhece o princípio de autodeterminação dos povos, ou seja, o direito que cada agrupamento humano tem de dispor de si mesmo livremente, escolhendo seu destino dentro de um estatuto político próprio.

Convém ainda assinalar que o número cada vez maior de estudantes das colônias à procura de cursos superiores na metrópole, nos meados dessa década, se deveu principalmente a dois fatores conjunturais.

Primeiro, a elite colonial foi beneficiada na Segunda Guerra Mundial com a subida de preços dos produtos colônias. Com isso, aumentou seu poder de enviar e manter seus filhos estudando na metrópole. Em segundo lugar, foi a própria expansão dessas “peregrinações colônias”, a que já referimos, promovida pelo Estado colonial, que não podia declinar-se de suas obrigações, por organizações particulares, tanto leigas como religiosas.²²³

Assim, fica fácil identificar, nessas legiões, dois tipos de peregrinos. Os que vão estudar sob o encargo dos familiares e os mantidos pelo Governo ou instituições particulares, através de bolsas de estudo. Como não vinha de família rica, Amílcar Cabral, assim como a grande maioria, pertencia a este último grupo. Chegou a Lisboa com duas bolsas de estudo: uma, concedida por Liceu de Cabo Verde, por mérito, e outra, alcançada em concurso, da Missão dos Estudantes do Ultramar.²²⁴

Depois de terminado o liceu em São Vicente, e antes de embarcar para Lisboa, Amílcar Cabral havia arranjado uma colocação na Imprensa Nacional, na cidade de Praia, como ajudante de tipógrafo. Por uma razão ou outra, não se manteve por muito tempo no emprego, talvez porque estivesse apenas à espera de uma oportunidade de prosseguir os estudos. Foi quando concorreu e obteve a bolsa para o curso superior em Lisboa.²²⁵

²²² TOMÁS, 2007, p. 59.

²²³ TOMÁS, 2007, p. 59.

²²⁴ TOMÁS, 2007, p. 59.

²²⁵ TOMÁS, 2007, p. 54.

Para quem conhecesse Amílcar Cabral, certamente concordaria que não deve ter sido muito difícil sua adaptação ao modo de vida lisboeta. Como pessoa “aglutinadora”, termo usado por Mário de Andrade, era um negro mestiço simpático, além de muito inteligente e desenvolto, o que lhe dava provavelmente uma grande segurança no seu relacionamento com outras pessoas, mesmo num ambiente hostil aos negros africanos.

Contudo, como esse tipo de jornada, empreendida por Amílcar Cabral e seus coetâneos de diferentes cantos do Império, tende a produzir uma “relação de crescente comunhão”²²⁶ entre os companheiros de viagem, independentemente da origem de cada um, é justo supor que ele, de certo, se sentia mais à vontade no meio dos colegas estudantes africanos.

Por outro lado, a vida da maior parte desses jovens estudantes africanos, em Lisboa, estava também condicionada aos magros recursos financeiros que suas mesadas ou bolsas lhes proporcionavam. Por isso, acabavam se concentrando no mesmo bairro, onde arranjavam alojamento comum alugado aos estudantes. Esse seria também outro modo de comunhão que os fazia levar uma espécie de vida social à parte.²²⁷

É importante também lembrar que, apesar de Portugal não ter sofrido com a destruição da guerra, por causa da neutralidade assumida pelo Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial, nem por isso se escapou da crise de estagnação de pós-guerra que se abateu sobre toda a Europa.

Segundo Eduardo de Sousa Ferreira²²⁸, o problema português não estava apenas relacionado à situação de pós-guerra, uma guerra, aliás, da qual Portugal até saiu fortalecido, com lucros acumulados através do comércio militar, especialmente venda de metais essenciais, como por exemplo, o volfrâmio.

Ainda segundo este estudioso, foi em decorrência da fraca capacidade de Portugal concorrer no mercado internacional que a economia portuguesa se voltou para o mercado interno depois da guerra. Com um parque industrial atrasado, o custo de produção era elevadíssimo, o que acarretou a necessidade de salários baixos, numa situação da oferta de mão de obra superior à demanda.

²²⁶ ANDERSON, 2008, p. 165.

²²⁷ TOMÁS, 2007, p. 64.

²²⁸ FERREIRA, 1974, p. 64-65.

Este estudioso ainda observa que, apesar dos lucros acumulados com os elevados preços de matérias-primas das colônias, e a entrada de divisas trazidas pelos refugiados estrangeiros, que podiam ser usados para promover a economia, a visão atrasada da burguesia portuguesa, que apoiava o regime, preferiu direcionar esses capitais para o consumo de artigos de luxo.

Foi nessa atmosfera lisboeta que se desenvolveu também a vida social Amílcar Cabral. A portuguesa Maria Helena Rodrigues, com quem veio a se casar, fazia parte dos 220 alunos que ingressaram, incluindo Amílcar Cabral, no Instituto de Agronomia naquele ano. Dentre estes, 20 eram mulheres. Assim com nos velhos tempos de primário e secundário, Amílcar Cabral repetiu o mesmo desempenho habitual no curso, tornando-se facilmente um dos melhores alunos do Instituto.²²⁹

De certo, esse fato deve ter também influenciado no convívio de Amílcar Cabral com seus colegas do Instituto. Mas, como ali era muito reduzido o número de africanos, muitos encontros com seus companheiros se davam na Casa dos Estudantes do Império (CEI), espaço onde decorria a vida social dos estudantes africanos. Ali, sempre havia debates, cada membro podia falar um pouco sobre sua terra natal, ouvia-se músicas coloniais, declamação de poemas etc.²³⁰

A geração de Cabral

Desses encontros, na CEI e algures, nasceu o grupo ao qual Mário de Andrade chamaria mais tarde de “Geração de Cabral”. A CEI foi fundada 1944, por iniciativa de Alberto Mesquita. Este, por causa de bons contatos com as autoridades portuguesas, sobretudo com o Ministério das Colônias, por ser sobrinho do governador de Angola, teve a iniciativa de criar a agremiação dos estudantes apoiada pelas autoridades. E a passagem destes últimos pela casa tornou-se assim quase que obrigatória.²³¹

Mário de Andrade, angolano, um dos frequentadores da CEI, e grande amigo de Amílcar Cabral, disse que a Casa não era uma organização política. Era uma associação de defesa dos interesses materiais e de bem estar social dos estudantes. Era subdividida

²²⁹ TOMÁS, 2007, p.59-60

²³⁰ TOMÁS, 2007, p.61-62.

²³¹ TOMÁS, 2007, p.62.

em seções: de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique, de Goa, de Macau e de Timor, para melhor atender aos interesses específicos. Tinha uma cantina, organizava bailes e procurava ajudar alguns estudantes sem bolsa.²³²

Um fato curioso nos chama atenção. Guiné não aparece mencionada nessa subdivisão. De duas, uma: ou a Guiné não tinha, na altura, estudante no grupo, ou, se tivesse na pessoa de Amílcar Cabral, como quis Mário de Andrade, nesse caso, nem a Casa, nem a autoridade colonial pareciam considerar Amílcar Cabral guineense, até porque ele chegou a Lisboa como estudante da colônia de Cabo Verde. Sabe-se também que, quando chegou sua vez de dirigir uma das seções, foi dirigente da seção de Cabo Verde.

Um dos problemas da Casa, que incomodava o grupo de Amílcar Cabral, era o fato de sua direção estar dominada, nessa altura, por estudantes filhos dos colonos, principalmente de Angola. Com interesses políticos completamente opostos, o grupo de Cabral só frequentava o local por ser sócio e desfrutar de vantagens materiais. Seu interesse maior, naquela altura, já era nacionalista. Ou seja: queriam discutir problemas relativos ao colonialismo e, com isso, a própria vida política portuguesa.

A Casa oferecia também oportunidade para troca de informações e empréstimo de livros entre os membros do grupo. Como bem lembra Mário de Andrade, “os homens dessa geração, eu diria da geração de Cabral, [...] [leram] os mesmos livros, quer dizer formaram-se em torno dos mesmos problemas, das mesmas preocupações.”²³³

Os filhos dos colonos, embora tenham nascido na África, depois de provavelmente seus pais não terem tido vida tão fácil para ali se estabelecerem, eram todos portugueses. Considerados portugueses de segunda, tinham seus próprios problemas de identidade quando chegavam à metrópole, mas nada parecido com os crioulos da América espanhola do passado.

A sociedade portuguesa, de modo geral, sempre se alimentou do mito da “missão civilizadora”, e a questão colonial, numa dada altura, assumiu uma importância de componente de identidade nacional. Qualquer português era levado a acreditar que tudo

²³² ANDRADE, Mario de. *A geração de Cabral*. Bissau: Instituto de Amizade/PAIGC, 1973. p. 13.

²³³ ANDRADE, 1973, p. 14. É importante esclarecer que esses estudantes, por causa da ligação com o Partido Comunista Português, tinham acesso a informações sobre as lutas revolucionárias travadas em outras paragens, como, por exemplo, a Revolução de Outubro, a Revolução chinesa e a Guerra da Indochina.

o que se fazia para os africanos era em cumprimento da tal missão divina. Como se pode depreender desta passagem:

Quis a Providência que fosse Portugal quem desempenhasse a missão de trazer ao convívio da Europa os povos de todos os outros continentes, levando-lhes com a civilização europeia a luz da Mensagem Cristã.²³⁴

Assim, por essas e outras razões, ficava para o grupo de Cabral muito difícil contar com o apoio dos filhos dos colonos nas questões nacionalistas, porque, educados com essa visão paternalista desde criança, tinham dificuldade natural de encarar o problema colonial na perspectiva dos africanos.

Segundo Mário de Andrade, entre 1948 e 1949, todos do grupo já acompanhavam o triunfo da revolução chinesa, liam livros sobre os negros da América e, através das obras de Jorge Amado, ficavam a par do problema do Brasil.²³⁵ Todas essas iniciativas ajudavam a formar uma mentalidade comum, cujo objetivo era a organização política para se libertar do jugo colonial. “Portanto, essa geração de Cabral tinha um pensamento comum, porque era da mesma origem, porque eram homens do povo [...]”.²³⁶

Embora Mário de Andrade nos afirme que os homens da geração de Cabral “eram homens do povo”, parece-nos oportuno precisar essa afirmação. Ora, vejamos o que entendemos por povo. A palavra povo, segundo Pierre Canivez²³⁷, tem duplo sentido: um social e outro político.

No seu sentido político, é uma criação de Estado moderno, definido como uma comunidade de cidadãos. Fica, assim, evidente, que o povo ao qual Mário de Andrade se referia não era neste sentido. Porém, se tomado no seu sentido social, para Pierre Canivez, o povo corresponde às camadas inferiores da hierarquia social. É exatamente sobre esse aspecto de diferenciação social que se pretende discutir a afirmação de Mário de Andrade.

²³⁴ Discurso do subsecretário de Estado de Administração Ultramarina, J. M. da Silva Cunha, no dia 13 de julho de 1963, em Santo Tirso, no Congresso Internacional de Etnografia. Ver CUNHA, J.M. da Silva. *A nação escolheu o caminho*. [Boletim Geral do Ultramar], Portugal. v. XXXIX, nº 456 e 457, 1963. p. 31.

²³⁵ ANDRADE, 1973, p14.

²³⁶ ANDRADE, 1973, p. 15.

²³⁷ CANIVEZ, 2004, p. 16-18.

Para sermos mais precisos, comecemos com a própria política colonial portuguesa. Uma das suas armas mais poderosas foi o processo da assimilação cultural promovido nas colônias. Ele consistia no que podemos chamar de uma espécie de darwinismo social, através do qual se promovia um número reduzido de nativos, proporcionando-lhes o acesso à educação em moldes europeus, em detrimento da grande maioria da população. Na medida em que atingiam certo nível de formação europeia, passavam a ser designados de civilizados.

O programa tinha duplo objetivo. Primeiro, criar uma pequena camada de “assimilados” ou civilizados, formando uma espécie de elite nativa, para servir de intermediária, ajudando na administração das vastas populações africanas. Portugal dependeu, de certa forma, dessas elites africanas, criadas no quadro de sua ambição civilizadora.

O segundo objetivo era de que, através dessa camada, se legitimava o fato colonial. Assim, como já referimos, essas populações das colônias africanas eram divididas hierarquicamente entre civilizados e gentios.

Naturalmente, em um sentido primordial, qualquer indivíduo é do povo. No entanto, pelo esquema que adotamos, partindo da ideia de Pierre Canivez, o povo representaria a esmagadora maioria da população que, no caso em análise, era denominada de “gentios”. Um grupo social ao qual os homens da geração de Cabral absolutamente não pertenciam, e nem mesmo seus progenitores diretos e imediatos. Pois, traçando uma biografia coletiva desse grupo, facilmente isto pode ser comprovado.

Os homens da geração de Cabral — Mário de Andrade, Hugo Anzacot de Meneses, Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral, entre outros —, são todos filhos dos membros de uma geração anterior de elites africanas. Com a única diferença de que a geração de Cabral, ao contrário dos seus pais, pôde elaborar um discurso nacionalista de ruptura, favorecido pela conjuntura. O nacionalismo da geração precedente foi vítima da ambiguidade de querer ser negro e português ao mesmo tempo. Mário de Andrade os designa de protonacionalistas.²³⁸

Como a CEI não era o lugar ideal para o grupo, Amílcar Cabral e seus companheiros passaram a procurar outro local onde pudessem desenvolver melhor suas atividades.

²³⁸ TOMÁS, 2007, p.67-68.

Primeiro, tentaram com a Casa d'África, fundada por um originário de São Tomé, Raúl de Castro.

Era um local bem estruturado. Mas este senhor de uma geração mais velha parecia ter dificuldades em concordar com as ideias do grupo. Depois de várias tentativas para convencer Raúl Castro sem sucesso, o grupo resolveu criar um centro próprio.

Alguns elementos — entre eles, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro e Mário de Andrade — foram incumbidos de elaborar um plano de ações para a nova organização. Foi assim que nasceu o Centro de Estudos Africanos (CEA).²³⁹

Convém destacar que, na ditadura do Estado Novo, era proibido qualquer tipo de associação que não fosse de carácter cultural ou desportivo. Assim, o centro, para além de funcionar de maneira ilegal, necessitava, como cobertura, incluir no seu plano de ação cursos e estudos de história, geografia, literatura e, claro, problemas políticos.

No entanto, muitas vezes, as reuniões dos militantes ocorriam na residência dos familiares da santomense Alda Espírito Santo, outro elemento da geração de Cabral, estabelecidos havia mais tempo em Lisboa.²⁴⁰

Com o passar do tempo, mas exatamente entre 1949 e 1950, o grupo foi se alargando. Agostinho Neto (que veio a ser mais tarde líder do Movimento pela Liberdade de Angola — MPLA) fazia medicina em Coimbra e se transferiu para Lisboa.

Eduardo Mondlane (mais tarde, presidente da Frente de Libertação de Moçambique — FRELIMO) se juntou ao grupo em Lisboa, depois de, antes, ter passado por uma universidade da África do Sul. Ele foi colega de Mário de Andrade na Faculdade de Letras de Lisboa. Nas palavras de Mário de Andrade, o grupo já tinha bastante gente, até podendo se formar dois times futebol.²⁴¹

O grupo mantinha também contatos com os estudantes progressistas portugueses. Assim, ganhava também experiência em ações de clandestinidade, visto que não havia liberdade política. Até alguns membros da geração de Cabral militaram nessas organizações democráticas portuguesas.

²³⁹ ANDRADE, 1973, p. 16-17.

²⁴⁰ TOMÁS, 2007, p. 72.

²⁴¹ ANDRADE, 1973, p. 9-10.

Vasco Cabral e Agostinho Neto foram dirigentes do MUD JUVENIL (Movimento de Unidade Democrática Juvenil). Estes dois foram tão atuantes nessas organizações que passavam mais tempo presos pela polícia política portuguesa, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), do que nas faculdades onde estudavam. Com suas experiências, já militantes comunistas, deram grande contribuição na politização da geração de Cabral.

“Se todos nós estávamos ligados à nossa terra, estávamos também ligados à vida democrática portuguesa.”²⁴² Esse argumento de Mário de Andrade será formulado de outra maneira, numa fase posterior, já no período de luta armada, por esses jovens nacionalistas, mais precisamente por Amílcar Cabral que dizia: a luta não era contra o povo português, mas sim contra o regime ditatorial de Salazar.

Na perspectiva de Lisboa, desde que Salazar chegou ao poder, as colônias eram consideradas partes integrantes da nação portuguesa. “A Constituição Política define a Nação Portuguesa como um estado unitário, na complexidade dos territórios que a constituem e dos povos que os habitam.”²⁴³

Salazar chega mesmo afirmar que “o conceito de nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora”²⁴⁴, o que permite reforçar a sua tese de multirracialismo, considerado uma criação exclusiva portuguesa, cujo exemplo se manifesta em sociedades mistas, lusitanas e tropicais.

Naturalmente, a geração de Cabral via a situação de outra maneira. A tese do lusotropicalismo foi atacada de prontidão por alguns desses nacionalistas. Mário de Andrade, por exemplo, considera que Gilberto Freyre²⁴⁵, formulador do lusotropicalismo, escusa a

encarar o funcionamento do aparelho colonial como sendo, acima de tudo, uma empresa de exploração econômica dirigida pelo poder político “que” o cruzamento de raças foi praticado em grande parte no Brasil não em virtude

²⁴² ANDRADE, 1973, p. 12.

²⁴³ Declaração sobre a Política Ultramarina do Presidente do Conselho de Ministros, Prof. Dr. Oliveira Salazar, no dia 12.8.1963. Ver SALAZAR, António de Oliveira. *Declaração sobre a Política Ultramarina*. [Boletim Geral do Ultramar], Portugal. v. XXXIX, nº 458, 459 e 460. 1963. p. 10.

²⁴⁴ SALAZAR, 1963, p. 11.

²⁴⁵ Na sua bastante conhecida obra *Casa Grande & Senzala*, o autor aprecia positivamente a política e métodos portugueses de colonização.

dos conceitos morais de uma visão política, mas por via de uma simples circunstância — o número extremamente reduzido de mulheres brancas.²⁴⁶

Essa é uma visão essencialmente marxista sobre o sentido da colonização. É como se Mário de Andrade estivesse contrapondo Caio Prado Júnior²⁴⁷ a Gilberto Freyre. Naturalmente, não pretendemos, com essa observação, pôr em causa a utilidade dessa abordagem.

Contudo, não nos parece que, ao encararmos a questão dessa maneira, fosse possível dar conta da dimensão correta do pensamento português acerca da colonização. Acreditamos que, em parte, havia mesmo na colonização portuguesa um sentido mítico e afetivo, baseado na crença histórica de construir um grande império, como, por exemplo, o de Alexandre, o Grande, ou até como o Romano.

Ainda que torne incompreensível a flagrante incoerência do Governo português com os ventos da história — que, naquele momento, sopravam em favor da descolonização —, em virtude da obsessiva relutância²⁴⁸ em não admitir independência para as suas colônias, como o fizeram outras potências coloniais, essa atitude de atribuir unicamente o peso econômico nos pareceu no mínimo politicamente conveniente, para não dizer que era mais uma ambição analítica marxista que tendia a atribuir a tudo caprichos econômicos.

Com o desenvolvimento das atividades, o grupo de Cabral procurou “colocar-se em sintonia com uma grande e emergente irmandade: a dos homens negros espalhados pelo mundo.”²⁴⁹ Pelo menos foi assim o entendimento parcial de António Tomas acerca do mote “africanização dos espíritos”, lançado pelo grupo. Uma forma de reclamar a herança africana não profanada, ou seja, antes da chegada dos europeus.

Não é inútil sublinhar que essa atitude fundamental, no mínimo, tinha dois objetivos. Precisamos levar em conta que essa geração de Cabral era uma elite *crioula*. E a luta

²⁴⁶ ANDRADE, *apud* FERNANDES, 2007, p. 18-19.

²⁴⁷ Historiador de vertente marxista, na sua obra *Formação do Brasil contemporâneo* elucida o sentido da colonização na América Portuguesa.

²⁴⁸ É importante sublinhar que, quando Salazar fez a tal declaração, a essa altura, os nacionalistas da geração de Cabral já tinham se lançado à ação armada nas colônias. Em Angola, o início da luta armada foi em fevereiro de 1961, seguido de Guiné Bissau, em janeiro de 1963. Só em Moçambique a luta começou depois, em setembro de 1964.

²⁴⁹ TOMÁS, 2007, p. 66.

que seus homens empreendiam era ainda feita na diáspora, longe de suas próprias raízes.

Por outro lado, enquanto *crioulo* — isto é, “todo o nativo africano portador de valores induzidos pelo encontro simbiótico da cultura da comunidade étnica de origem com a ocidental portuguesa”²⁵⁰ — era também parte amputada dessas raízes, pelo menos parcialmente. Portanto, tinham necessidade não só de se legitimar junto de suas bases originais, assim como resolver a contradição intrínseca a esse grupo social.

Na busca dessa consciência negra e da legitimação, os exemplos do passado da luta dos negros — como a revolta dos escravos que redundou na independência do Haiti no século XIX — são retomadas. A própria capital portuguesa que, antes do regime de Salazar, havia sediado o Terceiro Congresso Pan-Africano, pôde também ser referenciada como centro difusor do protonacionalismo africano.

Apesar de que o discurso das elites crioulas lusófonas da época, anfitriã do Congresso, não comportasse elementos de ruptura, não pode deixar de se inscrever “essencialmente sobre dois elementos: a pertença ao mundo negro e a reclamação do estatuto jurídico, social e político de africanos portugueses.”²⁵¹

À medida que a geração de Cabral ia definindo suas exigências e afirmando sua consciência pela “africanização dos espíritos”, começa a corresponder-se com várias organizações africanas sediadas em Paris. Ali já funcionava o movimento da *negritude* que representava uma espécie da vertente cultural francófona do pan-africanismo.

Ela surgiu na esteira do movimento pan-africanista como resultado de diálogos entre artistas de diferentes partes do mundo. Foi fundada em Paris por estudantes africanos e antilhanos que, na década de 20 do século passado, já viviam na capital francesa em interações com intelectuais progressistas franceses e políticos de esquerda.²⁵²

No entanto, foi só a partir de 1949, quando Léopold Sedar Senghor compilou a *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, prefaciada por Jean-Paul Sartre, o mais famoso intelectual francês da época, com o texto intitulado *Orfeu Negro*, que o movimento ultrapassou as fronteiras francesas.

²⁵⁰ ANDRADE, 1997, p. 23.

²⁵¹ ANDRADE, 1997, p. 183.

²⁵² TOMÁS, 2007, p. 68.

O impacto produzido com esse lançamento, no seio dos estudantes negros de Lisboa — a obra tornando-se quase um objeto de culto —, levou Mário de Andrade, quatro anos depois, a seguir o mesmo exemplo, recolhendo os poemas de seus companheiros e editar a primeira coletânea de poetas africanos de expressão portuguesa, com o título *Cadernos de poesia negra de expressão portuguesa*.²⁵³

Nos primeiros anos de 1950, a luta dos homens da geração de Cabral finalmente entrava em uma nova fase: de estudantes nacionalistas para novos graduados nacionalistas, em respectivos cursos superiores. Esta nova condição impunha realidade diferente no que diz respeito ao palco de atuação do grupo. Antes, todos eram estudantes, e agindo de forma unificada em Lisboa. Portanto, um movimento unitário num espaço unitário. E agora, formados, tinham de tomar também uma decisão com relação à vida profissional.

Assim, uma parte do grupo continuou em Lisboa, e outra regressou aos seus países ou transferiu-se para outras cidades europeias. Amílcar Cabral, que havia deixado a Guiné Portuguesa com o pai, em 1932, voltaria a pisar este local novamente, 20 anos depois, já como engenheiro agrônomo, formado em Lisboa, e contratado pela Administração Colonial para fazer um serviço de recenseamento agrícola.

Durante a sua permanência na Guiné, de 1952 a 1955, Amílcar se envolveu com as pessoas ligadas ao movimento independentista, antes de retornar à Lisboa com a sua esposa, uma cidadã portuguesa. Assim, começou o percurso político de Amílcar na Guiné.

Segundo a historiografia oficial, foi apenas em 1953 que se exprimiram na Guiné os primeiros indícios de intenções de independência. Primeiro, com a tentativa de fundação de um clube esportivo, iniciativa reservada apenas a naturais da colônia, tentativa que levantara suspeita e foi interdita pelo então governador colonial. Amílcar Cabral, como seu proponente, foi proibido de se fixar na Guiné e obrigado a retornar a Lisboa, podendo visitar os familiares na Guiné apenas uma vez por ano.

Sobre essa questão, cujo relato oficial não nos parece corresponder à verdade, é importante também reconhecer que já havia movimentações nacionalistas em Bissau, antes mesmo da chegada de Amílcar Cabral, influenciadas, de alguma forma, pelo que

²⁵³ TOMÁS, 2007, p. 68-69.

se passava também nos territórios das colônias vizinhas, Senegal e Guiné-Conakry, pela ligação destas com a Guiné.²⁵⁴

Em termos historiográficos, esse momento da geração de Cabral, que antecipou o que Mário de Andrade chamou de *ação direta*, ou seja, “organizar o povo”²⁵⁵ para a ação armada, constitui a fase nebulosa na trajetória dos homens dessa geração. Na tentativa de legitimação e afirmação, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, os eventos foram apropriados, datas falsificadas e antigos companheiros de luta, na diáspora, excluídos, devorados pela voracidade da história ou tolerados pelas circunstâncias.

O curioso em tudo isso foi que esse *modus operandi* se verificou tanto na Guiné quanto em Angola. A similaridade e a intenção que caracterizaram esse mistifório foram de tal ordem que ficava às vezes difícil determinar se um dado evento relatado pela historiografia ocorreu na Guiné ou Angola.

É importante sublinhar que não se trata aqui de fazer julgamento moral das ações desses homens da geração de Cabral. O que nos importa são suas consequências, porque entendemos que não há apenas o lado moral sobre cada decisão tomada, mas também político.

Nada melhor para atestar a nossa observação do que a própria declaração de Mário de Andrade que, pouco antes de ser internado e morrer por motivo de doença, em 1990, confessou no círculo de familiares que

[...] tudo quanto se tem andado a dizer (e ele próprio contribuiu para isso) não passa de um amontoado de mentiras que é importante esclarecer um dia, pois essas mentiras, que um dia tiveram a sua razão de ser, apenas se justificam à luz de um determinado contexto histórico.²⁵⁶

²⁵⁴No depoimento de Elisé Turpin, Rafael Barbosa, figura lendária do independentismo guineense, que foi uma espécie de *laissez passer* de Amílcar de Cabral, a partir de 1959, no seio do nacionalismo guineense, já era militante ativo, desde a década de 1940. Cf. <http://www.paigc.org/depoimento1.htm>. Acesso em: 3 de out. 2011.

²⁵⁵ANDRADE, 1973, p. 23.

²⁵⁶PACHECO, Carlos. *MPLA — Um nascimento polêmico (as falsificações da história)*. Lisboa: Vega, 1997. p. 29.

Aqui se abrem, portanto, duas questões: qual era a importância da geração de Cabral, no âmbito doméstico, no período precedente à *ação direta*? Haveria alternativa ao grupo para se impor *in loco*, que não fosse por via a ação armada?

“Já nessa altura” —disse Mário de Andrade —“sabíamos que, nas circunstâncias do colonialismo português, não podíamos obter a nossa libertação e nem pedir ao Governo que nos concedesse liberdade política.”²⁵⁷ Essa foi a justificativa para se desencadear a luta armada nas colônias portuguesas de Angola, Guiné e Moçambique.

Evidentemente, Portugal não se comportou como França, Inglaterra ou Bélgica na descolonização africana. A ênfase em manter suas colônias sob seu domínio foi quase que uma psicose. Por isso, para a geração de Cabral, só havia essa saída: a luta armada. Se certa ou não essa avaliação, pouco importa.

Podemos também afirmar que não havia garantia de que, em caso de um processo de independência negociada, como fizeram a França e a Inglaterra com as suas colônias, se seriam os homens da geração de Cabral os interlocutores válidos no processo, posto que já houvesse o nascimento e evolução de vários movimentos independentistas nas colônias à revelia deles.

Quanto à questão da importância dos homens da geração de Cabral no período que precede à *ação direta*, voltemos ao caso Amílcar Cabral, que é a razão deste trabalho. Para qualquer que seja a versão dada sobre o retorno de Amílcar Cabral, em 1955, a Lisboa, e sua tentativa de organizar os nacionalistas na Guiné, durante o período de recenseamento agrícola na Guiné, de 1952 a 1955, podemos pelo menos apontar um fator de extrema importância que, de certo, criou enormes obstáculos à intenção de Amílcar Cabral na Guiné: *o fator cabo-verdiano*.

Portanto, nessa fase de efervescência nacionalista na Guiné, pela forma que alguns nacionalistas guineenses colocavam “em pé de igualdade tanto os portugueses de raça branca como os cabo-verdianos, voltando a estes últimos um ódio efetivo, tendo por várias vezes atacado Amílcar Cabral”²⁵⁸, seria por isto importante, em vez de repetir passivamente a historiografia sobre o percurso político de Amílcar Cabral, submeter o discurso oficial ao crivo da análise e a uma outra leitura.

²⁵⁷ ANDRADE, 1973, p. 23.

²⁵⁸ GARCIA, 2000, p. 98.

De volta a Lisboa, Amílcar Cabral foi contratado por uma empresa agrícola portuguesa com negócios em Angola. Assim, com essa facilidade de mobilidade entre Angola e Portugal, por causa de novo emprego, sem deixar suspeita, passou a servir de elo de ligação entre os elementos angolanos do grupo, que permaneciam em Lisboa, como, por exemplo, Agostinho Neto e Lúcio Lara, com os contatos estabelecidos em Luanda, entre os quais Viriato Cruz e Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário de Andrade.

Na palavra de Mário de Andrade que, a essa altura, vivia em Paris, trabalhando para a revista *Présence Africaine*, dirigida por senegalês Alioune Diop, “camarada Cabral era um verdadeiro *emissário* da revolução, ao nível das colônias portuguesas.”²⁵⁹ Por causa também dessa atuação de Amílcar Cabral, algumas literaturas o referenciam na fundação de alguns movimentos em Angola. Em outro caso, ele é tido até como uma espécie de “Che Guevara africano”.

Mas, se abstrairmos o que pode ser tomado como uma tentativa de naturalizar um mito²⁶⁰, podemos ver que, estabelecendo os fatos, a geração de Cabral sempre atuou de forma unificada, independentemente da origem de seus elementos. Por um lado, eram pessoas que viviam na diáspora e, por isso, careciam de uma base política consolidada nos seus respectivos países. Por outro, para o próprio Amílcar Cabral, não estava ainda definido como pudesse aplicar seu nacionalismo. Ante a hostilidade dos guineenses e a indiferença dos cabo-verdianos de Cabo Verde²⁶¹, só podia fazer sentido uma espécie de “Che Guevara africano”.

Mas, mesmo nesse sentido particular, é preciso, a rigor, estabelecer ainda uma ligeira distinção. Che Guevara era um internacionalista, ao passo que Amílcar Cabral, um nacionalista (talvez, até pan-nacionalista). Pela definição, segundo Tom Nairn²⁶², o nacionalista (ou mesmo um pan-nacionalista) fala a partir de um determinado lugar, e o internacionalista a partir de nenhum lugar particular.

²⁵⁹ ANDRADE, 1973, p. 25.

²⁶⁰ Entende-se por uma falsa crença que pode servir de base para uma consciência histórica compartilhada.

²⁶¹ Convém fazer um pequeno esclarecimento. Cabo-verdiano de Cabo Verde refere-se à população que na altura viva no Arquipélago, excluindo a da diáspora. Pois, a ligação que uma guardava com o processo de independência não era necessariamente coincidente com a da outra.

²⁶² NAIRM, 1996 *apud* PALTI, 2003, p.12.

No nosso ponto de vista, existe ainda uma diferença fundamental de natureza objetiva entre ambos. Em termos de objetivos estratégicos imediatos, o nacionalista anticolonial (que é o caso de Amílcar Cabral), ou mesmo pan-nacionalista, foca antes a libertação e a consequente conquista do poder político e, geralmente, lidera ou procura liderar o processo para esse fim.

O internacionalista, na ambição pela mudança de sociedades para o socialismo, sai promovendo um discurso que dissemina a ideia de uma revolução social em escala global, o seu objetivo pessoal imediato não é o poder, mas sim um reconhecimento mundial.

Todavia, apesar de seus desígnios proclamados assentarem em bases diferentes, ambos convergem em seus objetivos estratégicos últimos: a realização dos ideais de progresso, de paz e de justiça.

A década de 50 do século passado foi marcada por vários eventos que se desenrolaram no continente africano. Em 1953, o povo de São Tomé revoltou-se a custo da vida de milhares pessoas. No ano seguinte, a Argélia iniciou a luta armada de libertação. Movimentações nas colônias francesas e inglesas com vista à independência. Portanto, no contexto geral africano, as lutas pela independência caminhavam a todo o vapor.

Assim, para acompanhar a evolução da luta no continente, parte da geração de Cabral que viva em Paris — Mário de Andrade e Marcelino dos Santos e outros companheiros de São Tomé — resolveu se reunir, em 1957, na casa de Marcelino dos Santos. Amílcar Cabral participou desse encontro, que ficou conhecido como a “reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta nas colônias portuguesas.”²⁶³ Na sua volta a Lisboa, fundou, com outros nacionalistas, uma organização a que se chamou de Movimento Anti-Colonialista (MAC), em 1958, como “a concretização das ideias da reunião de consulta e estudo.”²⁶⁴

A essa altura, a África negra já conhecia seu primeiro Estado independente: Gana ganhou sua liberdade em 6 de março de 1957, sob a liderança de Kwame Nkrumah. A dois de outubro de 1958, era a vez da Guiné (Conakry) ficar independente da França, sob a liderança de Sékou Touré.

²⁶³ ANDRADE, 1973, p. 21.

²⁶⁴ ANDRADE, 1973, p. 23.

No ano seguinte à independência desta colônia francesa, no dia 3 de agosto de 1959, os estivadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau, na Guiné Bissau, entram em greve, e a resposta das autoridades coloniais portuguesas é violenta, com dezenas de mortes. Finalmente, Amílcar Cabral encontra o motivo que faltava para a *ação direta* nesta colônia.

PARTE III

A VIA ARMADA DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ: ENTRE A CONCEPÇÃO E A AÇÃO

Capítulo I

O massacre de Pindjiguiti

Como já referimos, a partir da segunda metade dos anos 40, do século XX, até o auge das independências africanas, em 1960, intensas movimentações dos nacionalistas africanos marcaram a África subsaariana na sua busca pela emancipação.

Seja qual fosse a via seguida, depois, para conquistar a independência, a África já havia sido acordada prontamente rumo à liberdade desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Muitos acontecimentos registrados, nesse período, no Continente, e fora dele, atestavam esse fato.

Independentemente de quem era a potência colonizadora, greves, manifestações, sublevações dos trabalhadores, espalhadas por todos os cantos da África, assustavam a ordem colonial e prenunciavam o futuro das colônias.

Em resposta, as primeiras reações das autoridades coloniais, em todas as partes, foram brutalmente repressivas. O uso da força da ordem, invariavelmente, idêntico, não permitia também distinguir quem era a potência colonizadora. Apresentaremos, a seguir, alguns exemplos para ilustrar esses fatos.

Em março e abril de 1947, a repressão em Madagascar, pelo exército francês, resultou em mortos de 80 mil malgaxes. Em novembro do ano seguinte, a repressão da greve dos mineiros de Enugu (Nigéria) teve saldo de 21 mortos. A greve geral no Gana, em 1950, recebeu reposta sangrenta e prisões, inclusive do líder da independência do país, Kwame Nkrumah. No mesmo ano, na Costa do Marfim, houve o massacre de Dimbroko, com mortes e centenas de prisões.

Em 1952, greve nas minas de cobre do Copperbelt, na Rodésia do Norte (atual Zâmbia). Prisões, em Nairóbi, Quênia, dentre os quais o líder Jomo Kenyatta. Em 1953, greve na Guiné (Conakry). No mesmo ano, o grande massacre de Batepá, em São Tomé. Em

1955, repressão sangrenta em Douala, Camarões, contra a UPC, dirigida por Ruben Um Nyobé, assassinado em 1958.

Em janeiro de 1959, houve repressão sangrenta contra o levantamento em Léopoldville (Congo belga). A 26 de fevereiro, outro levantamento na Niassalândia (atual Maláui) também terminou com repressão sangrenta. Chegamos, finalmente, a 3 de agosto de 1959, com o massacre de Pindjiguiti (Guiné portuguesa), com o saldo de 50 mortos, na contabilização do PAIGC.²⁶⁵

Essas referências são úteis para sublinhar o fato de que, apesar das respostas violentas de autoridades coloniais, no período pré-independências, contra os africanos em suas manifestações de cunho emancipatório, a independência da esmagadora maioria dessas colônias não veio como o resultado de uma ação armada, que podia ser concebida quer para responder a essas agressões, quer para fins da independência.

A via de libertação da maioria foi pacífica, como o resultado da eclosão das organizações nacionalistas, e dos arranjos e articulações das forças locais em torno das propostas em disputa, em cada caso particular. A via armada de libertação constituiu, assim, uma exceção no âmbito africano.

Desse modo, qualquer tentativa de associar diretamente a repressão colonial violenta, na África, do período pré-independências, com a opção armada de libertação, é equivocada.

É nossa convicção, como tentaremos demonstrar ao longo da nossa exposição, que foram, principalmente, as disputas entre os grupos nacionalistas pela liderança do processo de descolonização e a influência externa que determinaram a via armada de libertação nas antigas colônias portuguesas.

Em 3 de agosto de 1959, quando os trabalhadores do cais de Pindiguiti resolveram se sublevar contra as autoridades portuguesas, reivindicando melhores salários e condições laborais, provavelmente, nem as lideranças do movimento grevista tinham a exata noção da dimensão de tudo o que acontecera, até então, em outros cantos da África, muito menos os próprios grevistas.

²⁶⁵ BENOT, 1981, v.1, p.37-42.

Evidentemente, o melhor que se tinha de referência, por causa da proximidade e ligação com a Guiné Bissau, eram informações, algumas de segunda mão, sobre a evolução política no vizinho Senegal, e outras, através principalmente das notícias radiofônicas, sobre a vizinha Guiné (Conakry), recentemente independente da França.

Os grevistas de Pindjiguiti eram marinheiros, estivadores, cozinheiros, mestres e contramestres de uma das mais importantes casas comerciais da colônia, a Casa Gouveia, pertencente à Companhia União Fabril (CUF) da metrópole. Outros estabelecimentos comerciais importantes, dos quais dependia também a economia colonial, eram NOSOCO, Eduardo Guedes, Ultramarina e Barbosas & Comandita.

Esses trabalhadores eram pessoas de pouca instrução, e apenas alguns deles já estavam ativamente envolvidos em ações nacionalistas, como por exemplo, Antônio Nola e César Mário Fernandes; este empregado do tráfego do cais de Pindjiguiti e dirigente do Movimento da Libertação da Guiné (MLG).

Por sinal, ele, com Paulo Gomes Fernandes e José Francisco Gomes, também dirigentes do MLG, foram discretos mobilizadores e conscientizadores de alguns marinheiros grevistas.²⁶⁶

Detentores do monopólio comercial na Guiné (portuguesa), esses estabelecimentos comerciais tinham a mesma importância estratégica para Portugal quanto à própria estrutura da autoridade administrativa civil colonial. Ao seu serviço, dispunham de lanchas a motor e à vela, que faziam serviços de cabotagem, transportando mercadorias para suas filiais espalhadas na colônia, e recolhendo para seus estabelecimentos na capital, arroz e amendoim, dois principais produtos de exportação.

De forma consertada entre eles, o aumento de salário para os trabalhadores era estabelecido anualmente. Só que, desta vez, a Casa Gouveia não cumpriu o estabelecido, enquanto outras casas já praticavam o novo valor. E isso revoltou os trabalhadores, que exigiram o cumprimento do acordo. Na época, o gerente da Casa Gouveia era Antônio Carreira, um antigo administrador colonial, que, depois da

²⁶⁶Entrevista de Paulo Gomes Fernandes concedida a Leopoldo Amado. *Amigos & Camaradas da Guiné*, Lisboa, 25 fev.2006. Disponível em: <<http://blogueforanada.blogspot.com/2006/02/guin-6374-dlxxxvi-simbologia-de.html>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

aposentadoria, ingressou na atividade comercial. Um velho conhecido dos africanos, desde aquela época, pela sua fama ríspida de lidar com os pretos.

O confronto entre os grevistas e as autoridades se deu à tarde. Os capitães orientaram seus marinheiros para não receber o pagamento, e a devolver as embarcações se não houvesse o aumento do salário. Armados de remos, paus e barras de ferro, concentraram-se para o ato.

O chefe da Capitania tentou ainda intervir e, como nada conseguiu, mandou chamar Carreira. Este, que não havia conseguido, na manhã do mesmo dia, convencê-los a aceitar o pagamento, foi à esquadra da PSP (Polícia de Segurança Pública) buscar os chefes da mesma, Dimas, Rocha e Assunção.

Começou o empurra-empurra quando o subchefe Assunção foi dar ordens aos marinheiros para voltar ao trabalho e eles ignoraram. De repente, o subchefe se viu rodeado por alguns grevistas, e resolveu fazer alguns tiros para o alto. Os marinheiros entraram logo numa luta corporal para se apoderar da arma, e foi quando chegou o destacamento de Polícia pronto para atirar.

No momento em que os manifestantes tentaram avançar, os guardas abriram fogo. Seguiu-se o tiroteio, com lançamento de granadas de gás lacrimogêneo e perseguições aos grevistas. Durante a confusão, com até a participação dos militares, muitos grevistas foram mortos e houve muito feridos.

Na contabilização oficial, depois de ter sido instaurado o inquérito, “9 mortos, 15 feridos de certa gravidade e hospitalizados e 23 marítimos presos”.²⁶⁷ Com a relação ao número exato de mortos, cada versão dá seu relato. A versão do PAIGC, de 50 mortos, mesmo que estivesse incorreta, era compreensível, por existir outras razões para dar essa dimensão ao incidente. Era uma forma de propaganda em que se pretendia atingir tanto a opinião pública doméstica, quanto a internacional.

Relativamente, ao desencadear da crise, muitos acreditam que a falta de tato do gerente Carreira em lidar com essa gente humilde tenha contribuído para levar o incidente ao extremo. Isto porque, em 1956, houve uma reivindicação salarial semelhante com os trabalhadores da NOSOCO, mas não teve conseqüenciais de proporção de Pindjiguiti.

²⁶⁷SILVA, 2010, p.105. Ver o recente depoimento de Mário Dias, *Lamparam II*, Lisboa, 21 fev. 2006. Disponível em: <<http://guineidade.blogs.sapo.pt/arquivo/973005.html>>. Acesso: 01 dez.2011.

É possível que essa avaliação seja correta, mas não se deve esquecer que, em 1959, o contexto era outro, pois já havia penetração de ações discretas de mobilização e conscientização política no meio desses trabalhadores.

Sobre o trabalho político desenvolvido no seio dos trabalhadores portuários, Rafael Barbosa, um dos mais influentes dirigentes do MLG, na entrevista concedida a Leopoldo Amado, confirma sua responsabilidade pela greve, por causa do controle que exercia sobre António Nola, que foi um dos elementos preponderantes do acontecimento de 3 agosto.²⁶⁸

Tanto era verdade que a greve tinha também cunho político — ao menos lhe foi dado esse caráter — pelo noticiário propagandista, dias depois, difundido pelo Serviço de Radiodifusão da Guiné (Conakry), sobre o acontecimento. Só então o governo colonial se deu conta da outra dimensão do incidente.

De fato, logo depois da greve, antes de ter sido notícia no estrangeiro, havia todo um esforço das autoridades, na pessoa do próprio governador, para abafar o ocorrido e voltar à normalidade. O retorno ao trabalho era imprescindível, já que só esses grevistas conheciam mais do ninguém o seu *metier*.

Tanto assim que fora até solicitada a mediação de Joaquim Baticã Ferreira — chefe dos manjacos [povo que habita as ilhas de Pecixe e Jeta e as margens dos rios Cacheu e Geba, na Guiné portuguesa] —, para que os trabalhadores voltassem ao trabalho. Os estivadores e marinheiros pertenciam quase todos a esse grupo étnico.

Quanto à organização nacionalista presente na mobilização e incitamento desses trabalhadores, não restam mais dúvidas, depois dos depoimentos de algumas pessoas diretamente envolvidas — e a investigação histórica levada ao cabo por Leopoldo Amado, cuja conclusão também aponta para essa linha: foi o MLG.²⁶⁹

Definitivamente, Amílcar Cabral, e nem o seu suposto partido, teve algo que ver com a greve, nem direta ou indiretamente, por não estar ainda, como veremos, envolvido pessoalmente com nenhum movimento independentista na Guiné (portuguesa).

²⁶⁸Entrevista de Rafael Barbosa. In: PERERIRA, Aristides. *O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Notícias Editorial, 2003. p.577.

²⁶⁹AMADO, Leopoldo. Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné Bissau. Disponível em: <<http://www.didinho.org/estudosepesquisa.htm>>. Acesso em: 25 set.2010.

A verdade é que esse incidente, inteligentemente aproveitado por Amílcar Cabral, não só abriu-lhe as portas no seio do nacionalismo guineense, como também marcou, histórica e politicamente, sua trajetória.

Silva assinala que, no dia 7 de agosto, em carta a Ruth Lara, esposa de Lúcio Lara, Amílcar Cabral havia informado, a partir de Nigéria e de modo telegráfico, seus colegas na Europa sobre o incidente de Pindjiguiti. Com certeza, foi no âmbito do MAC que Lúcio Lara, depois, se encarregou de denunciar internacionalmente o governo português pelo massacre. Na época, o acontecimento mereceu até matéria no jornal francês *Le Monde*.²⁷⁰

Não temos dúvida quanto ao papel do MAC²⁷¹ nesse sentido. Porque, pela correspondência²⁷² trocada, antes, entre Lúcio Lara, vivendo em Frankfurt, e Hugo Azancot de Meneses, em Londres, datada de 3 junho de 1959, já era possível notar o plano do movimento de “agitar à escala internacional os problemas” que aconteciam nas colônias.(ver anexo nº 1)

No entanto, nessa carta, que era uma resposta às duas anteriores de Hugo, de 26 e 28 de maio, em que este informava sua decisão de largar tudo (medicina) e se dedicar à luta do seu povo, outros fatos se ressaltavam mais interessantes para nós.

Lúcio Lara alertava de que a luta poderia assumir aspectos em que os médicos seriam imprescindíveis. Chamava atenção para o caso do valente povo argelino, em que foi preciso dar a própria “vida pela liberdade” para conseguir respeito e verdadeiro apoio internacional. Aqui, no nosso entender, já se antevia a possibilidade de uma luta armada.

Dessa carta se podia também depreender que havia necessidade de vínculos mais estreitos entre esses homens da geração de Cabral com as organizações nacionalistas que já se proliferaram nas colônias.

²⁷⁰SILVA, 2010, p.109.

²⁷¹MAC era uma organização política dos nacionalistas ultramarinos, formada entre 1957 e 1958, que coordenava a luta anti-colonialista na diáspora e reunia no seu seio todos os indivíduos das colônias portuguesas.

²⁷²Carta de Lúcio Lara para Hugo Azancot de Meneses, Frankfurt, 3 junho de 1959.

Lúcio Lara reconhecia também que essas organizações apresentavam certas limitações, cuja resolução podia ser encarada pelo pessoal do MAC, mas “sempre com o espírito de que a Luta deve ser dirigida pelos nossos irmãos que estão em Angola”.²⁷³

Na mesma carta para Hugo Azancot de Meneses, Lúcio Lara definia para o amigo a função do MAC, da seguinte forma: “o MAC tem exatamente a finalidade de agitar à escala internacional os problemas das nossas terras, ligando-se sempre que possível aos interesses dos Movimentos que lá existam”.²⁷⁴

Apesar de Lúcio Lara se referir mais precisamente ao exemplo de Angola, pois já tinha conhecimento da luta que se travava lá, deixou claro que “o MAC não diz só respeito a Angola”²⁷⁵, mas a todas as colônias portuguesas.

Em suma, nessa carta, para nós, há duas coisas reveladoras: a) a ideia de luta armada já era uma possibilidade, pelo menos, para alguns elementos do MAC; e, b) o papel do MAC devia se subordinar aos interesses dos movimentos já atuantes nas colônias, “sempre com o espírito de que a Luta deve ser dirigida por nossos irmãos em Angola” (o exemplo, neste caso, é Angola, mas vale também para as outras colônias).

Sobre este último ponto, colocamos a questão da seguinte forma: os outros elementos do MAC, como, por exemplo, Amílcar Cabral, Mario de Andrade, Viriato Cruz, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, dentre outros, comungavam, relativamente à forma de se lutar, com a ideia de Lúcio Lara, ou haveria outra ambição oculta e inconfessada?

Como foi, portanto, que se deu essa transição de Amílcar Cabral e Agostinho Neto e outros, de colaboradores ou representantes (se estes termos forem corretos) para líderes de movimentos nacionais de independência nos seus respectivos países?

Essas questões que acabamos de levantar são muito importantes, não somente para entendermos como a perspectiva de luta desses homens da geração de Cabral influenciou o curso dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas, assim como a sobreposição de seus desígnios aos dos já representativos movimentos do “interior”.

²⁷³ LARA, 1959.

²⁷⁴ LARA, 1959.

²⁷⁵ LARA, 1959.

A partir deste ponto, veremos como se ressurgirá Amílcar Cabral e o seu partido no cenário do independentismo da Guiné (portuguesa).

Capítulo II

Sobre o PAI ou PAIGC

À luz — e sob a luz — das evidências e revelações, como o resultado do progresso de pesquisas históricas e de investigações jornalísticas, podemos afirmar, com toda a segurança, que Amílcar Cabral não fundou nenhum partido na Guiné, antes de 1959. E, muito provavelmente, nem foi na Guiné. De fato, sob o ponto de vista da historiografia, a versão oficial só é ainda, de certa forma, sustentável, num sentido de que ela repousa sobre uma mitificação.

Oficialmente, o PAI (Partido Africano da Independência), que, mais tarde, passou a acrescentar as letras GC à sigla, denominando-se de PAIGC, foi fundado a 19 de setembro de 1956.

Amílcar Cabral, que fora “expulso” da Guiné pelo governador Diego de Mello e Alvim, em 1955, e só podendo regressar uma vez por ano para visitar a família, aproveitou o motivo da visita, que fez em 1956, para fundar o partido, na tarde do dia 19 de setembro, no apartamento de Aristides Pereira e Fernando Fortes, sendo estes também os fundadores.

Esta versão consolidada não só se encontra nas literaturas e documentos do Partido — e faz parte da história de sua fundação —, assim como é reprisada em textos de jornais e trabalhos de alguns estudiosos.²⁷⁶

Luis Cabral e Aristides Pereira, dois auxiliares mais próximos de Amílcar Cabral e supostos fundadores, sendo aquele um meio irmão e terceiro na hierarquia do partido, e este o segundo homem do partido, em suas obras de memórias, *Crônica da libertação* e *O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países*, respectivamente, mantiveram também a versão oficial.

²⁷⁶Sobre a versão oficial da fundação do PAI (GC), consulte *Primeiros Estatutos do PAIGC*, datados de 1956. Cf. CABRAL, Luis. *Crônica da libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984.p.43. ; PEREIRA, 2003, p.85.;Jornal *A Semana*,3de set. de 2004,em 80 anos de Amílcar Cabral.

Apesar de repetir a mesma versão oficial no seu livro de memórias, no entanto, na entrevista ao jornalista e escritor José Vicente Lopes, Aristides Pereira deixou escapar que essa data de 19 de setembro de 1956 foi escolhida retrospectivamente, em Dacar, quando Amílcar Cabral e ele procuravam o apoio do presidente senegalês Senghor.²⁷⁷

Em outras palavras, não houve o ato formal que assinalasse o nascimento do Partido. Era a primeira vez, embora timidamente, que um alto dirigente do PAIGC tornava público algo que alguns militantes antigos já murmuravam de forma reservada.

Mesmo assim, não deixou claro, e nem explicou, se, de fato, teria havido ou não alguma reunião naquela data, no local descrito, e com a presença de Amílcar Cabral, como tem sido difundido. Mas, por ter referido, numa entrevista, esse dia como sendo um domingo, de futebol, já se pode constatar por aí um tremendo escorregão, porque o dia 19 de setembro de 1956 foi uma quarta-feira!

Não obstante, Abílio Duarte, outro citado como fundador, mas o grande ausente no suposto evento da formalização do partido, foi mais explícito ao negar que o fato tenha ocorrido como tem sido relatado. Até porque, ele mesmo, encontrando-se em Bissau, não podia ter estado ausente no ato da fundação.

E ainda, para acabar com a mistificação, sugere: “No nosso caso, já nem sequer estamos no poder, pelo que já é chegado o tempo de se começar, a saber, certas coisas”.²⁷⁸

Apesar de tímidas em termos de ratificação da versão oficial, as duas revelações são fortemente indiciárias para uma investigação crítica mais aprofundada sobre o tema.

Assim, depois do trabalho de jornalismo investigativo de Lopes, ao qual já nos referimos aqui, o jornalista e antropólogo António Tomás, na sua obra de biografia de Amílcar Cabral, foi quem mais longe avançou no questionamento dessa mistificação.

Analisando as correspondências trocadas por Amílcar Cabral com os outros elementos do MAC, entre 1956 e 1960, não conseguiu encontrar nada que fizesse alusão ao PAI em Bissau, ou à fundação de uma organização de libertação. Para ele, não fazia sentido

²⁷⁷ LOPES, 2002, p.41 Sobre o apoio do Senegal, é importante esclarecer que o presidente Senghor havia proscrito o PAI do Senegal, em 1960. PAI (*Parti Africain de l'Indépendance*) tratava-se de um partido político, pan-africanista, de inspiração comunista, defensor da independência total e luta anti-imperialista, fundado pelo senegalês Majhemout Diop, em 1957, com o apóio da Federação dos Estudantes da África Negra, na França. Por seu caráter pan-africanista, não exclusivo, havia também PAI do Mali, PAI da Guiné (Conakry) e, depois, PAI de Amílcar Cabral, mas autonomamente.

²⁷⁸ LOPES, 2002, p 40.

que Amílcar Cabral estivesse envolvido, nesse período, com algum partido nacionalista na Guiné e escondesse isso dos seus companheiros.

Até porque, foi o médico santomense Hugo Azancot de Meneses, que já se radicava em Conakry²⁷⁹ desde agosto de 1959, que tomou primeiro para si a iniciativa, com o patrocínio do presidente Sékou Toure, de organizar os nacionalistas guineenses que procuravam o abrigo neste país vizinho, fugindo da repressão dos portugueses, em torno do Movimento de Libertação dos Territórios Africanos sob Domínio Português (MLTADP).

Como representante do MAC, foi ele também que conseguiu depois, junto às autoridades de Conakry, autorização de residência para os outros elementos do MAC, dentre eles o próprio Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Viriato Cruz, Lúcio Lara e Marcelino dos Santos.

Em síntese, Tomás concluiu que, para os outros elementos do MAC, “Amílcar Cabral não representava qualquer força política na Guiné”²⁸⁰. E mais: a existir tal organização, fundada em 1956 como relatada, isso constituiria “uma das várias contradições” do próprio partido, já que “o PAIGC era, na data de sua fundação, essencialmente um partido de cabo-verdianos ou de filhos de cabo-verdianos com pouca vivência local”.²⁸¹

É nossa convicção, também, de que não havia partido algum de Amílcar Cabral, por outra razão, simples e evidente, mas relacionada com esta última conclusão. Porque, desde quando se aventou a ideia da independência africana, o nacionalismo guineense se definiu também, ideologicamente, em relação aos cabo-verdianos, pelos motivos já aqui sobejamente expostos, relacionados ao seu papel histórico durante a colonização da Guiné.

E essa definição era, naturalmente, esperada. Porque, se há uma ligação fenomenológica estreita entre o nacionalismo guineense e o domínio colonial, a atuação dos cabo-verdianos representava essa dominação.

²⁷⁹Note-se que Conakry, na República da Guiné e Acra, em Gana, capitais de dois primeiros Estados da África ocidental subsaariana emergentes da descolonização, se constituíam, na época, em dois principais centros de peregrinações dos nacionalistas do Continente, atrás do refúgio ou da busca do apoio pela causa libertadora. Eram uma espécie de Medina e Meca para o nacionalismo africano.

²⁸⁰TOMÁS, 2007, p.108.

²⁸¹TOMÁS, 2007, p.109.

Por isso, na ação de Amílcar Cabral, sua proposta nacionalista pode ser também interpretada como intromissão dos cabo-verdianos nos assuntos da Guiné. Inversamente ao que sua proposta fazia supor, assentada em base colonial comum, devemos lembrar também que, nessa mesma história em comum, que une, havia concretamente elementos de igual capacidade de separar.

E isso já não é só um problema do terreno da luta política, mas do papel da memória na identidade coletiva. É verdade que a memória é seletiva, porque nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado, como demonstrou Micahel Pollak.²⁸² Mas, Smith indaga se é possível escolhermos o que devemos esquecer, muito embora ele reconheça também que uma certa dose de amnésia no presente seja necessária, porque permite a sobrevivência das uniões políticas.²⁸³

Todavia, não é menos importante observar aqui que essa reserva ou restrição que se aplicava aos cabo-verdianos não era por falta de reconhecer que a união concorria para o fim do colonialismo, mas porque estava relacionada à questão do protagonismo. Esse posicionamento do nacionalismo guineense criou enormes barreiras aos desígnios de Amílcar Cabral, na sua primeira tentativa de infundir sua posição nacionalista na Guiné. A nossa suspeita é de que essa restrição pode ter levado Amílcar Cabral a omitir aos seus colegas do MAC sua tentativa de engajamento com os nacionalistas na Guiné.

No entanto, podemos ainda especular que, mesmo havendo tal omissão sobre esses empecilhos, queremos crer, contudo, que Mário de Andrade, entre os colegas, seria o único que, porventura, ficaria fora dessa preterição.

Destacamos esse aspecto porque ele foi, de fato, desde os tempos de Lisboa, um amigo íntimo e o mais próximo de Amílcar Cabral, entre todos dessa geração. Amizade que lhe valeu até o cargo de ministro da Informação, na Guiné, mesmo sendo angolano.

Mário de Andrade foi quem apresentou, na época de estudante, Amílcar Cabral aos demais colegas do CEI, à exceção de Marcelino dos Santos, que já morava com ele na

²⁸²Sobre a ligação entre memória e identidade social, ver POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, no. 10, 1992, p.200-212. Sobre memória coletiva, ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

²⁸³ SMITH, 1999, p.112. Sobre a importância da lembrança e do esquecimento para a nação, Ver também RENAN, 1990, p.11.

mesma “república”²⁸⁴. Esse seu estreito relacionamento e entendimento com Amílcar desde então nos permite essa insinuação, mas não somente por isso.

As coincidências e semelhanças na atuação política dos dois, no terreno da política partidária, reforçam também a nossa suspeita. Mário de Andrade, o primeiro presidente do MPLA, forjou a data de fundação do seu partido, assim como aconteceu com o PAIGC de Amílcar Cabral. Os dois coincidem até no ano da fundação, que é em 1956.

Portanto, não é nenhum exagero se pensarmos na cumplicidade forjada no terreno de luta político-partidária, já que ambos padeciam da mesma carência com relação às raízes políticas nas suas respectivas sociedades.

Muito embora, mais tarde, Mário Andrade reconhecia que “estava-se em 1960”, por causa das disputas interpartidárias pelo reconhecimento internacional e legitimação, forjou esse “ardil político, fazendo crer à opinião pública” que seu partido MPLA era tão antigo quanto o outro, a União das Populações de Angola (UPA) e que fora fundada por “africanos que nunca haviam saído da sua pátria.”²⁸⁵

Há um fato aqui muito curioso nessa alegação. A questão da anterioridade como uma vantagem na luta pelo reconhecimento era naturalmente compreensível, mas, ao fazer referência que o partido foi fundado “por africanos que nunca haviam saído da sua pátria”, isso nos remete a outra questão, talvez a mais séria enfrentada por essa geração.

Numa perspectiva de intérprete das “aspirações das massas”, como se autodenominava, podia ser considerada essa geração portadora natural dessa missão histórica? Alguns estudiosos, como por exemplo Benot, preferem simplesmente considerar o papel importante desempenhado por esses homens na luta de libertação nacional, já que, tecnicamente, não podia ser diferente, por não existir outra força social disponível. Eram “os únicos a poder desempenhar o papel dirigente na luta.”²⁸⁶

Essa perspectiva essencialista de Benot, com a qual não concordamos em tudo, tende a pôr, deliberadamente, de lado, a questão da tentativa de compreensão dessa própria força social e o próprio sentido da descolonização, em toda a sua dimensão, para as massas cujas aspirações esses homens acreditavam estar interpretando.

²⁸⁴Emprega-se aqui o termo com a conotação que possui no Brasil. “República” também é a designação do alojamento alugado para a habitação de estudantes.

²⁸⁵PACHECO, 1997, p.29-30. Sobre como e quando apareceu a MPLA, as falsidades e manipulações sobre sua fundação, a obra citada de Pacheco é bastante esclarecedora.

²⁸⁶BENOT, 1981, v.1, p.16.

Por outro lado, esses próprios intérpretes reconheciam essa diferença, razão pela qual isto foi objeto primordial de suas preocupações no início de implementação de seus projetos, em que, não raro, em seus discursos, apareciam palavras de ordem do tipo “africanização dos espíritos” ou “retorno às fontes”.²⁸⁷

Isso, porque, de fato, não se tratava apenas de dirigir a luta para se libertar, mas também de uma questão de legitimidade na protagonização do processo. Nesse aspecto, a questão não é apenas técnica, mas também psicológica (consciência de formar outro grupo).

Amílcar Cabral foi um dos que, logo cedo, percebeu o problema e tentou dar-lhe uma solução marxista-leninista. Reconhecendo que era “uma fatalidade histórica” que os colocava a frente do processo, e que, para “fazer seus os interesses fundamentais das massas”, era necessário fazer “hara-kiri”²⁸⁸, como forma de se sacrificar pelo povo e também de ter “possibilidade de reencarnar na condição de operários e camponeses”²⁸⁹

Analisada sob o prisma teórico e ideológico do tempo de Amílcar Cabral, sua proposta não parece ser utópica, porque consentir sacrifícios em nome do povo era pensamento revolucionário vigente, mas, pela experiência de hoje, podemos considerá-la simplista, na medida em que deixa transparecer a ideia de que um complexo problema social de identidade pode ser simplesmente resolvido num gesto de prestidigitação.

De modo geral, voltando ao processo de transição de coordenadores de luta unitária para futuros dirigentes de movimentos nacionais individuais, ficará ainda mais claro todo o imbróglio com as suas respectivas contradições, que caracterizou a trajetória política de alguns desses homens e, em particular, Amílcar Cabral.

O ressurgimento de Amílcar Cabral

No início da seção anterior, admitimos que Amílcar Cabral não tivesse nenhum partido na Guiné, antes de 1959. De fato, depois de ter deixado a Guiné, em 1955, com a sua

²⁸⁷Segundo Cabral, o retorno às fontes “trata-se, pura e simplesmente, da negação, pela burguesia indígena, da pretensa superioridade da cultura da potência dominadora sobre povo dominado, povo com o qual ela precisa identificar-se.” CABRAL, 1974, p.133-134.

²⁸⁸Hara-kiri significa literalmente cortar a barriga. É um ritual de suicídio praticado por guerreiros samurais em defesa da honra.

²⁸⁹CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.106.

mulher e filha, por motivos de saúde²⁹⁰, só pisou lá novamente, e *não* antes, em setembro de 1959.

Graças ao trabalho de pesquisa bem elaborada, levado a efeito por historiador Julião Soares Sousa, que culminou na sua tese de doutorado pela Universidade de Coimbra, e agora em um livro²⁹¹ — já referido — de biografia de Amílcar Cabral, publicado em junho do ano passado, em Lisboa, este historiador guineense pode persistentemente rastrear e comprovar o itinerário de Amílcar Cabral, de 1924 a 1973, não só pelos relatos colhidos, assim como com o amparo de fatos comprovadamente documentados.

Nesse trabalho, Sousa teve cuidados metodológicos de fazer levantamentos dos boletins oficiais da Guiné, de Angola e de Cabo Verde. Os arquivos da Polícia secreta foram vasculhados, tudo no sentido de confirmar a presença de Amílcar Cabral na Guiné, entre março de 1955 e dezembro 1959.

Mas, nada se conseguiu apurar. Nem nos relatórios da Polícia secreta, à qual competia anotar os passos de pessoas potenciais ameaças à ordem vigente, alguma coisa que alude a sua estada na Guiné, nesse período, foi encontrada.

Segundo Sousa, há apenas um registro da Polícia secreta, de 1969, confirmando que Amílcar Cabral tinha voltado à Guiné só depois de ter decidido partir para a clandestinidade, em 1959.²⁹² Esse fato nos foi também confirmado por um histórico²⁹³ do partido, que reconheceu a atividade nacionalista de Amílcar Cabral, no período em este trabalhou na Granja de Pessubé, entre 1952 e 1955, e depois se reencontraram em Conakry, e fez parte da primeira delegação na viagem que conduziu Amílcar Cabral à China, em busca do apoio material para a causa de libertação, em 1960.

Apesar do que disse o historiador francês Fernand Braudel, de que “a história é filha de seu tempo”²⁹⁴, este trabalho de Sousa parece esclarecer, de vez, esse assunto de falsidade histórica na fundação do PAI em 1956, uma vez que, de agora e até a segunda instância, a versão oficial não tem mais a mínima credibilidade factual.

²⁹⁰TOMÁS, 2007, p.95. Embora a versão oficial insista que o abandono da Guiné foi motivos políticos, os estudos recentes apontam para o motivo de saúde.

²⁹¹SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Vega, 2011.

²⁹²SOUSA, 2011, p.185.

²⁹³O nosso entrevistado solicitou anonimato por enquanto, mas autorizou a publicação de seu depoimento.

²⁹⁴BRAUDEL, *apud* BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.52.

O acontecimento de Pindjiguiti surpreendeu Amílcar Cabral porque aconteceu justamente em uma dessas suas viagens de trabalho que fazia, com certa frequência, a Angola, onde prestava serviços de agronomia para as empresas agrícolas Cassequel, Fazenda Tentativa e Amboim, dentre outras, no período entre 1955 e 1959.

Segundo Sousa, era nessas viagens de trabalho em que também aproveitava não só para visitar outros países africanos, mas também para cumprir missões no quadro do MAC e desenvolver cumplicidades com os outros nacionalistas angolanos.²⁹⁵

No ano anterior, Amílcar Cabral recebera a vista da cunhada e do seu meio irmão, Luis Cabral, em Lisboa. Em licença graciosa de seis meses, este tinha acabado de se casar com Lucette, em Dacar, no dia 7 de abril de 1958, e o casal seguiu para Lisboa.

Foi nessa ocasião de férias, que, em setembro, os dois irmãos puderam acompanhar, no apartamento de Amílcar, situado na Avenida Infante Santo, o anúncio do “não” à comunidade com a França, que marcaria a independência da Guiné (Conakry). Um acontecimento que, no relato de Luis Cabral, foi de suma importância para os planos de Amílcar Cabral de seu retorno à África.²⁹⁶

Mas, pelo relatório da PIDE, segundo Sousa, Amílcar Cabral não podia ter estado em Lisboa no dia 28 de setembro de 1958, o dia da proclamação do “não”, porque se encontrava em Luanda entre 15 agosto e 13 dezembro do mesmo ano.²⁹⁷ De qualquer maneira, independentemente de onde tenha vivido esse acontecimento, agora não só Gana independente, mas a vizinha Guiné (Conakry) podia também, talvez melhor, oferecer-lhe condições para a concretização de seus planos.

Por outro lado, é bem provável que foi através desse encontro com o irmão que Amílcar Cabral pode voltar a ter melhores informações sobre o andamento das questões nacionalistas na Guiné. Isto era possível, na medida em que, apesar de ser um ato clandestino, os nacionalistas, nesta colônia, partilhavam o mesmo espaço de luta, principalmente os da capital Bissau, onde as movimentações eram mais intensas.

Na nossa perspectiva, porém, se, no primeiro momento, nem a sua terra natal estivesse contemplado no seu plano de retorno à África, era porque a preocupação de Amílcar

²⁹⁵ SOUSA, 2011, p.202.

²⁹⁶ CABRAL, 1984, p.59.

²⁹⁷ SOUSA, 2011, p.221.

Cabral podia estar mais relacionada com uma maior segurança para a continuação do desenvolvimento de suas atividades nacionalistas.

Já em 1958, nem Lisboa e muito menos as colônias, ainda sob a ocupação, ofereciam essa condição de segurança, devido ao cerco que estava sendo imposto pela polícia secreta, PIDE. As repressões desencadeadas no ano seguinte, em Angola e na Guiné, são provas eloquentes disso.

Todavia, nessa viagem de agosto e setembro de 1959, o acontecimento de Pindjiguiti não foi a única surpresa de viagem de Amílcar Cabral. Segundo António Tomás, a pedido de seus colegas angolanos, em uma missão confiada inicialmente a Noêmia de Sousa, também do MAC, mas impossibilitada de se deslocar, Amílcar devia contatar em Luanda alguns nacionalistas, com o fim de recrutarem alguns rapazes que receberiam o treinamento de guerrilha na Tunísia.

Isso era resultado do entendimento mantido entre Franz Fanon²⁹⁸ e a delegação angolana²⁹⁹, participante do segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Roma, entre 26 de março e 1 de abril de 1959.³⁰⁰

Assim que Amílcar Cabral chegou a Luanda, enfrentou a repressão desencadeada pela PIDE. Todo o mundo que devia contatar foi preso nessa operação. Deve ter sido um choque para ele. E foi por seu intermédio que os colegas na Europa ficaram também sabendo desse caso de repressão.

Depois de Luanda, Amílcar Cabral circulou por outras cidades africanas, antes de sua passagem por Bissau, que já estava programada, com o objetivo de visitar a família. Comprovada por todos os trabalhos feitos até aqui, essa escala aconteceu em 14 de setembro de 1959. E ainda, nesse momento, se vivia na Guiné a ressaca do acontecimento de 3 agosto.³⁰¹

Segundo a historiografia oficial, foi nessa ocasião que, a 19 de setembro, Amílcar Cabral convocou a histórica reunião do partido, à qual compareceram todos os quadros. Desse encontro, decidiu-se acabar com todas as greves e manifestações frontais contra

²⁹⁸Franz Fanon era, na época, antes de escrever *Os condenados da terra*, conselheiro do GPR (Gouvernement Provisoire de la République d'Algérie).

²⁹⁹A delegação era composta de Viriato Cruz, Lúcio Lara e Mário de Andrade.

³⁰⁰TOMÁS, 2007, p.103.

³⁰¹SOUSA, 2011, p.185. Sobre a passagem de Amílcar Cabral a Bissau, ver também SILVA, 2010, p.111.

as autoridades colônias e se preparar para a ação armada como a única forma de responder às agressões portuguesas.

Essa versão nos parece falsa, porque é cheia de incongruências, como mostraremos a seguir. A primeira é que Amílcar Cabral, como já foi mostrado, não tinha partido para convocar uma reunião de quadros. Aqui, parece ficar claro que todo o esforço dessa narrativa é no sentido de dar sequência ou fazer ligação em sintonia com o relato oficial da fundação do PAI (GC) em 1956.

Em segundo lugar, o único partido atuante que, comprovadamente, havia na Guiné, era o MLG, fundado, provavelmente, nos finais de 1958.³⁰² Era já, de certa forma, estruturado, a ponto de ter delegações nos países vizinhos de Senegal e Guiné (Conakry). E os principais dirigentes daquele partido, como, por exemplo, José Francisco Gomes, João Rosa e José Ferreira de Lacerda, dentre outros, eram contra a união com os cabo-verdianos.³⁰³

Isso era patente! Se o espaço de luta clandestina era comum, por que então se percebe a ausência de nomes dos cabo-verdianos como Luís Cabral, Aristides Pereira, Abílio Duarte e Fernando Fortes na fundação do MLG? Reconhecia-se, todavia, que a fundação do MLG “constituiu o mais sério problema para os propósitos unitários que Amílcar Cabral postulava na luta contra o colonialismo português na Guiné.”³⁰⁴ E foi também o próprio MLG que incitou a greve de Pindjiguiti.

Que foi então a tal “histórica reunião”? Na verdade, foi o encontro³⁰⁵ (ou encontros, provavelmente mais de um) entre Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, em que se decidiu partir juntos para outra estratégia de luta e, para isso, Amílcar Cabral cuidaria de conseguir apoio externo.

O argumento principal sobre o qual se apoiava, para a necessidade dessa mudança, era o próprio evento de Pindjiguiti. Em nossa opinião, esse encontro marcou o primeiro dos mais decisivos acontecidos na trajetória nacionalista de Amílcar Cabral na Guiné.

³⁰² Os fundadores do MLG em 1958 foram: Rafael Barbosa, José Francisco Gomes, Ladislau Lopes Justado, Epifânio Souto Amado, Tomás Policarpo Cabral d’Almada e Paulo Gomes Fernandes.

³⁰³ Sobre ser contra a união com os cabo-verdianos, ver Entrevista de Rafael Barbosa. In: PERERIRA, 2003, p.581.

³⁰⁴ PEREIRA, 2003, p.87.

³⁰⁵ Além dos dois, participaram também desse encontro Luis Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Bacar de Granja. Cf. Entrevista de Rafael Barbosa. In: PERERIRA, 2003, p.578.

Rafael Barbosa era um dos mais ativos e influentes dirigentes do MLG. Pela sua capacidade de mobilização, e por ter acompanhado o nascimento e a evolução de quase todas as movimentações nacionalistas, por sua intromissão desde cedo em reivindicação de caráter nacionalista, pode-se dizer, sem exagero, usando a expressão de Eduardo Macedo dos Santos, que era “o detentor de todo o itinerário nacionalista”³⁰⁶ da Guiné.

Sua atuação remonta à década de 1940, de militante do Partido Socialista, até a sua primeira prisão, em 1948, por reivindicar a implantação de um liceu e uma escola de enfermagem para Guiné.³⁰⁷

Para se ter uma ideia da qualidade dessa figura lendária do nacionalismo guineense, injustamente devorado pelo curso da história, e sua importância decisiva para Amílcar Cabral e seu PAIGC, quase todos — senão todos — os nacionalistas guineenses da capital que entraram para o PAIGC — e uma parcela significativa deles acendeu depois a mais alta hierarquia no partido, quer como dirigente quer com herói nacional — passaram pelas suas mãos, direta ou indiretamente.³⁰⁸

Sobre isso, o próprio Rafael Barbosa se vangloriava: “Para a luta de libertação, eu mandei mais de 500 pessoas. Quase toda a malta que saiu daqui de Bissau eu é que mandei.”³⁰⁹ Por isso, falar do nacionalismo guineense sem de Rafael Barbosa, como parece fazer a memória oficial, é mutilar a história.

Luís Cabral atribui a importância desse encontro ao “imenso trabalho que estava sendo feito pelo Rafael e sua perfeita compreensão da necessidade de união” e ao fato de, a partir daí, ter nascido uma estrutura que uniu os grupos de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa em uma frente, que se denominou de Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGCV).³¹⁰

Julião Soares Sousa até acredita que foi no decurso dessa passagem de oito dias de Amílcar Cabral por Bissau que o PAI, mais tarde PAIGC, teria sido fundado.³¹¹ No

³⁰⁶ PACHECO, 1997, p.41.

³⁰⁷ Entrevista de Rafael Barbosa. In: PERERIRA, 2003, p.575. Na África colonial portuguesa, os enfermeiros (de primeira e segunda classe, consoante o nível de instrução e formação técnica) formavam uma privilegiada categoria não só profissional, mas social. Na carência geral de quadros de nível superior, eles se constituíam, juntamente com os funcionários públicos e empregados comerciais nativos, numa verdadeira elite autóctone.

³⁰⁸ *Jornal A Semana*, 3de set. de 2004, em 80 anos de Amílcar Cabral, p.14.

³⁰⁹ PEREIRA, 2003, p.142.

³¹⁰ CABRAL, 1984, p. 74.

³¹¹ SOUSA, 2011, p.206.

entanto, Antonio Silva faz objeção a esta interpretação por considerá-la exagerada, no sentido de que afasta “os antecedentes de um processo de formação prolongado e clandestino” tributada à atuação de Amílcar Cabral nos primórdios do nacionalismo da Guiné.³¹²

Apesar das perspectivas de Sousa e Silva conduzirem a alguns reparos na variante oficial da fundação do PAI, ainda assim, no fundo, suas abordagens convergem com a versão reinante no sentido de que as movimentações com o fim de independência teriam sido iniciadas com Amílcar Cabral em 1952.

O que mostra, de certa maneira, como é tão intrincado e difícil de determinar certos fatos desse tipo de histórias nacionais recentes, devido à sua natureza obscura e acesso ainda limitado às fontes relevantes. E também à habitual tentação forçada de apontar um “profeta libertador” nesse tipo de acontecimento.

Temos dúvidas quanto ao alcance do sentido atribuído à palavra “frente” por Luís Cabral, apesar de haver, subitamente, referência a essa Frente em alguns documentos no início dos anos 1960, e sua carta³¹³ reproduzida na obra biográfica de Mário de Andrade sobre Amílcar Cabral. (ver doc. n.º 2)

A nossa dúvida se baseia no fato de que, apesar de conter a data de 19 de setembro 1959, foi ela certamente produzida *a posteriori*, na medida em que foi assinada só por Amílcar Cabral, ou melhor, Abel Djassi. Com base nesse fato, torna-se forte a nossa convicção de que, também, o termo “frente” empregado não representava, de fato, nenhuma organização específica, mas a ideia de uma luta unificada.

Até porque, segundo o próprio Amílcar Cabral, uma Frente³¹⁴ pressupõe “a união de várias organizações” e que, na Guiné, ele e seu partido não conheciam “mais nenhuma organização.”³¹⁵ Isso foi o que Amílcar Cabral disse numa de suas palestras habituais com os militantes do seu partido, ocorrida na segunda metade da década de 1960.

³¹² SILVA, 2010, p.111.

³¹³ ANDRADE, 1981, p.91.

³¹⁴ Efetivamente, entre as organizações de libertação nacional das colônias portuguesas, a FRELIMO foi uma das únicas frentes genuínas, isto é, não uma ideia, cuja fusão teve sobrevida. Resultou da união de grupos nacionalistas moçambicanos — UDENAMO, MANU e UNAMI —, patrocinada por presidente Julius Nyerere, da então República da Tanganica. Vale ainda ressaltar que, as organizações nacionalistas moçambicanas que se fundiram, todas foram criadas no exterior, cada uma, num país vizinho de Moçambique.

³¹⁵ CABRAL, *apud* ANDRADE, 1976, v.1, p.169.

Parece ser uma distorção do fato. Tanto era que reconhecia a existência de uma força política organizada (MLG) que fez diligências para se encontrar com Rafael Barbosa.

Voltando ao encontro propriamente dito, entre Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, veremos que foi a partir daí que surgiu, pela primeira vez, a possibilidade concreta de ligação de Amílcar Cabral a uma organização nacionalista na Guiné. Mas, ao mesmo tempo, marcada também por uma flagrante contradição, que constituiria doravante num enorme ponto fraco na sua própria trajetória política, e malformação congênita do seu partido.

Porque, se em toda a vida, sua atuação nacionalista tinha sido marcada pela formação de movimentos unitários contra o colonialismo português, a junção com Rafael Barbosa fora, ao contrário, à custa de um processo de dismantelamento ou esvaziamento de outra organização já existente, e efetivamente atuante, que era o caso do MLG. E, em decorrência desse *arranjo*, o próprio nacionalismo guineense saiu confundido e contrariado.

Afirmamos isso por duas razões fundamentais. Primeiramente, por causa da desconfiança histórica em relação aos cabo-verdianos Nunca se produziu no seio do nacionalismo guineense um debate paralelo genuíno sobre a ligação que se devia e podia ter entre o processo de libertação da Guiné com o de Cabo Verde. Logo, ela foi, de certa maneira, forçada.

Em segundo lugar, a reunião arranjada com Rafael Barbosa (muito provavelmente, através de Fernando Fortes, por causa da boa ligação entre ambos) foi à custa da exclusão de todos outros importantes elementos da direção do MLG, que passaram, desde então, a ver o próprio Rafael Barbosa, de modo irreversível, como um “traidor” da causa guineense³¹⁶ por ter se associado aos cabo-verdianos, assinalando assim, o início da implosão desta mesma organização.

Havia certa precariedade no equilíbrio que marcava a união entre o líder do MLG e o pessoal de Amílcar. De um lado, os guineenses, que depois seguiriam a proposta de Amílcar Cabral, continuavam a ter em Rafael Barbosa sua referência simbólica. De outro, os guineenses que eram contra, e muito deles continuariam irredutíveis até o fim.

³¹⁶ Entrevista de Rafael Barbosa. In: PERERIRA, 2003, p.580-581. Rafael Barbosa admite, nesta mesma entrevista, que só não chamou os outros membros da MLG para o encontro com Amílcar Cabral, porque Fernando Fortes o pediu por uma questão de segurança. Essa alegação nos soa um pouco estranho.

Finalmente, os opositores à união que, paradoxalmente, seriam tão inimigos do movimento quanto o próprio colonizador.

Rafael Barbosa defendia sua atitude, ora dizendo “nunca fui hostil a Cabo Verde”, ora porque “os cabo-verdianos precisavam dos guineenses para lutarem pela sua independência”. Relacionava sua atitude à situação de “Tanganica, Zanzibar, que se fundiram em Tanzânia”³¹⁷. Não obstante, ele teve de carregar o peso desse ato controverso até a morte.

Quando ocorreu a entrevista, estava-se em 1995. Rafael Barbosa respondia a uma questão relativa ao seu primeiro contato com PAI, supostamente em 1956, e também sobre a questão da independência de Cabo Verde. Usou o argumento sobre fusão de Tanganica com Zanzibar, a qual só aconteceu 1965, para justificar a sua atitude.

Mas, nem ele, mesmo tendo ocorrido o contato em 1956 ou em 1959, nem Amílcar Cabral tinham bola cristal para saber, na época, se essa fusão aconteceria. Flagrantemente, estamos diante de uma situação de uma história oral, que requer alguns cuidados na sua análise. Alessandro Portelli³¹⁸ aconselha que os enredos das narrativas não sejam “a última palavra” sobre determinados eventos, mas, antes, “versões do passado”, porque a memória é um processo moldado no tempo histórico, ou seja, o depoimento se modifica com o tempo.

À luz do contexto, esse argumento de Rafael Barbosa mostra claramente sua dificuldade de carregar o fardo de acusação de traição que ainda pesava sobre ele. E mais: agravado ainda — e principalmente — pelo peso de outra acusação de traição, desta vez, ao PAIGC, que ele próprio ajudou a fundar e do qual foi presidente. De fato, por causa desta última acusação, Rafael Barbosa foi julgado e condenado a 15 anos de prisão, em 1976. Só foi libertado, por golpistas, na noite do golpe de Estado que derrubou Luis Cabral, em 1980. Mas, mesmo livre, não se recuperou politicamente.

Assim, apanhado pelo fracasso de um futuro que se sonhou ontem, e não se realizou no presente, e num verdadeiro esforço na tentativa de redenção, podemos encontrar, em várias passagens desta entrevista de Rafael Barbosa, sérias contradições e relatos que

³¹⁷ PEREIRA, 2003, p.576.

³¹⁸ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p109.

são apenas autênticas repetições da tradição oficial, mas que mereceram, cuidadosamente, o devido desconto no nosso exercício analítico.

Em síntese, no nosso ponto de vista, todo trabalho sobre Amílcar Cabral, seu partido e fatos relacionados a seu percurso nacionalista, que pretenda ser relevante, na sua abordagem, não deve prescindir — ou deixar à deriva —, pelo menos, de dois pressupostos metodológicos: a) definir Amílcar Cabral como cabo-verdiano, pelo menos, politicamente, e com pouca vivência na Guiné; b) livrar-se da perspectiva essencialista de tudo ter começado com Amílcar Cabral, ou de atribuir a suas ideias políticas o valor intrínseco *per si* sem considerar sua possibilidade política para o seu tempo.

Somente estabelecendo esses dois marcos primordiais na biografia política de Amílcar Cabral se poderá fazer estudo isento e seminal, menos contaminado da tradição oficial, com alguma relevância histórica. Do contrário, serão premissas que restringirão a amplitude da apreciação crítica para qualquer investigação historiográfica sobre certos aspectos desse processo da Guiné e Cabo Verde,

O primeiro ponto está relacionado com a crença de que só fazendo essa distinção inicial se poderá evitar um erro de anacronismo de considerar Amílcar Cabral guineense, e questionar até que ponto a imposição desse projeto de unidade não passava de construção discursiva de certo objetivo político. O segundo ponto tem a ver com o papel do indivíduo na História.³¹⁹

Neste caso, a admitir que o sentimento nacionalista na Guiné, com vista à independência, de só ter iniciado com Amílcar Cabral, significa negar todos os antecedentes, continuidades e até influências dos países vizinhos no despertar do nacionalismo guineense. Ofusca-se, desse modo, o trabalho de socialização política desenvolvido no início de 1950 pela senhora Sofia Pomba Guerra³²⁰, com muitos desses nacionalistas.

³¹⁹ Sobre esta rubrica, a nossa posição se assemelha com a de alguns historiadores marxistas que admitem que o indivíduo pode ter um papel direto e influente na História. Ver PLEKHANOV, G.A *concepção materialista da História*. 4.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra,1974.p.73-112.

³²⁰Uma militante portuguesa antifascista, expulsa de Moçambique, em 1949. Desterrada para Guiné. Em Bissau passou a explorar um laboratório farmacêutico e,paralelamente,continuava na clandestinidade com o seu ativismo político, ligado ao Partido Comunista Português.Foi assim que fez contatos e transmitiu sua experiência política a muitos nacionalistas locais.Foi através dela que Amílcar conheceu Aristides Pereira, em 1954.

Não obstante, o objetivo da nossa exposição não deve ser confundido, de forma alguma, como a simples tentativa de afrontar a versão oficial, ou de negar o papel direto e influente de Amílcar Cabral no desenvolvimento do nacionalismo guineense. Nosso objetivo é sim discutir a mitificação de Amílcar Cabral e de nacionalismo guineense. Porque só assim, acreditamos, é possível produzir um trabalho de peso relevante, em termos historiográficos.

Muito embora, assim como Ernest Renan³²¹, reconhecemos também que o progresso das pesquisas históricas sempre representa um perigo para o fundamento de nacionalidade, já que esta se repousa, em boa medida, sobre uma forma de mitificação. Mas, é justamente aí que reside sua importância e justifica esse tipo de trabalho, na medida em que se pode jogar luz sobre certos fatos do passado, historicamente relevantes.

³²¹ RENAN, 1990, p.11.

Capítulo III

A luta pela afirmação, de 1959 a 1962

A rigor, nem se devia falar de imediato em afirmação antes da fundação do PAIGC. Mas, de fato, o encontro entre Amílcar Cabral e Rafael Barbosa pode ser compreendido como um ato de concepção, que levará depois ao nascimento de um partido, que ficará conhecido por PAIGC.

Na realidade, como esse tipo de processo não é linear ou mecânico, é justamente por isso que consideramos esse período de gestação, que se prolonga até o verdadeiro nascimento, como sendo também o de afirmação.

Quando do lançamento do livro de Sousa aqui citado, um leitor atento fez o seguinte comentário:

Ainda acreditam na estória da carochinha de que o PAIGC foi fundado num determinado dia? Esse grupo de nacionalistas a que depois se deu o nome de PAIGC foi-se fundando ao mesmo tempo em que ia se afundando nas próprias contradições intrínsecas.³²²

Um comentário pertinente, mas com o qual não concordamos totalmente, apenas porque, como historiador, temos aquela mania do mito de origem ou de fundação. Portanto, alguma data, e por alguma razão específica, deverá ser escolhida como o momento de fundação desse Partido. De resto, a nossa opinião converge com a opinião desse atento leitor.

Rumando em busca do apoio externo, Amílcar Cabral deixa a Guiné oito dias depois da sua chegada, e passa primeiro por Senegal, a caminho de Lisboa. Agora, com toda legitimidade, ele pode falar que está em contato com um grupo nacionalista de sua terra natal.

Nas palavras de Rafael Barbosa,

³²² Comentário. Disponível em: <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article65847&ak=1#ancre_comm>. Acesso: em 30 jun.2011.

O Amílcar despediu-se de nós e disse-nos que ia tentar criar condições para que tivéssemos apoio no exterior para desenvolvermos a nossa luta, enquanto nós que ficávamos devíamos tudo fazer para arrancar com força na mobilização do campo.³²³

Naturalmente, conseguir esse apoio no exterior significava também em dar a conhecer aos outros elementos do MAC seu recente contato com elementos de um movimento nacionalista da terra natal. Assim, podia-se ver, segundo Sousa, a partir de outubro de 1959, na correspondência do MAC, as primeiras referências a PAI da Guiné. E foi na carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara, de 13 de outubro de 1959, que aquele revelou ter sido informado por Amílcar Cabral sobre a existência do PAI na Guiné.³²⁴

Nessa altura, já era consenso, entre os elementos do MAC, a imperiosa necessidade de “quebrar os muros de silêncio”³²⁵, como disse António Tomás. O que significava, como primeiro passo, denunciar energicamente o colonialismo português, para desmascarar esse mito de positividade da colonização portuguesa sobre seu convívio harmonioso com os outros povos e raças.

Porque, apesar de alguns avanços já registrados, como por exemplo, na própria ONU (sua Carta, no seu artigo 1, contempla a autodeterminação para os povos colonizados), a Conferência de Bandung³²⁶ em 1955, e a I Conferência dos Povos Africanos, em Accra³²⁷, Gana, em 1958, Portugal continuava ainda a insistir de que não mantinha colônias (territórios não-autônomos), e sim províncias ultramarinas.

E, por causa dessa boa fama portuguesa de sua natureza plástica e afetiva — consolidada há tempos através da propaganda — como ingredientes na formação de sociedades culturalmente mistas, eram grandes as dificuldades para fazer crer à opinião

³²³Entrevista de Rafael Barbosa. In: PERERIRA, 2003, p. 579.

³²⁴ SOUSA, 2011, p.191.

³²⁵TOMÁS, 2007, p.113.

³²⁶Esta conferência realizada na Indonésia, entre 18 a 25 abril de 1955, em que participaram 29 países independentes da Ásia e África: 26 asiáticos e 6 africanos (Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia e Sudão), em termos políticos e morais, constituiu numa espécie de *Manifesto político* a favor dos povos oprimidos da Ásia e África.

³²⁷Convocada pelo primeiro presidente de Gana, Kwame Nkrumah, e seu Partido da Convenção do Povo, no quadro pan-africanista, a conferência se realizou entre 6 a 13 de dezembro de 1958 em Accra, com a participação de 300 delegados de 62 organizações de 26 países ou territórios africanos. A única delegação das colônias portuguesas era a UPA representada por Holden Roberto.

pública que a colonização portuguesa não era diferente das outras. E o Governo de António de Oliveira Salazar explorou isso até as últimas consequências.

Chegando a Lisboa, Amílcar Cabral tentou ser mais discreto devido aos riscos experimentados no seu último périplo pela África. Resolveu seus assuntos burocráticos, antes de partir definitivamente. Algumas semanas depois, no dia de 20 de dezembro de 1959, deixou Lisboa e foi para Paris, deixando para trás a esposa e filha, que iriam mais tarde se juntar a ele, entre os dias 21 e 25 de janeiro de 1960. Iniciava, assim, o retorno de Amílcar Cabral à África.

Em Tunes, na capital da Tunísia, se realizava a II Conferência dos Povos Africanos, de 25 a 29 de janeiro de 1960. Era a primeira boa oportunidade para a denúncia internacional do colonialismo português. E porque quase todos os elementos do MAC, menos Agostinho Neto, que estava preso em Lisboa, marcaram sua presença nesse encontro, organizado por *All African Peoples Conference* (AAPC), e com a presença também de delegados não africanos: China, Alemanha Federal, Índia, Suécia, Iugoslávia, União Soviética e Estados Unidos, através do American Committee on Africa.

Na opinião de Carlos Pacheco³²⁸, dois fatores tornaram o encontro de Tunes memorável: o MAC representando as colônias portuguesas, isso por si só já era uma vitória diplomática contra o colonialismo português, e o encontro serviu também de elemento propulsor para a criação imediatamente das organizações nacionais.

À margem dos trabalhos, a recomendação que foi dada aos elementos do MAC era no sentido de que, no futuro, para facilitar o apoio à causa da libertação e também poder ser membro da AAPC, cada um deveria se apresentar em traje nacional, ou seja, representando uma organização nacional própria, como era o caso de Holden Roberto ali presente representando a UPA.

Sobre o efeito dessa recomendação, dois aspectos nos chamam atenção, de imediato: em primeiro lugar, pelo que Lúcio Lara entendia ser, ou devia ser, o papel do MAC como instrumento de coordenação de luta das colônias portuguesas perante fóruns internacionais, essa recomendação representou um revés pessoal; em segundo lugar,

³²⁸ PACHECO, 1997, p.42-43.

abriu-se aí um sério dilema para quem não estava efetivamente ainda ligado a uma organização nacionalista específica do país.

E isso era um problema sério por duas razões. Primeiro, porque quase todos os elementos do MAC pareciam padecer ainda dessa falta de estar, efetivamente, vinculados a uma formação partidária nos seus respectivos países. Na medida em que, até então, indistintamente, em maior ou menor grau, tudo o que os elementos do grupo tinham de ligação com “interior”³²⁹ era frágil.

Em segundo lugar, essa recomendação constituía-se numa das primeiras influências externas diretas e, até certo ponto, impositivas nos processos de descolonização das colônias portuguesas com significativos desdobramentos no plano interno. Na medida em que esses processos dependiam também do apoio do exterior.

De certo modo, exigia-se dos elementos do MAC sua passagem urgente de coordenadores de um movimento amplo e unitário para militantes de formações nacionais particulares. Daí o surgimento, no primeiro momento, de siglas, como veremos adiante, sem representatividade de fato, pois não correspondiam, em conteúdo, a nenhuma formação partidária específica no país.

Contudo, é bom deixar claro que sabemos que as organizações desse tipo, geralmente, nascem a partir de ideias individuais ou de grupos com número reduzido de pessoas para, depois, ganhar adesões de milhares de membros.

A nossa crítica, no entanto, se prende ao fato de que essa imposição fez nascer “do mesmo ventre da história e dados à luz em Tunes”³³⁰, usando a expressão de Carlos Pacheco, movimentos que irão fazer com que a luta de libertação nas colônias portuguesas, sem exceção, seja levada do exterior para o interior, e dirigida por pessoas com menos vivência local.

Em outras palavras, todos os movimentos que lideraram depois as independências das colônias portuguesas foram formados a partir do exterior. Talvez isso explique também a via armada pela qual se deram seus processos de libertação, e não apenas a teimosia do governo português.

³²⁹ “Interior” é uma referência a organizações nacionalistas no país.

³³⁰ PACHECO, 1997, p.44.

Assim, no final do encontro, a que Amílcar Cabral só pode comparecer já na reta final dos trabalhos, vindo de Paris, onde se encontrava com a família, decidiu-se seguindo a recomendação por entidades nacionalistas pela extinção do MAC. No seu lugar, foi criada a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colônias Portuguesas). Essa organização, mais abrangente, diferentemente da anterior, e com o objetivo de atender à nova fase da luta, passou a representar organizações das colônias e não pessoas.

Reunidos no *Hotel Bristol*, ao final da conferência, a 31 de janeiro de 1960, produziu-se o documento, subscrito por todos: “Abel Djassi”, pseudônimo de Amílcar Cabral (pelo PAI e FRAIN); Lúcio Lara e Viriato da Cruz (pelo MPLA e FRAIN); Hugo Azancot de Meneses (pelo FRAIN); e “José Gilmore”, cognome de Holden Roberto (pela UPA e FRAIN), para dar forma à nova organização. (ver anexo nº 3)

Holden Roberto ainda relutou em assinar esse documento, provavelmente por se sentir como o único, entre eles, que representava verdadeiramente uma organização. Aliás, já gozava desse prestígio com a sua UPA nos fóruns internacionais desde a primeira conferência em Accra.³³¹

A atitude de Holden Roberto assinalou, de certa forma, o prenúncio do que viriam a ser as disputas interpartidárias pela afirmação e reconhecimento, tanto no plano internacional quanto nacional, em que interesses de grupos se sobreporiam aos verdadeiros objetivos da luta contra o colonialismo, e compatriotas seriam tratados como verdadeiros inimigos e não adversários políticos.

Segundo Carlos Pacheco, era a primeira vez em que aparecia, “preto no branco”, a sigla MPLA.³³² Também admitindo essa possibilidade, António Tomás observa que “é muito provavelmente na constituição dessa frente que aparecem, pela primeira vez, firmadas em documentos, as siglas MPLA e PAI.”³³³

De qualquer maneira, na nossa leitura, esse evento tem, em vários sentidos, muitos pontos em comum com a batalha travada depois, tanto por MPLA quanto por PAI, nas

³³¹Em Accra, em 1958, e assim como agora em Tunes, compareceu pelo seu partido representando Angola.

³³²PACHECO, 1997, p.44.

³³³TOMÁS, 2007, p.115.

suas lutas pela afirmação, ou seja, para se transformarem em organizações nacionalistas não só na forma, mas também no conteúdo.

Obedecendo, naturalmente, às particularidades de cada colônia, relacionadas ao estágio de evolução e proliferação dos movimentos nacionalistas locais, o passo seguinte do MPLA foi de esforçar-se para unir a sigla às várias formações locais já existentes, num espírito de constituição de um movimento amplo e popular.³³⁴

Amílcar Cabral passou, como será mostrado neste trabalho, a lutar pelo enquadramento dos membros egressos do MLG, e novos elementos mobilizados por Rafael Barbosa, à política pan-africanista em torno de um partido africano.

A hipótese de que o PAI de Amílcar Cabral só existia também como ideia antes de Tunes, fundamenta-se no fato de que — para além do que já fora dito —, a cronobiografia³³⁵ realizada por Iva Cabral, filha de Amílcar, mostra sua fundação em 1956. Já Luís Cabral indica o ano de 1959, depois da reunião histórica, a fundação da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde.

Assim que Amílcar Cabral deixou Bissau e passou, logo em seguida, por Dacar, com destino a Lisboa, encontrou-se com os nacionalistas locais e fundou lá em Dacar o MLGCV (Movimento da Libertação da Guiné e Cabo Verde).

Ora, não faz sentido Amílcar Cabral, por onde passava, deixar um novo partido ou movimento se tivesse um partido desde 1956 como afirma sua filha e biógrafa. Talvez, o mais plausível, seja ver na passagem por Dacar um esforço de enquadrar a delegação do MLG ali sediada, focando o acréscimo de Cabo Verde com elementos do movimento.³³⁶

Ademais, observa-se a anterioridade da sigla MLG em relação à MLGCV, denotando a função ou esforço de agrupar guineenses e cabo-verdianos. De qualquer forma, acreditamos que, na sua passagem por Dacar, só podia ter se apresentado a esses nacionalistas locais por intermédio de recomendação de Rafael Barbosa, e não como fundador de algum partido. Até porque, “antes de abandonar Bissau”, segundo Julião

³³⁴Sobre como surgiu essa oportunidade de aparecer MPLA dentro de Angola, ver PACHECO, 1997, p.47.

³³⁵CABRAL, Iva. Cronobiografia. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier01/crono01.htm>>. Acesso em: 10 set.2011.

³³⁶Segundo Sousa, Cabral manteve contatos, na sua passagem por Dacar, com Vicente Có e Henry Labery, elementos do MLG local. Cf. SOUSA, 2011, p.212.

Soares Sousa, “Cabral ainda recebeu das mãos de Rafael Barbosa credenciais que o habilitavam a representar a organização do interior (Guiné portuguesa) em Dacar e em Conakry”.³³⁷ Está claro aqui, pelo menos para nós, quem era o representante e não era chefe de um partido.

Por outro lado, pela forma discriminada como se deu o encontro em Bissau com Rafael Barbosa, praticamente escondido dos demais elementos guineenses do MLG (nesse encontro com Amílcar e seu pessoal, Rafael foi o único elemento do MLG presente), ficou a sensação de que a resistência à união com os cabo-verdianos podia se verificar também no seio da seção de Dacar, e o conteúdo do que se tratou na reunião de Bissau precisava também de sanção do pessoal dessa seção do MLG.

Depois da conferência, todo o pessoal se transferiu para Conakry, lugar ideal para servir de abrigo para os novos desafios que se impunham a partir do encontro de Tunes. Além de Hugo Anzacot de Meneses ter providenciado junto da autoridade de Conakry a autorização de residência para o pessoal, a forma revolucionária pela qual se deu a independência deste país africano, rompendo totalmente com o projeto neocolonial de De Gaulle, era um atrativo a mais, como modelo a seguir. A essa altura, os nacionalistas das colônias portuguesas já sonhavam com uma revolução à semelhança dos argelinos, como se pode perceber numa das cartas de Lúcio Lara para Hugo Azancot de Meneses, aqui referidas.

Amílcar Cabral se transferiria para Conakry só mais tarde, em maio de 1960. Antes, volta para Paris e, depois, segue para Londres, em fevereiro de 1960. Dando sequência ao que foi acordado em Tunes, Londres foi escolhida como o palco ideal para a denúncia da verdadeira natureza do colonialismo português. Para além de já estar preparada, como a França, para dar independência às suas colônias, a opinião pública inglesa já se interessava pelos problemas africanos, mas não se falava ainda nada sobre as colônias portuguesas.

Em Londres, Amílcar Cabral contactou alguns nacionalistas das colônias inglesas. Contactou também João Carcciolo Cabral, representante da Goan League e, mais tarde também da FRAIN, e Basil Davidson. Este último, jornalista, escritor e africanista britânico, tinha se tornado a primeira e mais importante voz ocidental contra “os muros

³³⁷ SOUSA, 2011, p.209.

de silêncio erguidos à volta das colônias portuguesas”³³⁸, depois de ter documentado suas experiências jornalísticas da viagem feita para Angola, publicadas no seu livro *African awakening* (O acordar africano), chamando a atenção para a existência do trabalho forçado e discriminação racial em Angola.

Desses contatos, produziu-se um panfleto que seria o primeiro documento elaborado e articulado de denúncia sobre o colonialismo português: *The facts about Portugal's African Colonies* (a verdade sobre as colônias africanas de Portugal), publicado depois pela *Union of Democratic Control*, com prefácio de Basil Davidson³³⁹.

No documento, conseguiu-se apresentar e refutar, numa só peça, os principais argumentos construídos pelo colonialismo português sobre suas suaves práticas coloniais (sociedade multirracial, unidade nacional, missão de civilização etc.), nas suas possessões de Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique.

Transcorrendo sobre temas de miséria econômica, situação social, trabalho forçado, saúde dos africanos e elevado número de analfabetos, mostrou-se, com dados numéricos, a verdadeira face do colonialismo português, para tentar quebrar todo esse mito em torno da dominação colonial portuguesa.

Entre as reivindicações que exaltava o documento era de que Portugal também tinha de seguir o exemplo de outras potências colônias:

Exigimos que Portugal siga o exemplo de Inglaterra, da França e do Bélgica e reconheça o direito dos povos que domina à autodeterminação e à independência. [...] As organizações africanas que lutam contra o colonialismo português acreditam na existência de meios pacíficos para a conquista da independência. No entanto, não temos ilusões, e, uma vez que

³³⁸ TOMÁS, 2007, p.118.

³³⁹Basil Davidson (1914-2010). Este escritor britânico é também autor de obras sobre as revoluções angolana e guineense. Apesar de tido muito em consideração pelos nacionalistas das ex-colônias portuguesas, por causa do seu trabalho, desde o início, na divulgação das lutas nas colônias portuguesas, hoje é criticado também por alguns nacionalistas angolanos de ter sido uma espécie de historiador “orgânico”, ou seja, de contar a história de Angola do ponto de vista de um partido. Ver *Ango Notícias*, 15 jul.2007. Sobre algumas de suas obras, ver DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: aspectos de uma Revolução Africana*. Lisboa: Sá Costa, 1975; DAVIDSON, Basil. *Angola no centro do furacão*. Lisboa: Delfos, 1974.

Portugal quer utilizar a violência para defender os seus interesses, somos obrigados a responder com a violência.³⁴⁰

Aqui, apesar de Amílcar Cabral não explicitar como seria essa resposta com violência, está evidente para um bom entendedor que era via ação armada. Talvez, os cuidados no uso de certos termos tinham a ver com o próprio público inglês.

De qualquer maneira, a denúncia teve imediatamente a devida e desejada repercussão em Portugal, porque Amílcar Cabral havia concedido uma conferência de imprensa no dia 4 março de 1960, antes da publicação do panfleto, noticiada pela imprensa internacional.

Assim, mesmo subscrevendo o panfleto com o pseudônimo Abel Djassi, a essa altura deu caras para que a polícia secreta PIDE pudesse depois reconstituir, de fato, toda a movimentação não suspeita do engenheiro nacionalista, durante esses últimos anos.

A etapa decisiva de Conakry

Após Londres, Amílcar Cabral e a família se juntaram ao grupo (Hugo Azancot de Meneses, Viriato Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara) em Conakry. A essa altura, seria até legítimo chamar a geração de Cabral de Grupo de Guiné (Conakry), porque, depois de Londres, o caminho natural foi a transferência do pessoal da Europa para lá.

Amílcar Cabral chega à Guiné (Conakry) em maio de 1960, para fixar a sua base de trabalho no exterior. A tarefa agora foi dar conteúdo ao seu PAI, que tinha sido apresentado, oficialmente, pela primeira vez, em Tunes. Numa primeira fase, sua atuação política era entre Conakry e Dacar, por causa do afluxo de guineenses e cabo-verdianos nessas duas cidades.

Era o único militante do seu partido em Conakry, e obrigado a trabalhar com os outros elementos da FRAIN: Mário de Andrade e Viriato Cruz. Todos eles foram inicialmente acolhidos por Hugo Azancot de Meneses. No último trimestre do ano, se juntaram a ele, vindos de Bissau, Luís Cabral e Aristides Pereira. Este só conseguiu chegar a Conakry em janeiro de 1961.

³⁴⁰ ANDRADE, 1976, p.65.

Como, depois de Tunes, a tarefa de edificação de uma organização nacional se impunha também aos angolanos (Viriato Cruz, Mário de Andrade, Lúcio Lara), MPLA e PAI, apesar da colaboração entre eles, tomariam cada um o seu próprio caminho. Os angolanos aguardariam a sua transferência para Leopodville, no Congo, que, pela proximidade geográfica, permitiria o desenvolvimento do trabalho em Angola.

Com a fixação em Conakry, competia a Amílcar Cabral enquadrar os refugiados guineenses que ali se proliferavam. Mas estes estavam organizados em torno do MLTDP, fundado com a iniciativa de Hugo Azancot de Meneses, no quadro do MAC, com o apoio das autoridades locais, e a seção de MLG nesta cidade.

E tinham até um programa radiofônico que difundia informações enviadas de Bissau por Rafael Barbosa para o locutor Laudelino Fernandes Gomes. Os elementos do MLG faziam parte também do MLTDP, cujo órgão diretório era formado por cinco membros (Ernestina da Silva, Luís da Silva, Richard Turpin, Hugo Anzacot de Meneses e Maximiano Soares da Gama) e mais 13 assessores.

Esta primeira fase de atuação de Amílcar Cabral, conhecida como “A luta de Conakry”, foi uma das mais decisivas na sua trajetória, porque, apesar da expectativa criada em torno de sua chegada pelos colegas da FRAIN, o enquadramento dos refugiados guineenses era uma tarefa complicada para Amílcar.

Essa expectativa se explicava pelo fato de que uma vitória na organização dos nacionalistas para a luta na Guiné (portuguesa) representaria também para as outras colônias um grande passo adiante, em termos do apoio externo nas suas lutas. Nesse sentido, para Viriato Cruz, “os grandes benefícios” oferecidos por Conakry, como, por exemplo, uma base de trabalho no exterior, tinham de ser aproveitados com sucesso em favor de Amílcar Cabral, independentemente de qualquer situação contraditória que se lhes apresentasse.³⁴¹

Por aqui, se depreende por que a situação contraditória que se apresentava a Amílcar Cabral era vista por seus colegas com algo comezinha, “nacionalismo estreito” e “racismo”, e também dava para se imaginar como tudo teria conspirado em seu favor, no sentido de impor sua figura aos guineenses pelo interesse do grupo de Guiné (Conakry).

³⁴¹ SOUSA, 2011, p. 239-240.

Por isso, acredita-se, as cumplicidades políticas que possam concorrer para tal seriam bem vindas. A nosso ver, no entanto, isso explicaria, em boa medida, as semelhanças iniciais constatadas no modo de atuação entre o processo de Amílcar Cabral e do grupo de MPLA em Conakry, inclusive no modo de estruturar o partido, como, por exemplo, o Comitê Diretor, e até nas falsificações das datas de determinados eventos.

Mesmo organizados em torno de MLTDP e MLG, em Conakry, havia ainda grandes confusões de várias ordens entre os guineenses. Julião Sousa salienta “a falta de uma liderança credível; ausência de um espírito unificador; e ainda o caráter global e bastante ambicioso”³⁴² dos objetivos (libertação de todas as colônias portuguesas) do MLTDP.

Tudo indicava que Hugo Anzacot de Meneses, apesar de sua boa relação com as autoridades de Conakry, tinha grandes dificuldades de pôr ordem em casa. Estranhamente, antes de partir para Tunes, Lúcio Lara havia lhe dito, em carta de 5 de janeiro, que “seria ótimo que pudesse vir alguém da Guiné, dita portuguesa”³⁴³, para a conferência. (ver anexo. nº 4). No entanto, foi sozinho. E, quando voltou, a direção do movimento havia sido mudada na sua ausência.

Nessas circunstâncias, Amílcar Cabral teria então de investir na união desses refugiados, imprimindo-lhes a liderança que faltava. Mas, como isso se tornou possível? Qual era a vantagem de Amílcar Cabral se, ele próprio, representava também o motivo de desunião, pelo fato de ser cabo-verdiano?

Para entender a estratégia usada para contornar a divisão que sua presença provocou, não bastaria apenas olhar para a novidade em “nível da dinamização e afirmação do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde” trazida por Amílcar Cabral, ou ainda “pela inteligência e seriedade que incutiu à luta contra o colonialismo”³⁴⁴, como pretendeu Julião Sousa.

A maior vantagem de Amílcar Cabral, em relação aos seus opositores, estava precisamente naquilo que colocava estes em oposição ao próprio Amílcar Cabral: a unidade entre guineenses e cabo-verdianos. Paradoxalmente, essa vantagem constituía

³⁴² SOUSA, 2011, p. 242.

³⁴³ Carta de Lúcio Lara para Hugo Anzacot de Meneses, Tunes, 5 de janeiro de 1960.

³⁴⁴ SOUSA, 2011, p. 243.

também na maior contradição, tornando-se, por conseguinte, como já foi dito, o calcanhar de Aquiles do próprio projeto de Amílcar Cabral.

Em nossa opinião, portanto, a vantagem não era apenas uma questão de dinamismo ou inteligência de Amílcar Cabral, mas fundamentalmente contextual, quer em nível africano, quer em nível local. Para as autoridades de Conakry, era mais fácil, em termos ideológicos, apoiar o discurso político de Amílcar Cabral, que se encaixava no ideário pan-africanista da época, do que o discurso de seus opositores, que contrariava união africana.

Por outro lado, a própria Guiné (Conakry) já estivera também em diligências para constituir uma Federação com Gana. Seguindo o exemplo destes, outros países emergentes da África avançavam com a iniciativa de uniões regionais e sub-regionais. Como exemplo, pode-se citar a Federação do Mali, que englobaria o atual Benin, o Sudão, o atual Burkina Fasso e o Senegal. Mas, na verdade, houve muito mais tentativas de união.

Somado a essas iniciativas de união no início das independências africanas, podemos destacar o tipo do Governo revolucionário da Guiné (Conakry) como outro fator favorável à proposta de Amílcar Cabral, na época, considerado, juntamente com o de Gana, dos mais radicais dos pan-africanistas. A palavra de ordem era: *A África deve se unir*.³⁴⁵ Assim, a unidade Guiné e Cabo Verde era vista e ganhava *status* de “uma contribuição original à unidade africana”.³⁴⁶ Com isso, fica mais que evidente que a vantagem de Amílcar Cabral estava mais relacionada a fatores exógenos.

Nesse caso, os argumentos históricos de que cada lado se utilizava para defender sua posição tornavam-se de relevância secundária. Entretanto, apesar dessas vantagens que acabamos de mostrar, a tarefa de Amílcar Cabral para convencer os refugiados e obter o apoio definitivo das autoridades de Conakry não foi fácil.

Nessas disputas, entravam em cena todos os tipos de falsidades, acusações, intrigas e calúnias, de ambos os lados. Mas, quanto a nós, tudo deve ser entendido apenas no âmbito do calor das disputas políticas que se travavam na época. Amílcar Cabral

³⁴⁵Um slogan que virou título da obra de Kwame Nkrumah, *Africa must unite*, publicada em 1963. A versão portuguesa foi publicada pela Ulmeiro, Lisboa, 1977.

³⁴⁶CABRAL, 1984, p. 45.

passava, assim, boa parte do tempo redigindo cartas para as autoridades de Conakry, para se defender das acusações e calúnias e, evidentemente, também contra-atacando.

Para Aristides Pereira, no entanto, “há que admirar a capacidade de Cabral de sempre pôr acima da sua pessoa os interesses superiores dos nossos povos”, e isso explicava por que “suportou toda a sorte de insultos e calúnias da parte dos pseudonacionalistas do exterior”.³⁴⁷

Foi com o objetivo de ultrapassar essas dificuldades e sanar de vez essas divergências que Armando Ramos, na qualidade de um dos secretários do MLTDP, tomou a iniciativa de convocar uma assembleia extraordinária na *Bourse de Travail*, para o dia 29 de junho de 1960.

Era uma assembleia de tudo ou nada. Realizada com a presença de autoridades locais, membros do Bureau Político do PDG (Parti Démocratique da la Guinée), se chegou até a cogitar de que, quem perdesse, seria obrigado a abandonar Conakry. Amílcar Cabral, segundo o relato de Armando Ramos, chegou mesmo a ter tudo preparado para se mudar para Gana, “caso não lograsse os apoios de que necessitava”.³⁴⁸

Essa informação não deixa de ser reveladora, porque parece contrariar a afirmação anterior de Aristides Pereira. Também fica aqui evidente que, para Amílcar Cabral, o que valia mesmo era a sua proposta de luta unida pela independência da Guiné e Cabo Verde. Se não fosse assim, por que, então, não ficaria e lutaria só pela Guiné (portuguesa), sua terra natal?

Depois do discurso de abertura feito por Armando Ramos, das críticas sobre o fracasso dos trabalhos do MLTDP desde a sua fundação, e a condenação das atitudes de alguns nacionalistas pela recusa sistemática de colaboração com Amílcar Cabral — dentre estes, Luis da Silva, Paulo Dias e Gabriel Gomes da Costa — foi a vez de Amílcar Cabral fazer o uso da palavra.

E fez uma longa exposição, que durou horas³⁴⁹, sobre toda a sua vida clandestina de ativista nacionalista. Tinha abandonado tudo “para dar a sua vida à causa dos seus

³⁴⁷ PEREIRA, 2003, p. 133.

³⁴⁸ SOUSA, 2011, p. 245.

³⁴⁹ Sobre a duração dessa exposição, ver Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário do quadro, realizado de 19 a 24 de novembro de 1969, Conakry, PAIGC.

povos” e “o primeiro a fundar um movimento no interior da Guiné (portuguesa)”.³⁵⁰ Com todos esses argumentos, verdadeiros ou falsos, definia assim o objetivo da sua luta, que devia ser conduzida de forma unida pelos povos da Guiné e Cabo Verde. As autoridades de Conakry saíram satisfeitas com a explicação, e era o reconhecimento interno da liderança de Amílcar Cabral.

É verdade que Amílcar Cabral abandonou uma carreira profissional promissora, como agrônomo, para se dedicar à causa nacionalista, que exigia mais sacrifício, assim como muitos dos seus coetâneos. No nosso ponto de vista, porém, é um argumento ingênuo, embora politicamente válido, tratar essa decisão pessoal apenas num sentido paternalista. Porque, se a carreira de político revolucionário na época exigia esse sacrifício maior, quem desejava ser político tinha de se submeter a esse sacrifício. Era uma questão de escolha pessoal. No entanto, afirmar que isso é estar acima dos interesses pessoais nos parece mais uma retórica política. Dizer que ser um engenheiro ou médico bem sucedido é melhor do que ser um líder político famoso é algo muito subjetivo.

De qualquer modo, foi uma vitória pessoal importante e decisiva de Amílcar Cabral na etapa de Conakry. Essa assembleia decidiu também, na resolução geral, pela extinção do MLTDP e destituição e expulsão de alguns dos seus membros. O MLG foi transformado em MLGCV (como uma seção da suposta Frente criada entre Amílcar Cabral e Rafael Barbosa), e Amílcar Cabral como dirigente-mandatado.

Em uma reunião ordinária, dias depois, na casa de Verônica Tavares, foi aprovado o Estatuto do movimento e definiu-se a direção. O Comitê Diretor era constituído pelos seguintes membros: Amílcar Cabral (Bureau político e Relações exteriores), Adriano Araújo (Bureau de Organização e Propaganda), Armando Ramos (Bureau de Controle), Richard Turpin (Defesa e Segurança), Inácio Silva (Finanças) e Verônica Tavares (Assuntos Sociais e Culturais).³⁵¹

Etapa de Dacar

³⁵⁰ SOUSA, 2011, p. 249.

³⁵¹ SOUSA, 2011, p. 246-247.

Depois dessa primeira vitória de Conakry, Amílcar Cabral agora volta sua atenção para Dacar, mas claro, sem se descuidar da retaguarda. A estratégia não seria diferente: aglutinar em torno de um único movimento os refugiados guineenses e cabo-verdianos espalhados nessa cidade.

Diferentemente de Conakry, o cenário na capital senegalesa se apresentava ainda mais confuso. Se em Conakry Amílcar Cabral encontrou gentes vindas da Guiné (portuguesa), fugindo da repressão, alguns até encaminhados de Rafael Barbosa, e que depois acabavam por ser aglutinados, mal ou bem, em torno de MLTDP e MLG, em Dacar o panorama era outro.³⁵²

Ali, havia grande número de organizações nacionalistas, provavelmente, por causa da maior liberdade de formação que o regime de Senghor proporcionava. Muitas delas, na verdade, tinham apenas nome, sem estrutura, mas não deixavam de constituir em um fator complicador para os planos de Amílcar Cabral.

Para complicar ainda mais, Dacar abrigava uma das maiores comunidades de cabo-verdianos no estrangeiro. Por conta disso, havia também movimentos formados por emigrados cabo-verdianos que lutavam apenas pela independência de Cabo Verde, sem ligação com a Guiné (portuguesa). Uma situação que punha em xeque a tese de unidade defendida por Amílcar Cabral.³⁵³

Para entender um pouco como era essa proliferação de movimentos nacionalistas no Senegal, vamos dar exemplo de alguns mais importantes. Do lado cabo-verdiano, havia três: a União Democrática de Cabo Verde (UDC), o Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde (MLICV) e a União das Populações das Ilhas de Cabo Verde (UPICV).³⁵⁴

Do lado guineense, salientam-se o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC), a União de Povos da Guiné (UPG), a Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), a UNGP (União dos Naturais da Guiné Portuguesa), a UPLG (União da População Libertada da Guiné) e o MLG (Movimento de Libertação da Guiné). A partir de alianças entre algumas dessas formações, veio a surgir, em agosto de 1962, uma

³⁵² SOUSA, 2011, p.252.

³⁵³ SOUSA, 2011, p. 253.

³⁵⁴ SOUSA, 2011, p. 253.

frente, a FLING (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné), sob a liderança de Henry Labery.³⁵⁵

Na verdade, durante a sua existência e várias defecções, é a FLING que vai conseguir reunir as figuras mais importantes (François Mendy, Vicente Có, Benjamin Pinto Bull, Cesário Alvarenga, dentre outros) de todos esses movimentos que pululavam em Dacar.

Amílcar Cabral foi obrigado a lidar com essa miríade de movimentos nacionalistas de interesses difusos, alguns de matiz étnico. Outros estavam ainda em fase embrionária. O trabalho para aglutiná-los, apesar de essencial para contrapor à tentativa de divisão, era uma tarefa muito complexa. Um primeiro obstáculo era a própria divisão existente entre eles. E havia os pontos de desacordo entre eles e Amílcar Cabral.

Assim, apesar de semelhanças, não era a mesma situação confrontada em Conakry. Em Dacar, como eram várias formações, as diferenças, em algumas situações, eram mais ideológicas do que estratégicas e vice-versa. A forma como o país anfitrião se acedeu à independência, e o caráter pacifista do seu presidente, tinham lá também sua influência.

Prova disso é que, até 1963, Senghor autorizou a operação do consulado de Portugal em seu território, e o cônsul português em Dacar, Luís Gonzaga Ferreira, mantinha contatos cordiais com alguns desses nacionalistas. Com essa promiscuidade, não era difícil para Portugal infiltrar ou recrutar seus agentes no seio desses nacionalistas, como muitas vezes Amílcar Cabral denunciou e acusou alguns de serem representantes de interesses colonialistas.

Mas, deixando esse aspecto de luta política de lado, os contatos do cônsul português com Benjamin Pinto Bull, líder da UNGP, em que este foi recebido pelas autoridades de Lisboa ligadas às questões ultramarinas, e o próprio Salazar, em julho de 1962, era indiciário de algum tipo de concessão da parte do Governo português em questões ultramarinas.³⁵⁶ É claro que com a ajuda de Senghor, o defensor de via pacífica de independência africana.

Naturalmente, era uma iniciativa não vista com bons olhos por Amílcar Cabral. Mas, no quadro geral africano, gozava da simpatia da União Africana e Malgache (UAM), adepta de resolução pacífica. Porém, por fim, a sensação que ficou era de que Senghor

³⁵⁵ GARCIA, 2000, p. 97.

³⁵⁶ SILVA, 2010, p.143.

não conseguiu vencer a pressão dos radicais (os revolucionários), como Gana e Guiné (Conakry), mais inclinados à via revolucionária.

Assim, mais tarde, já na reunião constitutiva da OUA (Organização da Unidade Africana), em 25 de maio de 1963, a pressão era para Senegal reduzir o nível de ralação com Portugal e, por conseguinte, acabaram os contatos entre a UNGP de Pinto Bull com aquele país sob sua mediação. Fechava-se, assim, a única porta real, até então, aberta para uma eventual solução pacífica do caso da Guiné (portuguesa).

No quadro da OUA, o argumento dos radicais era de que não se podia manter relações diplomáticas com uma nação que ainda mantinha colônias, porque isso contrariava o espírito da unidade africana. Assim, os movimentos revolucionários, como o de Amílcar Cabral, saíram em vantagem, e com a perspectiva de usufruir de apoio moral, financeiro e militar. Até aqui, depreende-se também a influência de países africanos na resolução armada da questão colonial portuguesa.

Até o início da luta armada na Guiné (portuguesa), em janeiro de 1963, e também pouco depois, Amílcar Cabral fez várias tentativas de unir os grupos nacionalistas de Dacar, mas sem sucesso, mesmo com as intermediações do Senegal e Mali. E, estrategicamente, essa união era crucial para Amílcar por várias razões.

No nosso ponto de vista, duas razões fundamentais estavam na base desse grande esforço de Amílcar Cabral. A primeira era de ordem geográfica, porque Senegal faz a fronteira Norte com a Guiné (portuguesa), e seria uma base de trabalho indispensável para desenvolver a luta na Região Norte. A segunda razão era de ordem política, porque a unidade Guiné e Cabo Verde precisava mostrar a sua face cabo-verdiana, praticamente inexistente, até para justificar essa unidade.

No início de 1960, tudo o que se tinha de cabo-verdiano nessa unidade não passava do próprio Amílcar Cabral e mais Luís Cabral, Aristides Pereira e Abílio Duarte — que já haviam abandonado Bissau —, além de Fernando Fortes e Epifânio Souto Amado, que lá ficaram. Para contrariar, havia número significativo de cabo-verdianos em Dacar, mas que não queriam saber da Guiné (portuguesa).

E nas próprias Ilhas de Cabo Verde, o que Amílcar Cabral representava como força política? Essa é outra questão contraditória do seu projeto de unidade, porque todo o processo de socialização política de Amílcar Cabral se deu fora de Cabo Verde. Foi na Europa e, fundamentalmente, entre os angolanos. Mesmo depois de formado, o processo

transcorreu um pouco entre a Angola e a Guiné. Sua vivência política em Cabo Verde era quase nula.

Desse modo, com relação a Cabo Verde, era notório que, dos cabo-verdianos que se aproximaram de Amílcar Cabral desde a primeira hora, quem detinha a questão nacionalista cabo-verdiana era Abílio Duarte. Por isso justamente considerado “o protagonista número um da consciencialização nacionalista em Cabo Verde.”³⁵⁷ Isso explicaria também por que Abílio Duarte foi a voz cabo-verdiana mais discordante de Amílcar Cabral, dentro do PAIGC.

Um cabo-verdiano, antigo funcionário do Banco Nacional Ultramarino em Bissau, onde começou o convívio político com Amílcar Cabral através de Sofia Pomba Guerra, Abílio Duarte foi demitido em 1958 e voltou para Cabo Verde. De lá, continuou a desenvolver suas atividades nacionalistas. Assim, “para a consciencialização daquilo que viria a ser a geração assumida da luta pela independência de Cabo Verde, contribuiu a ação decisiva de Abílio Duarte em finais dos anos 50”.³⁵⁸

Diante dessas circunstâncias, só restava uma saída: aliciar ou absorver aqueles elementos que, em Dacar, tinham, de alguma forma, tendência de seguir a proposta de Amílcar Cabral e o MLGCV de Conakry. Fazendo balanço do tudo que havia acontecido com Amílcar Cabral, depois de seu retorno à África, o saldo era positivo.

Com o lançamento do documento de denúncia ao colonialismo português, intitulado “Apelo à consciência dos guineenses e cabo-verdianos”³⁵⁹, datado de 2 junho de 1960, a transformação de MLG Conakry em MLGCV e sua designação como dirigente deste movimento reconhecido pelas autoridades locais, depois da reunião na *Bourse de Travail*, Amílcar Cabral tinha tudo para seguir adiante.

Em nossa opinião, no entanto, seu reencontro com Rafael Barbosa, em outubro de 1960, e as reuniões realizadas durante os dias que estiveram juntos em Dacar marcaram o momento final e decisivo: a fundação do PAIGC. Aí foi, de fato, quando Amílcar Cabral pode retomar o contato com o interior, estabelecido no encontro de setembro 1959.

³⁵⁷ PEREIRA, 2003, p. 95.

³⁵⁸ PEREIRA, 2003, p. 94.

³⁵⁹ Dossiê Amílcar Cabral. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier01/docs01/htm>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

Antes disso, havia anunciado a sua instalação definitiva em Conakry, logo depois de sua chegada, através de um comunicado³⁶⁰ redigido em francês. E foi no decurso dessas reuniões de agora que, efetivamente, nasceram o plano de trabalho, a estrutura política do PAIGC, com seus órgãos máximos, como Comitê Federal³⁶¹, Comitê Nacional, Conferência Nacional e Bureau Político com distribuição de cargos. Também ali se elaboraram o Programa, os Estatutos³⁶² e se discutiu o acréscimo das letras GC ao PAI.

Na prática, como disse Julião Sousa, foi “depois deste encontro de Dacar que Amílcar Cabral assumiu a direção do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde no interior”.³⁶³ À luz desses acontecimentos, é nossa opinião que, definitivamente, o PAIGC, partido de Amílcar Cabral e de Rafael Barbosa, foi fundado de fato nesses dias em Dacar, em outubro de 1960.

Contudo, seria também justo se alguém considerasse o encontro de Bissau (quando se sinalizou a vontade de se lutar juntos), em setembro 1959, entre Rafael Barbosa e Amílcar Cabral, ou mesmo o ato de Tunes (com o aparecimento formal da sigla PAI), em janeiro de 1960, por exemplo, como o momento de fundação do PAI (GC). Tudo seria uma questão de critério, porque, como disse o leitor já referido aqui — e também demonstrado —, o “PAIGC foi-se fundando ao mesmo tempo em que ia se afundando nas próprias contradições intrínsecas.”

Quanto a nós, além da fundação, o reencontro de Dacar seria também decisivo por outra razão. Lembrado por Amílcar Cabral aos participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de novembro de 1969, em Conakry, foi dado a Rafael Barbosa os primeiros meios materiais para desenvolver a luta dentro da terra. De fato, Rafael Barbosa voltou a Bissau munido de Estatutos, Programa e outros do partido, mas também com uma tarefa especial: segundo ele, “vim com missão de desmantelar o MLG”.³⁶⁴

³⁶⁰ “Camaradas do PAI e da Frente de Libertação da Guiné Cabo Verde”, datado de 16 de julho de 1960. In Dossiê Amílcar Cabral. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier01/docs01/htm>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

³⁶¹ Aqui, o termo “Federal” deve ser entendido dentro da ideia federativa inicial, que se imaginou a união entre Guiné e Cabo Verde.

³⁶² Os primeiros Estatutos do PAIGC aparecem datados de 1956, feitos em Bissau. Mas, na verdade, foram feitos depois, entre Dacar e Conakry. Toda essa falsificação está relacionada com a suposta fundação do PAI em 1956.

³⁶³ SOUSA, 2011, p. 262.

³⁶⁴ Entrevista de Rafael Barbosa. In PERERIRA, 2003, p. 584.

Efetivamente, esse episódio precipitou uma grande animosidade no seio do MLG de Bissau, que terminaria com a implosão depois desta formação. Assim que Rafael Barbosa voltou a Bissau, imediatamente sua ligação com Amílcar Cabral e a influência crescente deste foram repudiadas. Um dos maiores adversários dessa união no seio do MLG de Bissau, José Francisco Gomes, decidiu partir para Conakry para tentar com as autoridades locais desautorizar Amílcar Cabral e retirar-lhe as credenciais dadas por Rafael Barbosa.

Evidentemente, não teve sucesso. Apesar de ter levado, por escrito, queixas e todo tipo acusações possíveis do MLG de Bissau, contra os cabo-verdianos e a pessoa do próprio Amílcar Cabral, para as autoridades da Guiné (Conakry), foi contornado por Amílcar e, por fim, interditado pelas autoridades locais. Mas não foi uma batalha fácil. Amílcar Cabral precisou rebater, explicar e também fazer acusações nas cartas que enviou para as autoridades de Conakry.³⁶⁵

No entanto, há um fato muito curioso nessa “Batalha de Conakry”, que mereceria um estudo, à parte, mais aprofundado. Ao menos, para compreender melhor o ambiente difícil e hostil em que emergiu Amílcar Cabral, tanto entre guineenses quanto entre dirigentes do país anfitrião.

Apesar da disponibilidade de Conakry em favor de Amílcar Cabral, de alguma forma, as reivindicações de seus adversários sempre tiveram certa recepção junto do Governo. Para quem conhecia o caráter autoritário e concentrador da liderança de Sékou Touré, essa ambiguidade não era, de maneira alguma, característica de sua atuação política.

Por isso, no nosso entender, é necessário mesmo saber qual era, de fato, a posição de Sékou Touré sobre o processo conduzido por Amílcar Cabral, e como era sua relação pessoal com este último. Porque, como revelou depois Aristides Pereira, “o contato com Diallo Saifoulaye foi o nosso único apoio durante os quatro primeiros anos da nossa instalação em Conakry”.³⁶⁶

Ainda que o PAIGC fosse assistido com isso por uma figura importante, Diallo Saifoulaye, segundo homem do PDG, o partido do Governo da Guiné (Conakry), não deixava de ser intrigante o distanciamento de Sékou Touré. Quatro anos! Não era coisa normal.

³⁶⁵ PEREIRA, 2003, p. 134-140.

³⁶⁶ PEREIRA, 2003, p. 131.

E não só por isso. Se, ainda em 1969, como asseverou Luis Cabral³⁶⁷, era notória a hostilidade de alguns dirigentes de Conakry ao PAIGC, era porque, efetivamente, nunca houve uma relação estreita entre Sékou Touré e Amílcar Cabral durante os 13 anos em que este se instalou em Conakry. Muitas vezes, a explicação adiantada por certos dirigentes do PAIGC sobre essa questão foi sempre no sentido de mostrar que Amílcar Cabral constituía um entrave à conhecida ambição da “Grande Guiné”³⁶⁸ de Sékou Touré.

Pode até ser verdade, mas é insuficiente para explicar por que Amílcar Cabral não era benquisto ou hóspede incômodo, na medida em que essas ambições de grande “fusões” africanas foram abandonadas muito cedo. Logo depois das independências africanas, esse sonho de “grandes nações” se esvaneceu, quando os novos Estados emergentes se deram conta, pelos fracassos políticos³⁶⁹ e econômicos, do que era na realidade ser uma nação independente.

Ainda nos anos de 1960, o PAI adota a sigla de PAIGC. Era também enviado, a 15 de novembro, o primeiro memorando ao governo português em que o PAIGC propunha negociações. Foi justamente nesse mesmo ano que a ONU derrubou a tese portuguesa de “província ultramarina”, considerando-a “território não autônomo”, na XV Assembleia da entidade, através da Resolução 1.514.

Tudo isso fortalecia progressivamente a liderança de Amílcar Cabral. Mas é evidente que foi com o apoio indispensável do interior, garantido pela atuação de Rafael Barbosa, que ele pode contar com os homens que lhe permitiriam controlar o partido, e partir para a ação armada. E era de Bissau que chegava a maioria de jovens, orientados para procurar Amílcar Cabral em Conakry.³⁷⁰

Também muitos jovens fugiam para Conakry atraídos por outras razões, como a busca de novas oportunidades, sem saber o que encontrar no país vizinho. Todos eram

³⁶⁷ CABRAL, 1984, p. 344.

³⁶⁸ CASTANHEIRA, José Pedro. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'Água, 1995. p. 187. Grande Guiné seria uma área que se estenderia por toda Guiné (Guiné Conakry e Guiné Bissau) até a Casamansa, a região Sul do Senegal.

³⁶⁹ Sobre fracasso político, os incontáveis golpes de Estado ou tentativas de golpe — por ser o único meio de alternância no poder — que todos esses líderes sofreram durante o seu mandato eram provas evidentes disso. Desse modo, passaram mais tempo tentando se garantir no poder do que outra coisa. Entre falsas e verdadeiras, Sékou Touré, sozinho, deve ter sofrido mais de duas dezenas de tentativas de golpe, entre 1958 e 1969. Quanto ao fracasso econômico, é bem conhecida a dificuldade econômica enfrentada por esses novos Estados emergentes da empresa colonial.

³⁷⁰ TOMÁS, 2007, p. 142.

acolhidos e mobilizados ali mesmo, no centro organizado em Conakry — o Lar do Combatente —, em que recebiam as primeiras preparações política e ideológica.³⁷¹

Em virtude dessas intensas movimentações dos jovens que fugiam de Bissau, e os problemas causados com a cisão dentro do MLG de Bissau, começaram a surgir denúncias que despertaram a polícia secreta PIDE. Em 21 de fevereiro de 1961, desencadeava-se a primeira grande vaga de prisões de nacionalistas em todo o país. Quase todas as figuras importantes do nacionalismo guineense foram vítimas dessa ação. Era o fim de MLG de Bissau e, de certo modo, isso contribuiu também para fortalecer Amílcar Cabral.³⁷²

Esta vaga de prisões de 1961 levou Rafael Barbosa e sua equipe (Momo Turé, Paulo Pereira Jesus e outros) à clandestinidade nos arredores de Bissau. A essa altura, o PAIGC já tinha os primeiros quadros instruídos no exterior para a ação de guerrilha, treinados, principalmente, na China. Assim, alguns deles eram infiltrados no interior para mobilizar as populações para futuras ações militares, como Pedro Ramos e Momo Turé, que davam apoio a Rafael Barbosa.³⁷³

Em 1961, outros importantes eventos externos também sinalizavam o caminho da luta armada para o caso da Guiné. Com o assalto às prisões de Luanda, orientado pelo cônego Manuel das Neves, para libertar presos políticos, a 4 fevereiro de 1961, iniciava-se a guerra em Angola. Apanhada de surpresa, a direção do MPLA em Conakry, através do seu primeiro presidente, Mário de Andrade, reclamou para o seu partido a autoria do acontecimento. Mas, novamente o MPLA seria surpreendido. Desta vez, a 15 de março, a UPA de Holden Roberto lança o ataque ao Norte de Angola.³⁷⁴

Evidentemente, tudo isso constituía, indiretamente, em uma espécie de pressão para o próprio o PAIGC de Amílcar Cabral, como aconteceu com o próprio MPLA. Por aqui, se depreende como as lutas pela antecipação de ações diretas entre os grupos nacionalistas vão dar o tom no transcurso do processo de libertação nas colônias portuguesas. Assim, na Guiné (portuguesa), não foi o PAIGC, mas sim o MLG de

³⁷¹ TOMÁS, 2007, p. 143.

³⁷² SOUSA, 2011, p. 264.

³⁷³ SOUSA, 2011, p. 264.

³⁷⁴ TOMÁS, 2007, p.140.

François Mendy que lançou os primeiros ataques contra os portugueses, a Noroeste do território, em julho de 1961.³⁷⁵

Eram eventos de mudança no império colonial português. A fuga de estudantes africanos em Lisboa, em junho de 1961, para se juntarem aos movimentos nacionalistas de seus países, veio coroar esses eventos.³⁷⁶ Mas o primeiro sinal forte do fim do império veio mesmo a 18 de dezembro de 1961, quando a União Indiana toma, militarmente, Goa, Damão e Diu, as possessões portuguesas da Índia.³⁷⁷

Dessa fuga, um grupo de jovens cabo-verdianos (Pedro Pires, Osvaldo Lopes da Silva, Elisa Andrade, Maria da Luz Boal e José Araújo e Amélia Araújo), em sua maioria universitários ligados aos angolanos, foi se juntar ao PAIGC. Eram jovens que não tinham vivência com o pessoal da Guiné. Osvaldo Lopes da Silva conta na entrevista dada a José Vicente Lopes o seguinte: “É em Moscovo que tenho os meus primeiros contatos com os guineenses e começo a perceber as reticências que eles punham à unidade.”³⁷⁸

Alguns, pelos anos vividos em Angola, tinham mais inclinação para aderir ao MPLA, como ocorreu com o casal José e Amélia Araújo, mas foram recusados por serem considerados cabo-verdianos, mesmo sendo Amélia Araújo nascida em Angola e de mãe angolana.³⁷⁹

Destacamos esse aspecto apenas para mostrar como era complexa a questão de aderência desses jovens nacionalistas cabo-verdianos ao processo de luta da independência nas colônias portuguesas. Daí, sem dúvida, a importância do projeto de Amílcar Cabral para eles. E foi nesse propósito que o próprio Amílcar Cabral resolveu o dilema do casal, quando disse a José Araújo: “O teu lugar não é aqui, no MPLA. Essa malta [os angolanos] é complicada. É melhor ficares conosco, no PAIGC”.³⁸⁰

Apesar de toda essa pressão, Amílcar Cabral teve tempo para se preparar antes de se lançar à ação armada. Mesmo com a segunda vaga de prisões de Bissau, que, em 13 de março de 1962, levou à prisão de Rafael Barbosa, Momo Turé e centenas de

³⁷⁵ GARCIA, 2000, p. 98.

³⁷⁶ LOPES, 2002, p. 113-115.

³⁷⁷ TOMÁS, 2007, p. 141.

³⁷⁸ LOPES, 2002, p. 645.

³⁷⁹ LOPES, 2002, p. 115.

³⁸⁰ LOPES, 2002, p. 115.

importantes militantes do partido de todo o país, desmontando, assim, todo o trabalho de clandestinidade em Bissau, as mobilizações continuaram, sobretudo, na Região Sul.³⁸¹

Amílcar Cabral caminharia solitário, sem o seu aliado fundamental, Rafael Barbosa, dali em diante. A detenção de Rafael Barbosa, que durará sete anos, constituiria, no nosso ponto de vista, em uma grande derrota pessoal de Amílcar Cabral para o seu projeto de unidade da Guiné e Cabo Verde.

Apesar da grande projeção que ele terá depois, tanto no cenário doméstico quanto internacional, seu projeto sem a presença da figura de Rafael Barbosa nunca seria menos ameaçado na Guiné. Simbolicamente, os guineenses haviam apreendido a seguir Amílcar Cabral sempre olhando para a figura de Rafael Barbosa ao seu lado.

Todavia, para lutar é necessário apoio. Foi assim que Amílcar Cabral recebeu as primeiras armas fornecidas pelo Marrocos e treinamento de guerrilha na Argélia. Esta, com a recente experiência acumulada contra os franceses, era um apoio prático importante. Em Marrocos estava instalada a sede da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), uma organização que substituiu a FRAIN.

Para introduzir as armas no território da Guiné (portuguesa), o PAIGC teve de fazer um trabalho de contrabando pelo território da Guiné (Conakry), sem dar conhecimento às autoridades locais. Flagrado, Sékou Touré manda prender todos os dirigentes do PAIGC que estavam em Conakry. A sorte é que Amílcar Cabral estava ausente no exterior, e pôde, por isso, logo pedir a interferência de outros líderes africanos para contornar a situação. Ultrapassado o incidente, estava tudo pronto para o início da ação direta.³⁸²

³⁸¹ SOUSA, 2011, p. 265.

³⁸² CASTANHEIRA, 1995, p.182.

Capítulo IV

A ação armada

O ano de 1963 ficará na história do nosso povo como o do começo da nossa luta armada contra as forças colonialistas portuguesas. Com efeito, foi em janeiro desse ano que, estando preenchidas as condições essenciais a uma mudança radical da nossa luta, os nossos combatentes apoiados pelo nosso povo desencadearam a ação armada no sul e no centro-sul do país.

A ação direta, especialmente a sabotagem econômica e das vias de comunicação, decretada pelo nosso Partido em agosto de 1961, tinha dado os melhores frutos. Paralisamos, no essencial, a exploração econômica do nosso povo, criamos uma insegurança permanente às deslocações das tropas inimigas, eliminamos o imposto colonial em vastas extensões do país e castigamos com justiça os africanos servidores dos colonialistas.

Entretanto, reforçamos a nossa organização e a influência do Partido no seio das massas populares, melhoramos a preparação dos nossos combatentes e instalamos as bases da “guerrilha”, necessárias ao desenvolvimento da nossa luta. Além disso, por meio de ações audaciosas, os nossos combatentes conseguiram apoderar-se de quantidades importantes de material de guerra do inimigo.³⁸³

Com estas palavras, Amílcar Cabral sintetizava toda a ação levada a cabo pelo PAIGC para se desencadear a luta armada de libertação nacional, no dia 23 de janeiro de 1963, com o assalto ao quartelamento de Tite, na margem Sul do rio Geba, onde estava instalada a sede de um batalhão português, numa operação que contava com dezenas de combatentes, comandado por jovem Arafam Mané.³⁸⁴

Em termos conceituais, parece-nos oportuno identificar o tipo ou modos de fazer guerra de Amílcar Cabral. A técnica de assalto e sabotagem, de cercear a capacidade de razão do inimigo, de provocação do terror mediante a insegurança instalada, a conquista de adesão de setores da população, através da exploração de seus problemas de natureza

³⁸³ CABRAL, Amílcar. *Documentário (textos políticos)*. Apresentação de António E. Duarte Silva. Lisboa: BI, 2008.p. 107.

³⁸⁴ SILVA, 2010, p.144-145.

social e econômica, mediante um trabalho ideológico, tudo isso compõe o que, na definição clássica, é conhecido por subversão.

Para Roger Muchielli, o ato de subversão consiste em “técnica de enfraquecimento do poder e de desmoralização dos cidadãos”.³⁸⁵ Sob este ponto vista, pode-se, legitimamente, enquadrar a “ação direta” de Amílcar Cabral como uma subversão armada, que é a mesma coisa que uma guerra subversiva. No entanto, olhando a ação subversiva como um projeto de tomada do Poder para implantação de nova ordem político-social, como era o caso da luta de Amílcar Cabral, ela passa a ser também uma guerra revolucionária.³⁸⁶

Mais uma vez, pode-se perceber que, por meio de assimilação crítica das experiências e técnicas empregadas em outras paragens, como, por exemplo, guerras populares (China e Vietnam) e guerras de guerrilha (Argélia e Cuba), Amílcar Cabral consegue adaptá-las à realidade guineense.

Assim, numa sociedade em que a maior parte da população vivia no campo, com um campesinato que não tinha problema de reforma agrária, e quase sem contato com o colonizador, ele entendeu que aquele não representava a força revolucionária, mas sim a “força física”.³⁸⁷ Portanto, para Amílcar Cabral, não adiantava palavras abstratas e vazias, como já foi citado aqui. Para o povo, o significado da luta tinha ser algo que traduzisse melhoria das condições de vida.

Desse modo, Amílcar Cabral teorizava a própria luta de libertação nacional como uma forma de resistência. E esta resistência pode ser política, econômica, cultural e armada. Aqui, a resistência armada foi considerada como uma resposta à opressão armada colonialista. Desse modo, uma continuidade da resistência primária, ou seja, resistência à conquista. Assim, inventada essa tradição, a resistência armada passava a ser uma expressão da resistência cultural.³⁸⁸ Amílcar Cabral entendia, para concluir, que uma sociedade que se liberte “verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma os caminhos

³⁸⁵ MUCHIELLI, Roger. *La Subversion*. Paris: CLC, 1976, p. 9.

³⁸⁶ Sobre esse assunto, ver DELMAS, Claude. *A guerra revolucionária*. Lisboa: Europa-América, 1975. (Coleção Saber)

³⁸⁷ CABRAL, 1974, p.88.

³⁸⁸ CABRAL, 2008, p. 117-118.

ascendentes da sua própria cultura”, portanto, “a luta de libertação é, antes de mais nada, um *ato de cultura*.”³⁸⁹

No terreno da *práxis*, como é que isso funcionava? Grosseiramente, para começar, o núcleo do PAIGC era formado por três grupos sociais: no topo estavam os cabo-verdianos (os de Bissau e jovens ex-estudantes fugidos de Lisboa e de outras partes da diáspora); na camada intermediária, guineenses dos centros urbanos com pouca escolaridade (muito deles recrutados por Rafael Barbosa); na base, camponeses (massas populares de todas as etnias, mas principalmente o grupo étnico *balantas*). A camada média é que servia de articulação entre o topo e a base. Do resto, o sucesso de todo o conjunto dependia da articulação dessas três camadas.³⁹⁰

Com o ataque ao quartel de Tite, o PAIGC não levou muito tempo para se impor no terreno. A guerra foi iniciada numa região (Sul) geograficamente favorável, tanto sob ponto de vista de recursos humanos quanto geográfico e climático. Embora a Guiné não tenha montanhas (normalmente, refúgio privilegiado dos guerrilheiros), porque o pico mais alto, Madina do Boé, no Leste do país, não ultrapassa 200 metros de altitude, em compensação, o local onde se iniciou a luta era de mata densa e rios sinuosos, recortando toda a região.³⁹¹

Na maré cheia, algumas áreas ficavam boa parte do tempo debaixo da água, sem falar que era habitada por *balantas*, e ninguém melhor que eles conheciam seu habitat. Assim, a adesão desse grupo étnico à luta e o uso de seus recursos logísticos, por vezes forçados, foram cruciais para o sucesso do PAIGC, tanto no início quanto em todo o período da luta de libertação. Em decorrência, cenário muito desfavorável aos portugueses.³⁹²

Entre Como e Cassacá

Os primeiros saldos positivos militares tiveram em contrapartida seus efeitos colaterais no campo político. A articulação entre as três camadas estava ameaçada por causa do comportamento de alguns combatentes que se destacaram logo cedo e, em

³⁸⁹ CABRAL, 2008, p.228.

³⁹⁰ TOMÁS, 2007, p.145.

³⁹¹ SILVA, 2010, 147.

³⁹² TOMÁS, 2007, p.161-163.

consequência, se tornaram muito autônomos e passaram a agir perante a população como verdadeiros chefes tribais, déspotas e sanguinários. Isso deixava o Partido com muitos problemas organizacionais e colocava em causa os próprios desígnios do movimento da libertação e sua própria continuidade.³⁹³

Com efeito, tudo o que Amílcar Cabral conseguira de positivo, até então, se situava mais no âmbito da articulação entre a camada intermediária e o topo. Com a luta armada se desenrolando no campo, desvelava-se assim a debilidade de seu projeto em lidar com as massas populares ainda presas a seus próprios costumes e certas tradições, muitas vezes contrários ao que pregava o próprio Partido.

Para pôr a casa em ordem, o PAIGC convocou VI Conferência de Dirigentes e Quadros em Cassacá, no interior, ao Sul do rio Geba, na região de Quitafine, entre 13 e 17 fevereiro de 1964, para discutir esses problemas.³⁹⁴ No nosso ponto vista, não obstante os problemas disciplinares que seriam sanados através dessa reunião, ela também serviria como um verdadeiro teste para a própria liderança de Amílcar Cabral.

Assim, pela importância e decisões tomadas no âmbito desse encontro, decidiu-se pela sua transformação em congresso. Nas palavras de Luís Cabral, “dados os assuntos de importância transcendentem nela tratados, o Amílcar propôs que a conferência de dirigentes fosse transformada no I Congresso do PAIGC. Todos os presentes apoiaram clorosamente esta proposta.”³⁹⁵

O historiador guineense, militante do PAIGC, Mário Cissoko³⁹⁶, me chamou a atenção para o efeito automático dessa transformação — insinuando que o PAIGC teria sido criado em Cassacá —, atentando para os Estatutos do Partido³⁹⁷, no artigo respeitante à competência do Congresso, em uma de suas alíneas;

ARTIGO 25º

(Da competência)

³⁹³ TOMÁS, 2007, p.177.

³⁹⁴ SILVA, 2010, 153.

³⁹⁵ CABRAL, 1984, p. 174.

³⁹⁶ Mário Cissoko, entrevistado, via e-mail, no dia 28 de setembro de 2010. De fato, Luis Cabral considera o evento de Cassacá como o renascimento do PAIGC. Cf. CABRAL, 1984, p.164.

³⁹⁷ Estatutos do PAIGC. Disponível em: <<http://WWW.paigc.org/estatuto1.htm>>. Acesso em: 28 set. 2010.

Ao Congresso³⁹⁸ compete, designadamente:

- a) Aprovar o seu regimento;
- b) Fixar o número de membros do Comité Central e do Bureau Político;

Com esse expediente, e amparado no item b do artigo, Amílcar Cabral provocaria também a escolha dos dirigentes que constituiriam o Comité Central e o Bureau Político. De fato, foi isso que aconteceu. Designando os nomes para compor a mais alta cúpula do Partido (Bureau Político), assumiria de vez o controle total de um partido unido sob sua liderança, eliminando todas as querelas de carácter binacional representadas por elementos originários do MLG (parte guineense) e por Abílio Duarte (parte cabo-verdiana), que deram origem ao próprio movimento.

Efetivamente, a partir desse Congresso, o Partido saiu com a seguinte configuração: Amílcar Cabral (Secretário-Geral, reconduzido), Aristides Pereira (Adjunto) e Luís Cabral (confirmado como terceira figura) e os promovidos para o Bureau Político, Francisco Mendes, Osvaldo Vieira e Nino Vieira), estes três guineenses ficavam logo abaixo dos três primeiros cabo-verdianos. Embora Rafael Barbosa fosse também confirmado para as funções do Presidente do Comité Central, ele era o grande ausente, e o cargo parecia mais honorífico.³⁹⁹

Analisada sob a ótica do impacto em si, a nosso ver, essa transformação constituiria também numa flagrante contradição, porque a todos os guineenses que aderiram ao PAIGC, mesmo as massas populares mobilizadas no campo depois, foi dito que o Partido fora fundado por guineenses e cabo-verdianos. E essa parte guineense fundadora, representada por Rafael Barbosa (sempre ausente), nunca era visível. De fato, esse foi, toda a vida, o grande dilema intrínseco à afirmação dinâmica do PAIGC, por nunca ter conseguido mostrar aos militantes a parte guineense da origem desse partido.

³⁹⁸ Congresso é órgão deliberativo máximo do Partido. Comité Central é órgão deliberativo máximo entre os congressos. Bureau Político é o órgão máximo de direção de Partido.

³⁹⁹ SILVA, 2010, p.154.

Nesse congresso, outras decisões importantes foram tomadas, como a criação de quadros para a segurança do Partido. Foi aí que nasceram as FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), constituídas de três ramos distintos: o Exército Popular, a Guerrilha e a Milícia. Assim as forças guerrilheiras do Partido ganharam o caráter de exército, através da divisão em três Regiões Militares (Norte, Sul e Leste) para atender às novas realidades de áreas libertadas. As estruturas do Partido foram reformadas também na base, com a criação de comitês de seção e outros organismos locais.⁴⁰⁰

No plano social, decidiu-se pela criação de escolas, serviços de saúde e de abastecimento das populações que já viviam nas áreas libertadas e não podiam se abastecer no comércio controlado pelos portugueses.⁴⁰¹ De fato, foi a partir da implementação de todas essas medidas tomadas nesse congresso que o PAIGC não só passou fustigar mais o inimigo, mas também começou a realizar uma verdadeira revolução social. Na palavras de Tomás, "foi ainda em Cassacá que se concebeu um dos mais ambiciosos e bem conseguidos projetos de Amilcar Cabral: as zonas libertadas."

402

Nas questões disciplinares, era a primeira vez que o PAIGC iria tomar medidas severas, decidindo pela punição exemplar de alguns chefes guerrilheiros que cometeram crimes hediondos contra população em nome do Partido. Alguns foram presos, e os que resistiram, abatidos.⁴⁰³

Simultaneamente, a pouca distância de Cassacá, acontecia a Batalha de Como, conhecida por "Operação Tridente", segundo o código das Forças Armadas Portuguesas. Um pequeno arquipélago composto de três ilhas — Caiar, Como e Catungo —, perfazendo uma área de 210 quilômetros quadrados, mas que, na prática, formava uma unidade, porque a separação era por canais estreitos, só apercebidos na maré cheia. A maior parte da área era formada de mangues, em densas matas com árvores de grande porte, de difícil penetração. Tinham muito arroz e gado e as pequenas aldeias dispersas.⁴⁰⁴

⁴⁰⁰ Sobre decisões tomadas nesse Congresso, ver CABRAL, 1984, p.174-190; ver também PEREIRA, 2003, p.172-176.

⁴⁰¹ CABRAL, 1984, 170.

⁴⁰² TOMÁS, 2007, p.176.

⁴⁰³ SILVA, 2010, p.155.

⁴⁰⁴ SILVA, 2010, p. 150.

A ilha de Como era a primeira parcela do território nacional libertada. O PAIGC controlava a totalidade da população, sendo também sua importante fonte logística. Para o comando militar português, era estrategicamente importante, não só pela sua proximidade com a fronteira marítima Sul como ainda por ser um ponto de apoio e abastecimento dos combatentes do PAIGC.⁴⁰⁵

Por isso, o Estado Maior português decidiu, numa operação de grande envergadura, desalojar o PAIGC daquele setor. Foi uma operação de que durou 71 dias (de 15 janeiro a 24 de março de 1964), envolvendo efetivos do Exército, da Marinha e da Força Aérea, comandada por tenente-coronel Fernando Cavaleiro e com a supervisão do ministro da Defesa, general Gomes de Araújo.⁴⁰⁶

Quanto aos resultados dessa operação, independentemente do número de baixas de ambos os lados, que foram no geral elevadas, pode-se afirmar, com toda a certeza, que os homens de Amílcar Cabral saíram vencedores, na medida em que os portugueses não conseguiram recuperar a ilha e foram obrigados a não dar seguimento à operação. E o PAIGC saiu assim com uma grande vitória moral, porque o episódio de Como dava aos guerrilheiros a certeza de que eram capazes de vencer um exército moderno.

A consolidação das vitórias

A regularidade e expansão constantes marcaram a evolução da luta na Guiné. Em 1967, já havia formado tropas regulares e distribuído armas às populações das regiões libertadas. Com o ataque ao aeroporto de Bissau (capital), em 1968, e tomada da posição portuguesa na Região Leste, com a conquista de Madina de Boé, o PAIGC consolidou-se militarmente.⁴⁰⁷ Depois de um balanço sobre a evolução da luta armada entre os anos de 1967 e 1968, Amílcar Cabral afirmava que: “o ano de 1968 foi para nós um ano de boas vitórias militares e políticas.”⁴⁰⁸

A esta altura, parecia clara para Portugal que uma vitória portuguesa em termos militares era impossível. O então governador da Guiné, general Arnaldo Schultz, foi

⁴⁰⁵ SILVA, 2010, p.151.

⁴⁰⁶ SILVA, 2010, p.151.

⁴⁰⁷ FERREIRA, 1974, p.246.

⁴⁰⁸ CABRAL, 1974, p.100-101.

substituído, em março de 1968, por outro general, considerado um dos mais experientes generais portugueses da época, veterano da guerra de Angola, António Sebastião Ribeiro Spínola.⁴⁰⁹ Uma substituição que foi encarada por Amílcar Cabral com certa ironia ao afirmar que “se ele se vai embora quando o seu tempo de serviço acabou, é porque foi derrotado.”⁴¹⁰ O que de certa forma demonstrava uma posição confortável de seu partido. O PAIGC declarava ter morto, durante o ano de 1968, 1700 soldados do exército colonialista e abatido 10 aviões.⁴¹¹

Portugal sozinho não tinha condições de sustentar “a guerra colonial” travada nas três frentes — Angola, Moçambique e Guiné —, mas, enquanto recebia o apoio econômico, militar e político dos seus aliados, sobretudo a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e, em especial, da República Federal da Alemanha⁴¹², resistia a qualquer ideia de independência para as suas colônias, mas sem conseguir impedir o avanço dos movimentos de libertação. Do lado dos nacionalistas, esse apoio vinha, principalmente, dos países comunistas.

Os êxitos decisivos alcançados até 1969 pelo PAIGC contra o Exército português — numericamente superior, pois contava já com 30.000 soldados na Guiné — garantiu a libertação praticamente total da Região Sul.⁴¹³ Nas palavras de Eduardo Ferreira, “ainda mais importante foi a libertação da região de Madina de Boé, que levou ao colapso da frente Leste portuguesa, permitindo o início da ofensiva no Oeste”.⁴¹⁴ Com essas derrotas portuguesas, a frente Norte, incluindo a capital Bissau, passa a ser o setor chave da colônia, que estava quase toda liberta.

Com todo esse sucesso durante a evolução da luta, o PAIGC retomou, em 1965, a ideia de uma operação de desembarque nas Ilhas de Cabo Verde, que já havia sido discutida em julho de 1963, em Dacar. De fato, até por uma questão moral, a luta de alguma forma deveria também se alastrar para Ilhas de Cabo Verde.⁴¹⁵

Mas, uma operação militar em Cabo Verde, à semelhança da operação do tipo que Fidel Castro e Che Guevara fizeram em Sierra Maestra, a nosso ver, era mais blefe político do

⁴⁰⁹ CABRAL, 1974, p.101.

⁴¹⁰ CABRAL, 1974, p.101.

⁴¹¹ CABRAL, 1974, p.101.

⁴¹² FERREIRA, 1974, p.247.

⁴¹³ FERREIRA, 1974, p.263.

⁴¹⁴ FERREIRA, 1974, p.263.

⁴¹⁵ TOMÁS, 2007, p.181.

que aquilo que realmente se pretendia realizar. Não era preciso ser um especialista militar para enxergar seus altos riscos e anunciado fracasso, por conta da falta de um ponto de apoio seguro na retaguarda em caso da necessidade de retirada, já que Cabo Verde fica a pouco mais de quinhentos quilômetros da costa.

Contudo, a muito custo e problemas, procedeu a mobilização dos cabo-verdianos na diáspora (Senegal e França) para a preparação do referido desembarque. Alguns não queriam combater pela independência de Cabo Verde, outros criaram tantos problemas e acabaram por ser dispensados.⁴¹⁶

No final, em Argel, em 1965, contavam-se com 40 recrutas sob o comando de Pedro Pires, tendo como adjunto Honório Chantre e o coordenador militar Silvino da Luz. Estes três cabo-verdianos pertenceram ao Exército Português antes de se desertarem a aderir ao PAIGC. Em 1966, os recrutados embarcam para Cuba, para receber o treinamento de desembarque e aulas táticas de guerrilha. Por algumas razões, a preparação seria concluída na União Soviética. Esta, sem concordar com o desembarque, por considerá-lo um suicídio, apenas deu o treinamento necessário.⁴¹⁷

Depois, o grupo regressou a Argel, à espera do dia da operação, mas, à medida que a data se aproximava, voltaram a surgir problemas. Alguns desistiram, mas tinham de ser mantidos à força para evitar a fuga de informação. A PIDE parecia ter o conhecimento dessa operação, porque intensificou o controle nas Ilhas e a caça dos militantes do PAIGC. Assim, foram presas várias pessoas em Cabo Verde e o PAIGC acabou por abandonar o plano. Abortado, a maioria desses homens decidiu voltar para sua vida anterior, não querendo saber em combater na Guiné.⁴¹⁸

Ainda em 1969, do Senegal partiu uma proposta de “plano de paz” em três etapas, que conferia à Guiné a independência depois de um período de autonomia interna, mas enquadrada dentro de uma comunidade luso-africana. Proposta imediatamente rechaçada por PAIGC por considerá-la neocolonialista.⁴¹⁹

Vale ressaltar que, a essa altura, ao PAIGC só interessava a liquidação total da dominação colonial portuguesa, tanto na Guiné quanto em Cabo Verde. E, na qualidade

⁴¹⁶ TOMÁS, 2007, p.186.

⁴¹⁷ TOMÁS, 2007, p.187.

⁴¹⁸ TOMÁS, 2007, p.188-189.

⁴¹⁹ FERREIRA, 1974, p.264.

de único movimento reconhecido para falar em nome do povo da Guiné e Cabo Verde, certamente não lhe interessava ressuscitar a possibilidade de participação dos elementos de movimentos já dissolvidos em uma eventual mesa de negociação com Portugal.

A esta altura, tanto o PAIGC quanto o Governo da Província sabiam que não se deveria esperar um desfecho no campo militar. Os esforços deveriam ser dirigidos mais para outros campos. Do lado do PAIGC, intensifica-se a campanha diplomática no sentido de conseguir o reconhecimento do domínio de dois terços sobre todo o território da Guiné. Com este reconhecimento na mão, o PAIGC se prepararia para declarar unilateralmente a independência.

Do lado português, o governador Spínola, que, desde 1969, havia introduzido uma estratégia política denominada “Por uma Guiné Melhor”, para lidar contra o avanço do PAIGC no seio da população, resolveu intensificar a sua campanha. O objetivo dessa política era finalmente retirar a província do abandono a que fora submetida ao longo de várias décadas.⁴²⁰

Nesse quadro, construíram-se estradas, estruturas para o fornecimento de luz elétrica e muitas outras melhorias nunca antes vistas. Foram feitos investimentos na assistência sanitária e na educação. Tudo isso era para preparar a Guiné para uma independência integrada a Portugal e não entregá-la ao PAIGC, que era um partido sob influência soviética.⁴²¹

Nesta fase, percebe-se que o problema já não era mais de independência, mas de como seria a independência. Para isso, todos os meios foram empregados. Foram desenvolvidas, no âmbito da propaganda, atividades de informação e contrainformação, para cooptar os guineenses que não concordavam com a eventual união da Guiné com Cabo Verde. Intrigas no seio do próprio PAIGC, com relação a essa unidade entre os guineenses e cabo-verdianos, foram ensaiadas.⁴²²

Em nossa opinião, no entanto, o grande golpe de Spínola veio depois. Aproveitando o décimo aniversário do evento de Pindjiguiti, a 3 de agosto de 1969, de forma espetacular, o governador libertou 93 presos políticos, dentre os quais o presidente do Comitê Central do PAIGC, Rafael Barbosa. Nesse ato, em que ele apresentou à

⁴²⁰ GARCIA, 2000, p.191.

⁴²¹ GARCIA, 2000, p.192.

⁴²² GARCIA, 2000, p.194.

população de Bissau os prisioneiros libertados, Rafael Babosa foi obrigado fazer o discurso de agradecimento ao governador, difundido pela rádio de Bissau.⁴²³

Se essa manobra visava atingir psicologicamente o PAIGC, nos pareceu que o objetivo foi alcançado. Segundo Luís Cabral, “foi com horror que os combatentes da liberdade ouviram o antigo presidente do Comitê Central do Partido proclamar sua fidelidade ao colonialismo”.⁴²⁴ E ainda admitia que, “tinha sido, afinal, mobilizado pelos nossos inimigos e prontificara-se a trair o nosso e o PAIGC em troca da liberdade”.⁴²⁵

De fato, o que deveria marcar uma grande vitória do PAIGC, constituiu, a nossa ver, num tiro no pé do próprio Partido, um tiro na unidade Guiné e Cabo Verde. Isto, mais pela súbita reação da direção do Partido de afastar Rafael Barbosa do Comitê Central do que propriamente a “indignação” dos combatentes, apesar do grande esforço de Luís Cabral para descrever esse estado de choque entre eles.

Mesmo com toda a explicação de Luís Cabral sobre o impacto desse discurso, para nós, o fato relevante é que, com essa punição de Rafael Barbosa, o nacionalismo guineense estava sendo novamente contrariado. Os guineenses concordavam com essa punição?

Como se pode depreender da passagem a seguir, Rafael Barbosa evidentemente não concordava. Na entrevista concedida a Leopoldo Amado, ele diz o seguinte:

Fiquei indignado porque vim trabalhar para o interior no cumprimento da ordem do PAIGC. Vim com a missão de dismantelar o MLG e mobilizar jovens para a luta. Por infelicidade, fui parar à prisão. Foi isso que fiz. Agora penso que eles não deviam levar em conta as palavras que utilizei sob coação. Agostinho Neto fez um discurso semelhante, mas o MPLA não julgou Agostinho Neto. O PAIGC deu-me um castigo duro. Tinham de compreender a minha situação.⁴²⁶

⁴²³ GARCIA, 2000, p. 197.

⁴²⁴ CABRAL, 1984, p. 348.

⁴²⁵ CABRAL, 1984, p. 348. Sobre a libertação e o discurso de Rafael, ver também CASTANHEIRA, 1995, p. 143-144.

⁴²⁶ Entrevista de Rafael Barbosa. In: PEREIRA, 2003, p. 584.

Luís Cabral, mais do que ninguém, sabia que o que estava em jogo, naquele momento, não era apenas uma questão moral, mas também política, e relacionada com a luta pelo poder dentro do Partido, em que a proeminência, desde sempre, foi dos cabo-verdianos.

É nossa convicção, portanto, de que se cometeu um verdadeiro equívoco político, talvez o mais fatal de Amílcar Cabral, o de ter aceitado a pressão de outros dirigentes do Partido, como Vasco Cabral e José Araújo, para afastar Rafael Barbosa do Comitê Central do Partido, como traidor, em razão desse discurso.⁴²⁷

Pelos acontecimentos que se seguiram depois de 1969, Luís Cabral teria tido tempo suficiente para não insistir na sua versão. Até porque, quando escreveu a sua crônica, em 1984, já fora também vítima, como o próprio irmão Amílcar Cabral (este, vítima fatal em 1973) do nacionalismo guineense. Em 14 de novembro de 1980, Luís Cabral sofreu um golpe de Estado, simplesmente por ser cabo-verdiano. Filinto Barros explica a razão desse golpe da seguinte forma:

“Por mais volta que queiramos dar, Luis Cabral é um cabo-verdiano de origem e não devia ocupar o cargo de Presidente. O nacionalismo guineense saiu muito confundido com esse figurino! Era patente para todos que ninguém lutou para substituir o português pelo cabo-verdiano!”⁴²⁸

Em resumo, é nossa crença de que, do mesmo modo que a ascensão de Amílcar Cabral foi selada pelo compromisso celebrado, entre ele e Rafael Barbosa, em 1959, sua queda esteve também marcada por esse desencontro, em 1969. Quanto a nós, esse episódio de afastar Rafael Barbosa marcou o início do fracasso do próprio projeto de Amílcar Cabral.

⁴²⁷ Sobre a pressão para afastá-lo do Comitê Central, ver a entrevista de Rafael Barbosa. In PEREIRA, 2003, p.583-584.

⁴²⁸ BARROS, Filinto. *Testemunho*. Bissau: INACEP, 2011. p.5.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, demos uma contribuição ao estudo do nacionalismo guineense ao expor e analisar o modo como Amílcar Cabral impôs aos guineenses e cabo-verdianos seu projeto de libertação, com o objetivo de formar uma só nação para os dois povos, após a independência.

Amílcar Cabral defendeu o seu projeto de unidade entre Guiné e Cabo Verde com base na ligação histórica entre os povos das, então, duas colônias portuguesas. Mas, provavelmente, não se deu conta de que não é o conhecimento de ter um passado em comum que cria laços de união, senão os sentimentos suscitados pela referência a essa história em comum.

É claro que, não havendo, portanto, consenso sobre a sua proposta de unidade, o projeto gerou apoiantes e opositores. Neste trabalho, nosso principal problema não foi com aqueles que se opuseram às suas ideias, porque suas argumentações contra o projeto de unidade tornaram-se ainda mais facilmente defensáveis, já que o ideal de Amílcar Cabral não se concretizou.

Nossa preocupação foi examinar, a partir das contradições que comportava sua implementação, suas possibilidades políticas para o seu tempo, e identificar as possíveis causas de seu fracasso.

Procedemos desta forma porque ainda há os que insistem em que as ideias políticas de Amílcar Cabral são portadoras, *per si*, de valor intrínseco e suficiente, como se política operasse necessariamente num mundo não ideológico. Para esses, talvez, importava menos sua ressonância e, por isso, demagógicamente, acreditam que o fracasso se deveu às pessoas, principalmente os guineenses, que não souberam tirar ilações positivas daqueles ideais.

Podemos, então, olhar para o projeto de Amílcar Cabral de duas maneiras: como uma tentativa ambiciosa, mas equivocada, de realizar um ideal; ou como um tipo de oportunismo político.

Nossa convicção quanto ao primeiro aspecto é de que Amílcar Cabral subestimou o peso histórico das diferenças por acreditar que, através de um processo único de ruptura social estimulada — a luta armada revolucionária —, era possível condicionar ou

definir identidade particular de duas coletividades sociais que não se reconhecem, mutuamente, como um só povo.

Com isso, acabou até por contrariar ou confundir o próprio nacionalismo anticolonial guineense, ao impingir-lhe o ônus de ter também de lutar pela libertação de Cabo Verde. Uma imposição que, em seus princípios, era contraditória à própria convicção nacionalista dos guineenses, porque o sentimento nacionalista destes surgia como consequência da dominação colonial e, quando se definia contra este domínio, naturalmente, o nacionalismo guineense estaria se definindo contra a própria presença cabo-verdiana.

Quanto ao aspecto oportunista, duas ordens de razões convergentes nos levam a olhar dessa maneira: a primeira tem que ver com os interesses imediatos dos cabo-verdianos da Guiné, relativos à sua perda anunciada de privilégios no momento da descolonização. Na medida em que eram vistos como auxiliares do colonizador pelos guineenses, a ideia e a imposição de unidade faziam mais sentido para eles.

A segunda ordem se prende com o fato de que, no contexto africano da época, a legitimidade do discurso político de unidade comportava também elemento fraudatório, porque não só podia ser usado como recurso para conclamar a união, de fato, das partes supostamente divididas, assim como também para passar por cima das diferenças existentes entre as partes desavindas, neste particular, guineenses e cabo-verdianos.

No início deste trabalho, mostramos que o homem cabo-verdiano é uma criação própria da colonização. Como tal, e na sua interposição entre guineenses e portugueses para garantir o domínio destes últimos, reuniu em si tudo o que era característico da dialética do colonialismo, no sentido de enxergar o outro como sendo de fora da civilização, criando, assim, diferenças na interação entre as duas comunidades, apesar de laços de consanguinidade e de fato colonial comum.

Por isso, na medida em que a entidade guineense foi ela mesma também definida a partir dessa interposição, o pior aspecto dessa relação era, evidentemente, associado à atuação dos cabo-verdianos. Por quê? Porque a presença colonial portuguesa, simplesmente, se confundia com a própria presença cabo-verdiana.

Em outras palavras, eram os cabo-verdianos os funcionários coloniais que cobravam impostos e forçavam a trabalhar e castigavam quem desobedecesse às suas ordens. Desse modo, para as vítimas, eles constituíam a verdadeira casta colonizadora.

Mas, mesmo conhecendo essas diferenças, Amílcar Cabral tinha em seu favor um expediente político e ideológico de sua época, o pan-africanismo (ou a unidade africana) que lhe permitia tentar unir os dois povos em um único projeto de descolonização.

Com a ideia de unidade, sustentou as reivindicações nacionalistas de independência dos dois povos e, com a luta, tentou cimentar a consciência de uma identidade nacional. Assim, ela foi concebida como resolução de diferenças, enquanto a equação identidade igual luta por aspirações comuns ou afronta de problemas comuns foi a condicionante.

No nosso entender, Amílcar Cabral, provavelmente por força de sua filiação marxista, não foi suficientemente capaz de compreender que certas diferenças passadas nem sempre se resolvem apenas no nível de discurso ou pela força de mobilização das massas, assim como certos interesses comuns podem não constituir laços duradouros.

Todavia, para atingir o seu ideal, não podia prescindir da sua crença em tal unidade e luta, sem a qual a condicionalidade de guineense e cabo-verdiano caminharem de mãos dadas na lua pela emancipação não encontraria justificação, e sua legitimidade na frente de processo na Guiné seria questionada justamente por motivos ligados à sua condição de alógeno.

Quanto a nós, Amílcar Cabral foi um produto do seu tempo, pois, até onde pode, soube tirar proveito do contexto no qual viveu e se formou. Da sua socialização política, nos tempos universitários, ao seu envolvimento na luta contra o regime fascista português; da sua cumplicidade com os colegas de outras colônias portuguesas, principalmente com os angolanos da “geração de Cabral”, até sua emergência como líder da independência da Guiné e Cabo Verde, foi capaz de moldar suas ideias nacionalistas e construir sua própria trajetória política.

Pelas contradições intrínsecas que marcaram as etapas dessa construção no seio do nacionalismo guineense, é possível assegurar que sua trajetória política se desenhou sempre em plano paralelo com a de sua morte. A morte aqui não quer dizer, necessariamente, a física. Mas, de um projeto, semelhantes às de alguns líderes revolucionários que sucumbiram ao vórtice da própria dinâmica do processo histórico que os produziu.

A nosso ver, isso já era notável desde a forma, até de certa maneira pouco sub-reptícia, como se deu seu primeiro encontro com Rafael Barbosa, logo depois do evento de

Pindjiguiti, e nas dificuldades que terá enfrentado nas etapas subseqüentes pela falta de concordância a respeito de unidade.

Aos olhos de seus opositores — apenas como uma analogia —, a ideia de unidade Guiné e Cabo Verde, selada nesse encontro com Rafael, deixou a impressão mais de uma concepção bastarda de parto difícil — que só veio à luz sob a forma de “traição” —, do que a sensação de uma união genuína e legítima.

De qualquer modo, foram o evento de Pindjiguiti — explorado com um sentido arguto da realidade por Amílcar Cabral — e mais o encontro com Rafael, em setembro de 1959, que lhe permitiram mostrar à opinião pública de que ele e seu Partido tinham o aval para falar em nome dos povos da Guiné e Cabo Verde.

Assim, nos seus primeiros contatos externos em busca do apoio, como membro de um movimento unitário de luta anticolonial das colônias portuguesas (MAC), Amílcar Cabral e os nacionalistas de outras colônias de Portugal foram obrigados, depois do encontro de Tunes, em janeiro de 1960, a se apresentar, doravante, como representantes de alguma formação política nacional específica.

Desse modo, para esses nacionalistas, a luta tinha agora que migrar do exterior para interior, em busca desse vínculo partidário efetivo que não existia, porque mostraram um aval que efetivamente não tinham.

Com efeito, se, para os nacionalistas de outras colônias portuguesas, o problema maior para a retomada desse vínculo era, aparentemente, apenas uma questão de pouca vivência local, para Amílcar Cabral a dificuldade seria dobrada, na medida em que não só tinha também esse problema assim como o de querer juntar cabo-verdianos e guineenses sob seu comando, dois povos que não se reconheciam como um só povo, em único processo de luta de libertação.

Não se surpreende, portanto, que sua tarefa não podia senão deparar com um ambiente difícil e hostil, ao longo de um percurso marcado de contradições, para conseguir a sua ascensão e a afirmação do seu partido PAIGC. Notoriamente, desde a instalação de sua base de trabalho em Conakry, em 1960, esses obstáculos controversos passariam a ser superados, mais propriamente em função de fatores conjunturais, sobretudo externos, do que por causa de suas verdadeiras resoluções.

O repúdio à sua proposta de unidade, por guineenses que se encontravam em Conakry, teve que ser contornado mais pela imposição na lógica do espírito pan-africanista, e

também pela ressonância com o caráter do regime revolucionário do Governo daquele país anfitrião, do que pela aceitação convincente de sua proposta.

A própria relação de Amílcar Cabral com o seu anfitrião, Sékou Touré, em que era notável certa desafeição da parte deste, provavelmente, sobreviveu somente à custa de unidade africana.

Em Dacar, o cenário foi diferente, quer na afluência de nacionalistas guineenses, quer no tipo de regime do país anfitrião. Senghor era homem do diálogo e de via pacífica de independência. As inúmeras formações nacionalistas ali existentes tinham mais liberdade de movimentação.

Amílcar Cabral já não pode contar com a mesma facilidade de Conakry na sua tentativa de aglutinar guineenses em torno de seu projeto, com o agravante de que ali havia também uma comunidade significativa de cabo-verdianos que relutavam ser enquadrados.

A nosso ver, o que era mais notável em tudo isso foi a demonstração de que Amílcar Cabral nunca de fato conseguiu resolver essas contradições intrínsecas do seu projeto de unidade Guiné e Cabo Verde, mas simplesmente deslocá-las em função das circunstâncias.

Em outras palavras, a boa intenção do projeto refreou, o tempo todo, suas particularidades históricas, evitando ou adiando assim qualquer discussão de fundo sobre a questão de unidade, fazendo da questão uma espécie de tabu.

Por isso, se deduziu que o seu sucesso também dependia, inevitavelmente, mais de um julgamento em segunda instância, isto é, na fase posterior à libertação, do que cada etapa controversa contornada no seu transcurso.

Essa instância será determinada pelo fator poder e sua disposição. Nesse caso, esse fator é o demarcador de fronteiras do ideário do discurso político de Amílcar Cabral entre sua dimensão ideológica e prática, na coexistência entre guineenses e cabo-verdianos.

Portanto, é nossa convicção de que toda a expectativa depositada sobre esse momento passou então a determinar a vigência de tendências de contemporização com o seu projeto. Até porque, a independência era uma questão prioritária, que demandava urgência e maior atenção:

De modo geral, podemos dizer que, enquanto apenas contrariado ou confundido, para o nacionalismo guineense havia ainda espaço de unificação em torno de um objetivo comum imediato (a independência).

Nesse caso, a própria luta armada desempenhou um papel crucial de catalisador para garantir essa coexistência entre guineenses e cabo-verdianos, sem ignorar o fato não menos importante de que há muitos guineenses de segmentos sociais cabo-verdianos.

Todavia, para iniciar a ação armada, Amílcar Cabral precisava se organizar melhor, mobilizar os homens do campo. Para essa tarefa, os homens enviados de Bissau por Rafael e de outros centros urbanos da Guiné (portuguesa) foram cruciais, desde o início, na medida em que, mesmo depois da prisão deste, continuaram ao lado de Amílcar Cabral.

Finalmente, Amílcar Cabral podia contar também com mais elementos cabo-verdianos no seio do movimento, com a fuga dos estudantes em Lisboa para aderir ao seu partido. Assim, o PAIGC não só podia mostrar melhor sua face cabo-verdiana, em termos numéricos, como também passava a contar com militantes mais bem instruídos.

No entanto, se essa aderência de jovens estudantes cabo-verdianos significava ganho em extensão e qualidade para o Partido, em contrapartida tornava a exposição de proeminência cabo-verdiana em relação aos guineenses mais crítica.

O início da luta armada e sucessos militares alcançados à partida, sobretudo desde a batalha de Como, colocaram subitamente a questão de unidade em dormência. Amílcar Cabral pode, então, com a ausência de Rafael, já a partir do Congresso de Cassacá, fazer o PAIGC à sua imagem e semelhança.

Paradoxalmente, percebe-se que a regularidade e expansão de vitórias alcançadas no terreno militar vão precipitar, no seio do PAIGC, novas questões de difícil solução. Por exemplo, como conformar os quadros cabo-verdianos, mais bem preparados, na estrutura geral do Partido, sem que isso sinalizasse uma subordinação de guineenses aos cabo-verdianos.

Nesse caso, o PAIGC se vê, de novo, em volta à sua contradição de raiz. Nessa fase de luta, porém, podemos perceber que, com a vitória já quase assegurada no campo militar, os problemas que, supostamente, seriam discutidos num julgamento em segunda instância, já se faziam sentir, por antecipação. Em nossa opinião, era uma fase em que

Amílcar Cabral tinha de conciliar o pragmatismo do curto prazo com a ambição do longo prazo (unidade Guiné e Cabo Verde).

Porém, o desafio na conciliação dessas duas percepções não dependia só de Amílcar Cabral. Será que os cabo-verdianos, como classe privilegiada, estariam dispostos a este suicídio? E, se pensarmos em termos de *timing*, no sentido de realização futura dos benefícios dessa união, qual seria, para os guineenses, esse limite? Por aqui, ficava claro que a sorte do projeto tanto dependia dos guineenses quanto dos cabo-verdianos.

Se considerarmos que as lutas de independências africanas eram mais do que lutas de libertação, porque foram, primeiramente, disputas entre grupos políticos internos pelo protagonismo do processo e, depois, disputas pelo poder dentro dos próprios grupos, agora era o exato momento em que o projeto de Amílcar entrava na sua fase probatória, pois o discurso de a realização total nos esperar no final caminho já não devia ter o mesmo efeito de antes.

Por outro lado, o Poder colonial desafiado, mas, visivelmente, incapaz de reagir, à altura, às conquistas militares do PAIGC, concentra a sua ação no terreno político, que consistia no controle e conquista de população, explorando precisamente o ponto mais vulnerável do PAIGC — unidade Guiné e Cabo-Verde — através de um programa denominado “Por uma Guiné melhor”, com o objetivo de conseguir uma solução negociada de independência para os guineenses, mas fora do projeto de Amílcar Cabral.

Efetivamente, a libertação de todos presos políticos, em 1969, em especial, do presidente do Comitê Central do partido, Rafael Barbosa, pelo então governador colonial, general Spínola, visava esse objetivo. Ele acabou conseguindo empurrar o PAIGC e o fez cair na armadilha de suas próprias contradições.

Se o medo de subordinação aos cabo-verdianos, por estes serem mais bem preparados, esteve sempre na origem da desconfiança de guineenses com relação ao projeto de Amílcar Cabral de unidade, depois de expulsão de Rafael do Comitê Central, por causa do discurso de agradecimento ao governador feito na ocasião de sua libertação, a mensagem transmitida aos guineenses com essa punição reiterava textualmente um ponto que foi o grande temor dos guineenses: a falta de figura guineense na alta cúpula do Partido.

Do ponto visto simbólico, o castigo dado a Rafael Barbosa foi uma subestimação do nacionalismo guineense. No nosso entender, cometeu-se aí um terrível equívoco que

selou o destino fatal do projeto de Amílcar Cabral, que, de tantas contradições intrínsecas, já revelava sua pouca factibilidade.

Finalmente, podemos concluir que o pensamento de Amílcar Cabral como projeto político (de unir cabo-verdianos e guineenses) foi derrotado, vítima da própria fatalidade histórica que tem imbricações nas relações sociais e políticas entre os dois povos.

E, enquanto legado, foi abandonado tanto na Guiné quanto em Cabo Verde. Na Guiné, ainda se finge continuar dar uma aura mítica à figura de Amílcar Cabral; em Cabo Verde, a reverência à sua figura foi sempre superficial — e continua a ser.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

a)-Arquivos da Fundação Mário Soares, em Lisboa (FMS)

Dossiê Amilcar Cabral.

Comunicado, “Apelo à Consciência dos Guineenses e Cabo-verdianos”, de 2 de junho 1960, assinado por Abel Djassi (pseudônimo de Amilcar Cabral).

Comunicado, “Camaradas do PAI e da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde”, de 16 de julho 1960, assinado por Abel Djassi (pseudônimo de Amilcar Cabral).

“O que quer o nosso Partido”, linhas programáticas do PAI e da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde, de 14 de julho 1960, assinado por Amilcar Cabral.

“Memorandum enviado ao Governo Português”, assinado pelo Gabinete Político do PAIGC, de 1 de dezembro de 1960.

Comunicado, “Liberdade para os nossos irmãos presos pela PIDE”, assinado PAI, 1962.

Amilcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário do quadro, realizado de 19 a 24 de novembro de 1969, Conakry, PAIGC.

“Apontamentos para uma biografia” (Cronobiografia de Amilcar Cabral), por Iva Cabral.

b)-Arquivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, em Bissau (PAIGC)

Estatutos do PAIGC (1956).

Estatutos do PAIGC (1977).

Programa do PAIGC (1977).

Órgãos da Direção (1977).

c)-Espólios privados

Carta de Lúcio Lara para Hugo Azancot de Meneses, Frankfurt, 3 de junho de 1959.

Carta de Lúcio Lara para Hugo Azancot de Meneses, Tunes, 3 de janeiro de 1960.

Declaração de Compromisso, Tunes, 31 de janeiro de 1960

Carta del FLGCV, Bissau, 19 de septiembre de 1959.

b)- Jornais

Jornal *Nô Pintcha*, nº6, Ano I, Bissau, abril de 1975, "A batalha de Como e o Congresso de Cassacá".

Jornal *A Semana*, nº473, Praia, 29 setembro de 2000, "As ideologias".

Jornal *A Semana*, Praia, 3 de setembro de 2004, "80 anos de Amílcar Cabral".

Lusa, Lisboa, 19 de janeiro de 2008, "Entrevista de Iva Cabral".

Fontes Orais

a)- Entrevistas e Depoimentos

Mário Cissoko, militante do PAIGC, historiador, Bissau, 28 de setembro de 2010.

Mário Dias, ex-militar português, no caso Pindjiguiti, Lisboa, 21 de fevereiro de 2006.

Paulo Gomes Fernandes, ex-dirigente de MLG, Lisboa, 23 de fevereiro de 2006.

Rafael Paula Gomes Barbosa, ex-presidente do Comitê Central do PAIGC, Bissau, 4 a 7 de maio de 1995.

Bibliografia

AMADO, Leopoldo. Da embriologia nacionalista à guerra de Libertação. Disponível em: <<http://www.didinho.org/estudosepesquisas.html>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____. Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné Bissau. Disponível em: < <http://www.didinho.org/estudosepesquisa.html>>. Acesso em: 25 set. 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mario Pinto de. *A geração de Cabral*. Bissau: Instituto de Amizade/PAIGC, 1973.

_____. *Amílcar Cabral: ensayo de biografia política*. México: Siglo XXI Editores, 1981.

_____. *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*. Lisboa: Serra Nova, 1976. 2 v.

_____. *Origem do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes na luta contra a dominação portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2003. (edição recomendada)

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1997. (La Découverte/Poche; 42. Sciences humaines et sociales)

BARROS, Filinto. *Testemunho*. Bissau: INACEP, 2011.

BARROS, Viriato. *Identidade*. Lisboa: Autor, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981. 2 v.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

CABRAL, Amílcar. *Documentário (textos políticos)*. Apresentação de António E. Duarte Silva. Lisboa: BI, 2008.

_____. *Guiné Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Iva. Apontamentos para uma biografia. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt>>. Acesso em: 10 set. 2011.

_____. Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (século XVI-XVIII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa. *Anais eletrônicos...* Lisboa: FCSH/UNL. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colóquio/comunicacoes/iva_cabral.pdf>. Acesso em 25 set. 2010.

_____. Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). *História geral de Cabo Verde*. 2. ed. Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Cultura, 2001. V. 2.

CABRAL, Luis. *Crônica da Libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984.

CANIVEZ, P. *Qu'est-ce que la nation?* Paris: J.VRIN, 2004. (Chemins Philosophiques)

CARDOSO, Carlos. *A formação da elite política na Guiné Bissau*. Lisboa: CEA — Centro de Estudos Africanos, 2002. (Occasional Papers Série 5)

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CARREIRA, António. *Censo da população não civilizada de 1950*. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21. Bissau, 1951. V. VI.

CASTANHEIRA, José Pedro. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'Água, 1995.

CHALIAND, Gerard. *Lutte armée en afrique*. Paris: François Maspero, 1967.

CHATTERJEE, Partha. *Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse?*. London: Zed Books, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981. (Fontes do pensamento político. v. 2)

- CUNHA, J.M. da Silva. *A nação escolheu o caminho*. [Boletim Geral do Ultramar], Portugal. v. XXXIX, nº 456 e 457, 1963.
- DELMAS, Claude. *A guerra revolucionária*. Lisboa: Europa-América, 1975. (Coleção Saber)
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação*. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) — Faculdade de Letras (Centro de Estudos Africanos), Universidade de Porto, Porto.
- FERNANDES, Florestan. O que é revolução? In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expresso Popular, 2006.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa. *Aspectos do colonialismo português*. Lisboa: Serra Nova, 1974.
- GARCIA, Francisco Proença. *Guiné 1963-1974: os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*. Lisboa: Portucalense, 2000.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GUEVARA, Ernesto Che. Sobre a construção do partido In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expresso Popular, 2006.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *Os filhos da terra do sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.
- HOBSBAWN, Eric ; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. Uma história dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, no. 10, 1992.
- LOPES, José Vicente. *Cabo Verde, os Bastidores da Independência*. 2. ed. Praia: Spleen, 2002.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. 3. ed. 117: Brasiliense, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução Maria Lucia Como. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).
- MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné Bissau (1879-1959)*. Bissau: INEP, 1994.
- MONTEIRO, Fernando Amaro; ROCHA, Teresa Vázquez. *A Guiné do século XVII ao século XIX: o testemunho dos manuscritos*. Lisboa: Prefácio, 2004.
- MUCHIELLI, Roger. *La Subversion*. Paris: CLC, 1976.
- NETO, Antônio Agostinho. Quem é o inimigo? Qual é o nosso objetivo? In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expresso Popular, 2006.
- PACHECO, Carlos. *MPLA -Um nascimento polêmico*. Lisboa: Vega, 1997.
- PAIGC. *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto: Afrontamento, 1974.
- PALTI, Elias. *La nación como problema: Los historiadores y la "cuestión nacional"*. Buenos Aires: FCE, 2003.
- PÉLISSIER, René. *História da Guiné*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 2 v.
- PEREIRA, Aristides. *O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Notícias, 2003.
- PLEKHANOV, G.A *concepção materialista da História*. 4.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, no. 10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REMA, Henrique Pinto. *As primeiras missões da costa da Guiné (1533-1640)*. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 87 e 88. Bissau, 1967. V. XXII.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RENAN, Ernest. What is a nation? In: BHABHA, Homi K. (org.) *Nation and Narration*. London: Routledge, 1990.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n.30, p.16, jan.1995.

SALAZAR, António de Oliveira. *Declaração sobre a Política Ultramarina*. [Boletim Geral do Ultramar], Portugal. v. XXXIX, nº 458, 459 e 460. 1963.

SILVA, António E. Duarte. *Invenção e construção da Guiné-Bissau*. Coimbra: Almedina, 2010.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política*. Algés: DIFEL, 2005.

SMITH, Anthony D. *Nações e Nacionalismo Numa Era Global*. Oeiras: Celta, 1999.

_____. *National identity*. London; New York: Penguin, 1991.

_____. *The ethnic origins of nations*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1886.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Vega, 2011.

TOMÁS, António. *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. São Paulo/Brasília: IOESP/EDIUNB, 1999. v. 2.

WESSELING, H.L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Revan, 1998.

_____. História de além-mar. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.

ANEXO⁴²⁹

Anexo 1

Carta de Lúcio Lara para Hugo Azancot de Menezes

Frankfurt, 3 Junho 1959

Meu caro Hugo

Presentes duas cartas tuas, uma de 28 e outra de 26 de maio. Gostei bastante de te ler, pois pões problemas interessantes a que passarei a responder, na medida do possível.

Em primeiro lugar deixa-me enviar-te um abraço pela decisão que tomaste de abandonar tudo o que poderias esperar de Medicina para te dedicares à luta do nosso povo.

Deixa-me porém dizer-te que Medicina e Luta não são incompatíveis: a Luta pode assumir aspectos e seria bom que não tardasses a assumi-los, em que os médicos são imprescindíveis. Estás a perceber, meu caro, o que quero dizer? É bom que encaremos a dura realidade: Portugal jamais cederá a bem os seus hipotéticos direitos sobre o nosso País. Se tens estado a par dos acontecimentos portugueses, terás notado a pressa e o alarme com que eles estão a reforçar o dispositivo militar em Angola. Agora há bem pouco tempo fizeram lá um “festival” de aeronáutica com lançamento de paraquedistas, para inaugurarem as atividades de aviação militar em Angola. Estão projectados novos quartéis, a Marinha de Guerra passou agora a fazer visitas periódicas às colónias, inauguraram-se carreiras de tiro em que o governo Geral de Angola falou dos perigos iminentes que os ameaçavam e da necessidade de cada civil estar preparado para pegar em armas, etc, etc, etc.

Tudo isto passa a ser claro: os nossos povos se quiserem a sua independência, terão de lutar por ela com o maior dos espíritos de sacrifício. Chegamos ao ponto em que se verificou que temos absolutamente de deixar contar com qualquer ajuda exterior, enquanto não provarmos que a nossa Luta é uma REALIDADE. É certo que temos o apoio moral dos povos de Bandung e da Conferência de Accra; mas todos esses povos estão também embrenhados na difícil solução dos seus próprios problemas. Olha para valente povo argelino. Quem lhe acode? Se não fora o decidido espírito do povo de alcançar a independência ninguém lhes daria nem venderia nada. Hoje não lhes faltam armas, mas no princípio da Luta, até mostrarem que estavam absolutamente decididos a dar a sua vida pela liberdade do seu País, tudo lhes faltou. Os dados do problema estão pois, julgo eu, postos em evidências. Uma pergunta surge: QUE FAZER?

Os teus projectos têm o seu sentido. É de facto necessário uma Organização extra-fronteiras. Essa Organização existe. Chama-se MOVIMENTO ANTI-

⁴²⁹ **Fonte:** Os anexos 1, 3, e 4 foram extraídos da obra de Carlos Pacheco, *MPLA-Um nascimento polémico*, Lisboa, Vega, 1997. Anexos 1 e 4 pertencem ao arquivo pessoal de Hugo Azancot Menezes, e o anexo 3 ao arquivo pessoal de Eduardo Macedo dos Santos. O anexo 2 foi extraído da obra, em espanhol, de Mário de Andrade, *Amilcar Cabral, ensayo de biografía política*, México, Siglo XXI Editores, 1981. Os anexos 5 a 16 foram extraídos do suplemento do jornal *A Semana* n° 677 de 3 de set. 2004. Todos os textos foram mantidos com a sua ortografia original.

COLONIALISTA (MAC). Precisa de adquirir cada vez mais força e precisava sobretudo que muita malta estivesse resolvida a abandonar Portugal para vir cá para fora trabalhar. Somos poucos e a tarefa é de GIGANTES. Tantos problemas a resolver e nos sem dinheiro e sem gente que trate de tudo. Mas tenho a certeza que a coisa melhorará. O MAC tem exatamente a finalidade de agitar à escala internacional os problemas das nossas terras, ligando-se sempre que possível aos interesses dos Movimentos que lá existam, porque como deves saber lá luta-se já. Em Lisboa li bastantes panfletos que circulavam em Angola com o nome de MANIFESTO AFRICANO. Deves ter também ouvido falar da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA que se fez representar em Accra por um Delegado. A comunicação dessa delegação mando-te por correio normal (o original era em inglês e a tradução que fizemos aqui muito a pressa não está grande coisa, mas é só para veres. Se tiveres qualquer possibilidade de fazer chegar isso a Portugal manda. Segue também cópia ou mensagem dos intelectuais das colónias portuguesas; uma cópia do fundamento jurídico da luta argelina dimanada do respectivo governo provisório, e um esquema de como os Estados devem prestar informações à ONU sobre as colónias, o que Portugal nunca fez. Se puderes fazer chegar essas coisas a Lisboa, manda.

Ora estas organizações têm certos aspectos da Luta limitados e nós podemos precisamente encarar a sua resolução, mas estamos dispostos a fazê-lo sempre com o espírito de que a Luta deve ser dirigida pelos irmãos que estão em Angola. O MAC não diz só respeito a Angola. É um movimento interessado em todas as colónias portuguesas de África.

Em suma, quanto ao teu desejo de constituir uma Organização, ela existe e receber-te-à de braços abertos. Tal Organização tenta (como tu também referes) o impossível para trabalhar em íntima ligação com as existentes nas nossas terras.

Quanto ao APOIO ECONÓMICO de outras organizações creio ser mais difícil. Não é, no entanto impossível. Devemos, porém ressaltar a nossa posição. Todos os países, mesmo os de África sob dominação francesa ou inglesa, estão habituados a encarar-nos como os “irmãos pobres” não acreditando mesmo nas nossas possibilidades. Precisamos demonstrar a todos eles que somos tão capazes numa luta quanto o soube ser o nosso povo até 1920, data em que a ocupação portuguesa se tornou efectiva, o que desmente a tal posse de 500 anos (...).

(...). Escreve logo que possas. Não percebi as tuas dúvidas quanto ao Pan-Africanismo. Explica isso melhor.

Adeus, meu caro. Um grande abraço. Vai dizendo o que pensas e o que fazes.

Lara

Anexo 2

Carta Del FLGCV

- I. Las organizaciones políticas de lucha anticolonialista de la Guinea llamada portuguesa deciden formar um frente orgânico de unidad bajo la denominación: Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGCV).
- II. El frente está abierto a todos los partidos políticos y organizaciones de masas anticolonialista que sean creadas por guineenses, por caboverdianos, o por guineenses y caboverdianos en Guinea, en las islas de Cabo Verde o en el exterior de estos países.
- III. El frente adopta la línea política definida en el programa político del Partido Africano da Independência (PAI – Guinea e islas de Cabo Verde), organización política autónoma creada en la Guinea llamada portuguesa por guineenses y caboverdianos.
- IV. El objetivo del Frente es la conquista inmediata de las islas de Cabo Verde. En la lucha por la independencia nacional de los pueblos guineense y caboverdiano, el Frente se propone usar medios pacíficos, pero responderá eficazmente a todas las violencias empleadas por el colonialismo portugués para mantener su dominación en Guinea y en las islas de Cabo Verde.
- V. Los organismos superiores del PAI, en los que se integran los principales responsables de las otras organizaciones miembros, tienen asegurada la dirección del Frente.
- VI. El Frente podrá ser disuelto cuando su objetivo haya sido completamente alcanzado.

Firmado: Abel Djassi

Bissau, 19 de septiembre de 1959

Anexo 3

Declaração de Compromisso

Nós, abaixo-assinados, membros activos (no exterior dos nossos Países Africanos) das seguintes organizações patrióticas: “Movimento Popular de Libertação de Angola”, “União das Populações de Angola” (UPA), “Partido Africano da Independência da Guiné” (PAI) e “Frente Revolucionária Africana para a independência Nacional das Colónias Portuguesas” (FRAIN), que coordena a ação revolucionária dos patriotas africanos, concordamos no seguinte, depois da reunião realizada em Tunis, em 31 de Janeiro de 1960:

- a) As nossas organizações decidiram uma ação conjunta da luta contra o colonialismo português, decisão de que temos provas e devemos cumprir patrioticamente.
- b) A personalidade, a doutrina e a independência de cada um das nossas organizações podem ser mantidas através dessa ação conjunta.
- c) Impõe-se estabelecer o mais cedo possível um programa concreto de ação para 1960 e que conduza os nossos povos à independência no mais breve espaço de tempo.
- d) Representando a UPA, integra-se na “Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colónias Portuguesas” (FRAIN), o camarada Guilmore, também conhecido por Rui Ventura e Roberto Haldane, o qual, juntamente com os restantes signatários, todos pertencentes àquela Frente, e quaisquer outros elementos representantes de outras organizações patrióticas, deverão proceder ao planeamento, coordenação e incremento da atividade revolucionária da nossa luta comum anticolonialista, de maneira a desencadear o mais breve possível uma ação concreta nos nossos países contra o colonialismo português.
- e) Prometemos maior e mais completo sigilo conspirativo em relação a este documento e às posições concretas por nós tomadas ou que venham a ser tomados e, bem assim como também individualmente qualquer atitude ou compromisso que a ter consequências significativas na nossa luta de libertação contra o inimigo comum, o colonialismo português.
- f) Concordamos em que a nossa próxima reunião, na qual deverão comparecer todos os signatários, deverá realizar-se em Conakry, capital da República da Guiné em data a fixar posteriormente, mas que não deve ir além do mês de maio de 1960.

Nós declaramos que às no, digo, às organizações patrióticas a que pertencemos fica reservado o direito de em qualquer altura, considerarmos sobre esta declaração de como virão a alterá-la, digo, propor a sua alteração ou considerá-la de valor nulo para o que, no entanto, os outros membros tenham o direito de exigir credenciais a, digo, os outros membros tenham o direito de exigir credenciais autênticas dessas ou dessa resolução.

Abel Djassi (PAI e FRAIN)

Hugo A. Menezes (FRAIN)

José Guilmore (UPA)

Lúcio Lara (FRAIN e MPLA)

Viriato Cruz (FRAIN e MPLA)

Feita em Tunis, aos 31 de janeiro de 1960, último dia da Conferência dos Povos Africanos.

Anexo 4

Carta de Lúcio Lara para Azancot de Menezes

Tunis, 5 de janeiro 1960.

Caro Hugo

Aqui me tens, em Tunis, a dar-te algumas notícias. Espero que tenhas recebido a minha carta de Frankfurt em 3/XII/59.

Como te disse, realizar-se aqui de 25/29 decorrente a II conferência pan-africana. O MAC tem convite especial. Estamos mai do que nunca decididos a fazer ouvir a nossa voz e a fazer prevalecer as nossas razões. Vamos tentar o impossível para que esta conferência, não se limitando apenas a condenar especialmente o colonialismo português, trace já algumas medidas concretas de apoio à luta dos nossos povos.

Seria ótimo que pudesse vir alguém da Guiné, dita portuguesa. Tentamos ver se difícil, por razões óbvias. Será interessante que comuniqués aí com os nossos amigos e que estudem esta questão. Se for impossível vir alguém, mandem documentos respeitantes à Guiné dita portuguesa, para que possamos mais concretamente fala nos seus problemas. Não descures este assunto e diz qualquer coisa logo que seja possível.

Junto envio uma lista dos camaradas que vão ser julgados em Luanda.

Ainda não se sabe ao certo se o julgamento já começou ou não. Que notícias me dás daí? Têm trabalhado?

Logo que passe este trabalho grande da Conferência, tentarei enviar-te algum documentos. Qual será o meio mais seguro?

Chegaste a fazer um relatório sobre a vossa actividade? Como vão as emissões radiofônicas? Como é que o PDG aceita colaborar connosco? Chegaste a contactar com o A. Lima Araújo (CP n.º 24, Conakry)?

Ainda não consegui uma caixa postal. Até ordem em contrário podes escrever-me para hotel *Bristol*, 6 rue St. Vincent de Paul, Tunis.

Não posso ser mais extenso. Até breve. Aguardo carta tua. Um abraço do

Lara

PS – Soube há pouco que casaste. Parabéns e votos de felicidades; que a vida vos seja fácil.